



versão impressa **ISSN 1517-4999**
versão online **ISSN 2446-8681**

REVISTA
GeoPantanal

REVISTA DO CURSO DE GEOGRAFIA E DO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
CAMPUS DO PANTANAL/UFMS
v.17 n. 32 • 2022

Dossiê:
Migrafron - Diálogos metodológicos e perspectivas de inserções sociais



REVISTA
GeoPantanal
REVISTA DO CURSO DE GEOGRAFIA E DO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
CAMPUS DO PANTANAL/UFMS

ISSN 1517-4999 (Versão impressa)

ISSN 2446-8681 (Versão eletrônica)



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CURSO DE GEOGRAFIA / MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
CÂMPUS DO PANTANAL**

Reitor

Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Diretor do Câmpus do Pantanal

Aguinaldo Silva

Coordenador do Curso de Mestrado em Estudos Fronteiriços

Edgar Aparecido da Costa

Coordenador do Curso de Geografia

Élvis Christian Madureira Ramos

CÂMARA EDITORIAL

Aguinaldo Silva

Ana Carolina Torelli Marquezini Faccin

Beatriz Lima de Paula Silva

Edgar Aparecido da Costa

Marco Aurélio Machado de Oliveira

EDITOR RESPONSÁVEL

Edgar Aparecido da Costa

EDITOR CONVIDADO

Marco Aurélio Machado de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenadoria de Biblioteca Central – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

GeoPantanal: revista do Curso de Geografia e do Mestrado
em Estudos Fronteiriços / Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul. - n. 1, (1997) - . Corumbá/MS: A
Universidade, 1997-.
v. : il. ; 25 cm

Semestral

ISSN 1517-4999 (Versão impressa)

ISSN 2446-8681 (Versão eletrônica)

1. Geografia – Periódicos. I. Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul.

REVISTA

Geopantanal

REVISTA DO CURSO DE GEOGRAFIA E DO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
CAMPUS DO PANTANAL/UFMS

Dossiê:

Migrafron - Diálogos metodológicos e perspectivas de inserções sociais

GeoPantanal é uma Revista para divulgação da produção acadêmica e científica de Geografia e áreas afins do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pantanal ligado ao Curso de Geografia e ao Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal.

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

EDITOR CHEFE

Dr. Edgar Aparecido da Costa

EDITOR ADJUNTO

Dr. Élviz Christian Madureira Ramos

CÂMARA DE REDAÇÃO

Dr. Aguinaldo Silva

Dr^a. Beatriz Lima de Paula Silva

Dr^a. Ana Carolina Torelli Marquezini Faccin

Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Dr^a. Adriana Dorfman - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Campus Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Dr. Alberto Hernández Hernández – Colegio Frontera Norte (COLEF), Tijuana, México.

Dr. Alejandro Gabriel Benedetti – Universidad de Buenos Aires (UBA), Buenos Aires, Argentina.

Dr^a. Aline Lima Rodrigues – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Campus Litoral Norte, Rio Grande do Sul, Brasil.

Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Presidente Prudente/SP, Brasil.

Dr. Carlos Piñones Rivera – Universidad de Tarapacá, Arica, Chile.

Dr^a. Cleonice Alexandre Le Bourlegat – Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Mato Grosso do Sul, Brasil

Dr. Edvaldo Cesar Moretti – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Mato Grosso do Sul, Brasil.

Dr. Gonzalo Álvarez Fuentes – Universidad Arturo Prat, Santiago, Chile.

Dr. Gutemberg Vilhena Silva – Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Brasil.

Dr. Haroldo Dilla Alfonso – Universidad Arturo Prat, Santiago, Chile.

Dr. João Edmilson Fabrini – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Mal. Cândido Rondon, Paraná; Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Mato Grosso do Sul, Brasil.

Dr. Marcos Aurélio Saquet – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Francisco Beltrão, Paraná, Brasil.

Dr^a. Maria Aparecida Santos e Campos – Universidad Internacional Iberoamericana (UNINI), Porto Rico, Estados Unidos; Cidade do México, México.

Dr^a. Maristela Ferrari – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Mal. Cândido Rondon, Paraná, Brasil.

Dr. Michael Matthew McGlue – University of Kentucky (UK), Lexington, Estados Unidos.

Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Mato Grosso do Sul, Brasil.

Dr^a. Rebeca Steiman – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil.

Dr^a Sandra Mara da Silva Neves – Universidade Estadual do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus de Cáceres, Mato Grosso, Brasil.

Dr. Sergio Ricardo Oliveira Martins – Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), Bahia, Brasil.

Catálogo na Fonte –

Revista GeoPantanal / Câmpus do Pantanal

Curso de Geografia / Mestrado em Estudos Fronteiriços – Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pantanal, UFMS. v.17 - n. 32, (2022) - . – Corumbá/MS:

Geografia / Mestrado em Estudos Fronteiriços – CPAN/UFMS/Ed. UFMS, 2022.

1. Geografia – Periódicos. I. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

(Câmpus do Pantanal), 2. Geografia

ISSN 1517-4999 (Versão impressa)

CDU:

ISSN 2446-8681 (Versão eletrônica)

<https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo>

Os textos publicados nesta Revista são de inteira responsabilidade de seus autores

Endereço: UFMS – Câmpus do Pantanal – Av. Rio Branco, 1270, Bairro Universitário, 79304-020, Corumbá/MS. Aos cuidados de Edgar Aparecido da Costa, editor da REVISTA GEOPANTANAL.

E-mail revistageopantanal@gmail.com

Solicita-se permuta/Exchange desired

Corumbá, MS

Agosto de 2022

SUMÁRIO

Editorial	7
Dossiê: Migrafron - Diálogos Metodológicos e Perspectivas de Inserções Sociais	
Apresentação	
<i>Marco Aurélio Machado de Oliveira</i>	9
Repensar las Fronteras. Una Revisión Bibliográfica (2011-2021)	
<i>Diego Noel Ramos Rojas</i>	12
Volta Para o Lugar de Onde Veio! O Lugar da Xenofobia e a Demarcação Social	
<i>Eric Gustavo Cardin</i>	26
Rede Parcerias e Migração: uma construção das políticas públicas e migratórias no Mato Grosso do Sul	
<i>Rosane Costa Rosa Ana Paula Martins Amaral</i>	44
Educação e Migrações Internacionais em Fronteira: alguns apontamentos sobre metodologias	
<i>Marco Aurélio Machado de Oliveira Alcino Gabriel da Silva Vernochi</i>	64
O Direito à Cidade dos Refugiados, Refugiadas e Imigrantes em Curitiba-Paraná	
<i>Nádia Pacher Floriani Edson Belo Clemente de Souza</i>	77

O Acesso à Justiça das Mulheres Imigrantes no Estado de Mato Grosso do Sul <i>Francielle Pires Duarte</i> <i>César Augusto S. da Silva</i> _____	90
Contribuições dos Estudos de Gênero e da Decolonialidade para os Debates sobre Migrações Internacionais <i>Vivian da Veiga Silva</i> _____	103
Cruzando Fronteiras em Busca da Formação Médica <i>Maria Aparecida Webber</i> _____	117
Literatura Infantil na Fronteira Brasil-Bolívia: pequenos leitores fronteiriços <i>Tarissa Marques Rodrigues dos Santos</i> _____	128
Artigo de Fluxo Contínuo	
Análise do Uso e Ocupação da Terra Através de um Índice de Qualidade de Água na Microbacia do Córrego Segredo, Campo Grande/MS, Brasil <i>Richardson Mello Duquini</i> <i>Maria Helena da Silva Andrade</i> <i>Maricelma Ferreira Calças</i> _____	139

EDITORIAL

A Revista GeoPantanal apresenta, neste número, o Dossiê temático *Migrafron: Diálogos metodológicos e perspectivas de inserções sociais*. É produto das articulações entre pesquisadores do Mestrado em Estudos Fronteiriços, do Campus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com pessoal de outras instituições brasileiras, do Chile e do México.

A temática é, e sempre será, atual. As migrações estão no DNA da humanidade, vislumbrada desde seus primórdios e fortemente a reverberar nesse primeiro quartel do Século XXI. As razões e as decisões de migrar são as mais diversas e se relacionam ao seu tempo e lugar. De toda sorte, envolve sentimentos, sensações de insegurança e de medo, desafios de um novo ou continuado enfrentamento, sonhos, perspectivas, desejos.

O ato de chegar em alguma localidade, que poderá ser o lugar temporário ou mais ou menos permanente do migrante, é simultâneo à decisão de deixar um território construído. Quando se trata de uma migração internacional motivada pela impossibilidade de permanecer de maneira razoavelmente segura no território de origem, a chegada

em um novo país é, ainda, mais desafiadora. E, precisa de intervenção para se tornar humanizada, pois, envolve, mesmo que inconscientemente, relações de alteridade impregnadas nas instituições de controle do território nacional.

É neste sentido que atua a rede impulsionada pela experiência do Circuito Migrante, comandada pelo prof. Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira, que organiza este dossiê temático. As percepções de sofrimento pelo desconhecimento e pelo atendimento dispensado ao migrante estimularam o desejo de intervenção pelo convencimento e pela associação da teoria à prática dos estudos fronteiriços. Os resultados obtidos em Corumbá ecoaram em lugares, distantes, mas com realidade de (des)acolhimento semelhante. O Migrafron é resultado dos anseios de intervenção no processo de recepção humanitária dos migrantes.

Essa rede de pesquisadores de diversas instituições espelha o papel que acreditamos ser das universidades: sair dos seus muros e intervir para mudar a sociedade para melhor. Para tanto, deve-se utilizar as parcerias e capacidade de saber ouvir as experiências das práticas e dos fazeres sociais. O diferencial da universidade é a produção do conhecimento. Não pelas meras descrições de experimentações, mas de suas discussões e reflexões metodológicas. Esse dossiê apresenta esses elementos.

Foram nove artigos parte deste dossiê e mais um artigo no sistema de fluxo contínuo intitulado ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO DA TERRA ATRAVÉS DE UM ÍNDICE DE QUALIDADE DE ÁGUA NA MICROBACIA DO CÓRREGO SEGredo, CAMPO GRANDE/MS, BRASIL. Esta composição final ilustra bem o sentido interdisciplinar das contribuições recebidas e do sentido de ser da Revista GeoPantanal.

A fotografia da capa é de autoria do artista gráfico Alcino Vernochi, produzida em 2022. Sua escolha, pelo idealizador deste dossiê, prof. Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira, pretende despertar pensamentos sensíveis quanto aos limites e liberdades, alcances e demarcações, violência e placidez, tão presentes nos modos de viver nos limites internacionais e nas fronteiras.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Edgar Aparecido da Costa

APRESENTAÇÃO

O Migrafron – Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais -, orgulhosamente apresenta esse Dossiê publicado pela Revista Geopantanal. É, para nós, motivo de muita alegria poder estabelecer diálogos a partir desse canal que os editores nos proporcionaram, e a eles inclinamos nossos mais profundos agradecimentos por gesto tão importante em nossa tão jovem jornada.

Este Observatório é fruto de articulações entre pesquisadores do Mestrado em Estudos Fronteiriços, Campus do Pantanal, e de outros campi da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, além de diversas instituições do Brasil, como UFGD, UEMS, UNIOESTE, UNIR e UNIFAP, e do exterior, em especial Universidad de Guadalajara, do México e o INTE, do Chile. Temos como centro de nossa proposta produzir resultados que obtenham alcances, em especial, nas esferas sociais e administrativas que atuam diretamente com os migrantes internacionais em fronteira. Neste sentido, o Migrafron busca se articular em sua dupla missão: realizar leituras acadêmicas sobre os movimentos migratórios em fronteiras, conhecendo e reconhecendo estratégias, rotas, repetições e novidades, inclusive as novas repetições

que ocorrem nas redes, nos protocolos exercidos pelas autoridades, além dos pensamentos dos Estados sobre elas; isso, ao mesmo tempo em que visa inserir-se em contextos sociais muito relevantes, especialmente nos órgãos que atuam diretamente com os migrantes internacionais em fronteira. E, nesses ambientes profissionais tentamos acessar a compreensão sobre a existência de práticas que se viabilizam e cristalizam perante a ausência de políticas públicas. Em ambas as missões nós devemos estar atentos ao fato de que essas categorias de análise se impõem aos investigadores, e só se permite não devorá-los, ou ignorá-los, caso se coloquem na posição hesitante perante a um pensamento que não foi elaborado por elas.

As fronteiras e as migrações internacionais possuem certos mistérios, e pensamos que eles sejam incógnitas subversivas, pois, por um lado, se elas vêm ao encontro dos estudiosos através da atmosfera que as compõem, por outro, se revelam nos chãos que as mantêm. Esses segredos devem nos impregnar de uma espécie de interesse em enfrentar um pensamento que nos inclina ao erro, o de se contentar com a aparência. Por exemplo, análises sobre as formas como as nacionalidades em fronteira são manipuladas pelos seus habitantes podem ser interessantes pontos de interrogação a ser desvelado, uma vez que as noções de exterior e nacional, tão caros aos Estados, precisam ser reavaliadas.

O reconhecimento da existência de forças de atração e de repulsão que as fronteiras exercem, e que foram tão brilhantemente analisadas pelo Grupo Retis, indicam caminhos metodológicos muito mais seguros que aqueles que as designam meramente como instância deliberativa para ingresso, ou não, em um território. E, essa dialética fulcral na busca de algumas revelações acessíveis pode ser um procedimento de preparo, principalmente se nos perguntarmos, em permanência, sobre os limites entre a verdade e o saber.

Costumamos dizer que os fronteiriços e os migrantes internacionais sabem muito mais sobre fronteira e as migrações que qualquer pesquisador. Então, é com eles que nós devemos dialogar, e em seus espaços e territórios habitar. Mas, para isso devemos nos preparar para entender que a novidade pode ser simultânea às repetições, e que há passados que não passaram. E, assim, quem sabe, poder compreender que as falas, que construíram e reproduziram ideias sobre ambas as categorias, não apenas não caducaram, mas, sobretudo, permanecem

remoçadas e ocupando sorrateiramente os lugares dos mistérios que tanto devemos tratar com zelo.

Foi com esses propósitos, de rever conceitos e metodologias, que nos lançamos na realização do I Congresso do Migrafron, entre 04 e 06 de agosto de 2022. Este evento se propôs a fazer atualizações, algo muito relevante nos ambientes universitários, sobre alguns temas ligados à questão migratória internacional em fronteira, como: gênero, educação, escala global e local, acesso à justiça, dentre tantos outros. Contudo, também se ocupou em refletir sobre os alcances desses temas quando associados à produção acadêmica.

Sabemos o quanto é desafiador o caminho que escolhemos, mas também nos calçamos da certeza de que ele é o mais vibrante e estimulante que está ao nosso alcance. Desejamos fortemente que tenham excelentes leituras e reflexões sobre os artigos que compõem este número da Revista GeoPantanal. Eles aguardam pelos diálogos.

Marco Aurélio Machado de Oliveira
Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

REPENSAR LAS FRONTERAS. UNA REVISIÓN BIBLIOGRÁFICA (2011-2021)

Rethinking Borders. A Literature Review (2011-2021)

Diego Noel Ramos Rojas*

Resumen: Se desarrolló una genealogía del concepto de frontera, reconstruyendo el concepto mismo. Se buscó entender la idea de frontera en su forma más genérica, como un espacio polisémico, dinámico y privilegiado para el estudio de las movibilidades y las migraciones internacionales. Es revisada como concepto y como categoría, especialmente en su naturaleza compleja, heterogénea y poliédrica. Históricamente se le ha discutido filosófica y epistemológicamente; de toda la literatura que se ha producido sobre la frontera durante los últimos diez años, encontramos que hay acepciones y dimensiones que colocan a la frontera como un significado valioso para entender las realidades contemporáneas.

Palabras clave: Frontera, espacio, migración, límites, territorio.

Abstract: A genealogy of the border concept was developed, reconstructing the concept itself. This work sought to understand the idea of a frontier in its most generic form, as a polysemic space, dynamic and privileged for the study of mobilities and international migrations. It is revised as a concept and as a category, especially in its complex, heterogeneous and polyhedral nature. Historically the topic has been discussed philosophically and epistemologically; of all literature produced on the border during the last ten years, find that there are meanings and dimensions that place the border as a valuable meaning to understand contemporary realities.

Keywords: Border, space, migration, limits, territory.

Introducción

En el presente capítulo se intentó desarrollar una genealogía del concepto de frontera mediante una revisión de literatura pensada estratégicamente (MACHADO DE OLIVEIRA, 2007), dando paso a un ejercicio de profundización del concepto. Partimos del principio de que es un término polisémico y que en las realidades se presenta como una espacio sumamente dinámico y privilegiado para el estudio de las migraciones internacionales. Desde luego, reconocemos que el término frontera ha sido ampliamente revisado como concepto y como categoría, y por eso identificamos su condición y naturaleza compleja, heterogénea y poliédrica. El tema fronterizo adquiere mayor centralidad en el siglo XXI y, además, históricamente se le ha discutido de manera filosófica y epistemológica, refiriéndose a que las fronteras son “inicio y final, continuidad y ruptura, dentro y fuera, certezas y ambigüedades, límites y puentes” (VALENZUELA ARCE, 2014, p. 17).

* Doctor en Ciencias Sociales por la Universidad de Guadalajara. Profesor en la Universidad de Guadalajara (México), dicion_02@hotmail.com.

Ciertamente, las acepciones sobre las fronteras merecen ser revisadas y puestas a discusión, especialmente si en los últimos diez años encontramos que las fuerzas y los agentes que interactúan en las fronteras internacionales se han impuesto frente a las necesidades de las personas que las cruzan de forma cotidiana. Nos dimos a la tarea de describir las principales paradojas que nos hablan de la externalización de las fronteras a nivel geopolítico, pero sin olvidar que hay otras propuestas para pensar la forma de ser y estar en los espacios fronterizos.

En la búsqueda de una clarificación conceptual de las fronteras, tanto en su forma más genérica y simbólica como territorial y tangible, nos hemos preguntado ¿Cómo ha cambiado la concepción de las fronteras con el paso de los años? Stoddard (1991) advertía hace 30 años que los estudiosos de las fronteras debían revisar, discutir y confirmar las proposiciones de trabajos previos, antes de reformular y reconceptualizar las construcciones existentes. Uno de sus objetivos fue identificar la diferencia entre *frontiers* y *borders*. El primero vinculado originalmente a la idea más colonial de ampliar el dominio del territorio y buscar “nuevas” fronteras, posteriormente pensado como un entorno cultural donde unos grupos quedaban fuera de un territorio y otros dentro, aún así no fue un término lo suficientemente preciso para usarse en el campo científico. El segundo ligado al mantenimiento de las fronteras en el que participan los

estados nacionales modernos, basados en un proceso donde se ven relacionadas las legitimaciones de los límites territoriales impenetrables o viceversa, según sea el caso que les convenga. Pero especialmente vistos como sistemas que buscan incesantemente diseñar mecanismos de regulación, vigilancia y castigo al flujo migratorio que es capaz de cruzar determinadas fronteras geopolíticas.

Otro de los propósitos de Stoddar (1991) fue reconocer la homogeneidad y la segmentación de las fronteras, al mismo tiempo que entendió la necesidad de asumir las debilidades en las herramientas analíticas de ese entonces y que, por lo tanto, había que aclarar los términos y los conceptos existentes que tienen múltiples significados. Con ese mismo espíritu de clarificar, nos dimos a la tarea de revisar textos fundamentales sobre la idea de frontera producidos en la última década desde los estudios fronterizos. Pensar las taxonomías y concepciones de la(s) frontera(s), pero desde un estado de la cuestión, permite asociar dimensiones, niveles y categorías que pueden dialogar entre sí y al mismo tiempo encontrar relaciones más sólidas y desarrollar nociones más amplias.

Hacia una difícil clarificación conceptual

La frontera es un concepto que necesariamente alude a realidades complejas, pero caminar hacia una definición integral de frontera es mirar más allá de lo territorial, o al menos concebirla también desde el plano simbólico. Indudablemente podemos decir que constituye un espacio de actuación compartida; siguiendo a Olveros (2002, p.3), es un “escenario de una densa trama de relaciones económicas, sociales y culturales, pero un espacio cuya delimitación, por lo mismo de existir allí una relación dinámica, sólo puede ser establecida en forma aproximada y transitoria”. A nivel espacial se entretiene un número no determinado de relaciones dinámicas y cotidianas de todo tipo, pero que lo que en las fronteras se observa es tan cambiante (se transforma) que lo que se señale, únicamente será temporal y con cierta probabilidad. Esto se debe especialmente al carácter heterogéneo de todo lo que en esos escenarios ocurren y porque son “constitutivas de la vida social” (GRIMSON, 2003, p. 22). Dada su imposibilidad de conocer las fronteras en su totalidad, los agentes que intentan apropiarse de estos espacios, la han delimitado (o al menos intentado) administrativamente como regiones fronterizas promoviendo el enfoque nacionalista y empobreciendo las posibilidades de la gestión de las fronteras.

En el diccionario de la Organización Internacional para las Migraciones (OIM, 2006) se define la palabra frontera como “zona que separa dos Estados”. Esta nomenclatura es limitada y no permite estudiar las fronteras más allá de lo me-

ramente territorial. La frontera se pueden entender vagamente como una línea y de forma más amplia como una zona; si bien su dimensión territorial la vuelve notoria frente a otros fenómenos y realidades y en cierto sentido son parte vital de una nación o de un territorio (BASAIL, 2005a; 2005b), no debemos perder de vista el cuestionamiento de Castillo (2005, p. 56) hacia el paradigma de la identidad nacional, lo que invita a cuestionar la fronteras en su papel de límite ante las presiones de los intereses de los estados nacionales, superando la idea de que las fronteras son únicamente “elementos contenedores o defensores de cualquier tipo de agresión externa, y de todo aquello que puede afectar el orden establecido, la identidad nacional o el patrimonio cultural, conceptos que tienen definiciones cuestionables”.

Desde los estudios migratorios, Alvites Baiadera (2019) hace un esfuerzo sobresaliente para interpretar el régimen de frontera en América del Sur. Desde el año 2017 la autora había propuesto en su tesis doctoral una categoría analítica que nombró como *Fronteras de Permanencia*, las cuáles apoyándose de la externalización y los cruces, pudo explicar cómo se externalizan las políticas de control migratorio. Alvites Baiadera (2019, p. 144) define estas fronteras como “espacios reticulares con el fin de identificar y clasificar las movilidades de los sujetos en el territorio”.

Desde lo geopolítico, habría que entender las fronteras nacionales como espectros político-territoriales gestionados por los estados nacionales, pero también son zonas de contacto, de relaciones y de espacios donde se disputan todo tipo de significados. La frontera es más allá del límite que sirve para demarcar los territorios geopolíticos (FÁBREGAS, 2005), es ese espacio “donde se desenvuelven actores que las habitan y las cruzan con identidades distintas” (TAPIA, 2017, p. 65). Conceptualizar la idea frontera no es tarea fácil. En el mundo contemporáneo ya no es suficiente acudir a definiciones sencillas, su naturaleza es contradictoria, porque en ella cabe la inclusión y la exclusión a la vez, es también una metáfora que evoca una puerta que separa o un puente que unifica (SIMMEL, 2001), pero sobre todo es una posibilidad para la apertura y el debate (CHRISTIAN, 2011).

Las fronteras. Una revisión de la última década

Las obras pioneras de *Borderlands/ La frontera: The new mestiza*, de Gloria Anzaldúa (1987) donde dice que la frontera no es el mejor lugar para vivir pues “el odio, la ira y la explotación (...) son las características de este paisaje” (p.19), y *Culture and truth: The remarking of social analysis*, de Renato Rosaldo (1993) son clave para entender el recorrido y el punto donde nos encontramos. Ciertamente,

los estudios sobre fronteras han crecido y mutado desde finales del siglo XX a la actualidad, buscando la interdisciplinariedad y la transdisciplinariedad (TAPIA, 2017).

En la definición de María Belauteguigoitia (2009) propuesta para el *Diccionario de Estudios Culturales Latinoamericanos*, sugiere imaginar la frontera más allá de su carácter geopolítico y geográfico, y verlo como un dispositivo pedagógico con el que se pueden entender las inequidades y asimetrías, las resistencias y las negociaciones frente al poder (p. 107). En ese texto la autora cita a José Manuel Valenzuela Arce y lo identifica como un participante activo del debate sobre la capacidad pedagógica de la frontera, especialmente para analizar las estructuras de dominación y aquellas formas para sobrevivirlas.

Uno de los primeros trabajos que replantearon el concepto de frontera internacional en la última década fue el de Benedetti (2011), el autor logra esto observando las fronteras sudamericanas. En su texto se refiere a las fronteras internacionales del sur sudamericano desde la formación de los estados nacionales, pero logra avanzar al decir que las movilidades humanas no se dan sin la existencia de las fronteras y que las fronteras no tienen razón de ser sin las movilidades humanas, es decir, son concomitantes. Así mismo, afirma que un problema fue que los estados nacionales establecieron sus fronteras, pero dejaron de lado la vinculación de esos mismos espacios binacionales, quedando “rotulado” solamente como frontera, no como un encuentro de fronteras, por eso Benedetti (2011) prefiere nombrarlas como espacio fronterizo, ya que ese término alude a esas dos fronteras nacionales yuxtapuestas.

En las ciencias sociales, el concepto frontera tiene diferentes significados y usos explicativos en lo temporal y lo espacial. Arriaga (2012) afirma que en la geografía humana aparecen varias definiciones del concepto frontera, cada una construida desde una mezcla de categorías espaciales (zona, región, territorio), fenómenos y procesos sociales que ocurren en los espacios fronterizos y los sujetos implicados que la habitan. Entonces, resulta lógico pensar que esas diferentes combinaciones producirían significados distintos del concepto frontera.

Por su parte, Mezzadra y Neilson (2013) señalan que las fronteras son configuradoras del mundo, aún con sus repentinos cambios en sus patrones de movilidad y superposición, asumiendo que aparecen y desaparecen, o inclusive se transforman en aterradores muros. Los autores identifican que las fronteras no solamente crecen en número, sino que desempeñan distintos roles, se externalizan y se transforman. Plantean entender a la frontera como un método que ayuda a pensarlas como “procesos cognitivos porque permiten el establecimiento tanto de taxonomías como de jerarquías conceptuales que estructuran el movimiento

mismo del pensamiento” (p.36). Mezzadra y Neilson (2013) insisten en que la frontera es tanto un objeto de estudio como un punto de vista epistemológico. En concordancia con Mezzadra y Neilson (2013), agregamos que la frontera también es un concepto poliédrico (RAMOS; CORAZA DE LOS SANTOS; MARTÍNEZ, 2018), al mismo tiempo que una categoría analítica polisémica, dada su múltiple utilidad para observar todo tipo fronteras: “culturales, simbólicas, sociales, raciales, entre otros, y en muchos de estos casos excede la relación entre Estados y migraciones” (ALVITES BAIADERA, 2019, p. 127).

Tagliacozzo (2015), en su obra *Jagged Landscapes: Conceptualizing Borders and Boundaries in the History of Human Societies*, concibe la frontera más allá de las ciencias sociales, hace un recorrido histórico con el fin de cuestionar las definiciones previas y descubrir otras formas de concebir a la frontera con mayor cuidado. Tagliacozzo (2015) apunta tres enfoques teóricos desde donde se ha estudiado a la frontera a nivel conceptual, comenzando con el enfoque comparativo, el cual ha sido uno de los más socorridos por los académicos que estudian lo fronterizo, este se basa en mapear las fronteras, identificando similitudes y diferencias bajo un marco global. El otro enfoque, como es de suponerse por su influencia en la literatura, es el geográfico, de ahí los académicos buscaron usar su andamiaje teórico para encontrar las formas en las que las fronteras no solamente existen en un espacio “real”, sino que se transforman. Un tercer enfoque está estrechamente relacionado con el Estado y su papel en la configuración de las fronteras para confirmar su autoridad, especialmente en las sociedades occidentales. Ahora bien, ¿Cuál de estos enfoques resultó más exitoso para el campo académico en los estudios fronterizos? Tagliacozzo (2015) propone concentrarse en otros enfoques, en aquellos que no sean clásicos y buscar enfoques que ofrezcan nuevas posibilidades para conocer la naturaleza de las fronteras, ya que el planteamiento principal del autor gira sobre que el nivel de interés en entenderlas será proporcional a las formas en la que se busca mirarlas. El autor propone un enfoque de dos frentes: teórico y práctico, una mirada doble es sumamente útil para aproximarse a ellas como concepciones y como realidades vividas.

Aunque las fronteras se han estudiado principalmente desde los lentes políticos y geográficos, han aparecido enfoques alternos, sugerentes y provocadores que han aportado a los estudios fronterizos, como el enfoque antropológico que es capaz de observar elementos a nivel micro que, a diferencia del nivel macro, no se pueden detectar. Tagliacozzo (2015) analizó los enfoques alternos y los nombró como los Nuevos enfoques de la conceptualización de los espacios fronterizos en la literatura de las ciencias sociales, ahí aparecen los siguientes: el enfoque etnográfico; el enfoque ecológico; el enfoque geológico; el enfoque marítimo, el

enfoque legal; el enfoque lingüístico; el enfoque bioquímico y el enfoque transgresor. Este último es quizás el más novedoso por ser la contraparte necesaria de los dispositivos estatales de coerción y control fronterizo.

En ese sentido, Tagliacozzo (2015) desmonta la idea de una frontera perfectamente ejecutable apoyándose en Heyman (1999) y reconociendo que tanto la producción de las demarcaciones como la transgresión o cruces de los límites son absolutamente dependientes entre sí, es decir, una forma parte de la otra, son impulsos que se complementan y se confirman al estar cara a cara.

Si bien acercarse a las fronteras desde un enfoque político y geográfico aludirá a entenderlos como confines y límites, tampoco se puede escapar del prefijo trans que la define como un espacio transitivo. Valenzuela Arce (2014) habla de transfronteras, la mirada trans puede ofrecer una mejor visión o un modelo más completo para entender la complejidad de las fronteras. Se trata de un abanico de fronteras que han ganado centralidad y fuerza, y por lo tanto es ineludible no hablar de las fronteras nacionales que exacerbaban las inequidades en el mundo:

Las fronteras funcionan como sistemas de clasificación, distinción, son sistemas significantes que producen procesos de inclusión y exclusión, de empatía y hostilidad. En las fronteras conviven diversas centralidades que producen variadas periferias socioculturales (VALENZUELA ARCE, 2015, p.17).

En la obra colectiva *Palabras clave para el estudio de las fronteras*, Benedetti (2020) reconoce que la frontera es más que un concepto y que es tan complejo que requiere, en el caso de este libro, de 64 palabras claves para ser estudiado. En la presentación de este texto, Benedetti (2020) hace uso de experiencia y expertise para reflexionar que las fronteras son:

Una diversidad de dispositivos y artefactos socialmente construidos, materiales y simbólicos, que están espacial y temporalmente localizados, que poseen diferentes funcionalidades y que expresan situaciones sociales de configuración de ámbitos geográficos, así como de diferenciación, separación, cohesión, vinculación y conflicto entre ellos. Asimismo, son las relaciones sociales (de poder, de intercambio, de identificación, de competencia, de parentesco, etc.) las que dan origen y sentido a las fronteras, definiéndolas y redefiniéndolas en múltiples escalas y a través de diversos acontecimientos. Las funciones socialmente asignadas a las fronteras, sus condiciones de sitio y los imaginarios que las moldean cambian con el tiempo, y también lo hacen las formas de conceptualizarlas. Asimismo, son visualizadas y narradas, materializadas y edificadas de múltiples maneras (p. 15).

Dimensiones y categorías de la frontera

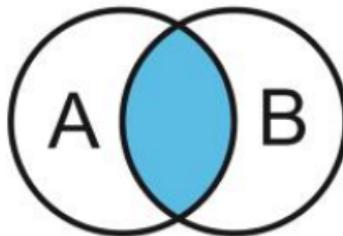
Hay una clara distinción entre aquellas fronteras naturales y las que socialmente fueron creadas por los seres humanos. Las segundas fueron creadas “para

delimitar sistemas de pertinencia y exclusión o adscripción y diferenciación” (VALENZUELA ARCE, 2014, p.18). Velasco (2015) refiere a las fronteras como una sociedad fronteriza que va más allá de la regulación de tránsitos o decisiones administrativas, las fronteras son sociedades preexistentes a llegada de los estados contemporáneos, en las que sus habitantes dinamizan y configuran constantemente una región capaz de coexistir con otras realidades.

Si nos enfocamos en que una de sus formulaciones más sugerentes y provocadoras es concebir a las fronteras como un fenómeno social, este planteamiento tendría que considerar que las fronteras poseen múltiples dimensiones y que estas nos obligan a pensarlas desde diferentes ángulos. Sánchez Ayala (2015) plantea, del concepto de frontera, al menos dos dimensiones que superan la idea simple de una línea que separa: la primera alude a una zona desconocida, no dominada y de potencial expansión y la segunda alude a una zona de integración y/o separación en constante interacción, funcionando como barrera (*border*), pero sin perder su permeabilidad.

¿Cuántas dimensiones tiene el concepto de frontera? Valenzuela Arce (2014, p. 20-25) propuso cuatro dimensiones: la conjuntiva, la disyuntiva, la conectiva y la inyuntiva. Confirmamos que cada una opera y se representa visualmente como los operadores booleanos AND, OR, XOR y NOT¹. La Dimensión conjuntiva alude a la unión de cosas diferentes, junta realidades separadas (Figura 1):

Figura 1. Dimensión conjuntiva (AND)



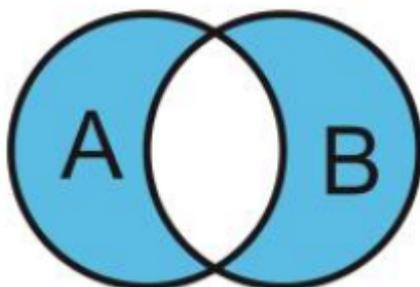
Fonte: Elaboración propia a partir de la dimensión propuesta por Valenzuela Arce (2015).

La Dimensión disyuntiva alude a la separación de realidades intrínsecamente relacionadas entre sí, por medio de demarcaciones físicas, sociales y simbólicas que separan realidades que se encontraban unidas. Dada su carga de mutua exclusión, “los procesos disyuntivos se justifican culturalmente mediante prejuicios, estig-

¹ Son parte de un lenguaje matemático utilizado para realizar búsquedas de información de mayor complejidad. Más información en: <https://centrogeo.repositorioinstitucional.mx/jspui/bitstream/1012/155/1/11-Consulta%20con%20Operaciones%20Booleanos%20-%20Diplomado%20en%20An%C3%A1lisis%20de%20Informaci%C3%B3n%20Geoespacial.pdf>

mas, estereotipos, racismos, etc. producen rupturas y contenciones que pretenden imponer lo prohibido y lo permitido” (VALENZUELA ARCE, 2014, p. 22). Esta dimensión está muy presente en la militarización de las fronteras, la vigilancia operada por agentes migratorios, y desde luego, por las guardias nacionales que tienen como norma la contención y detención (Figura 2).

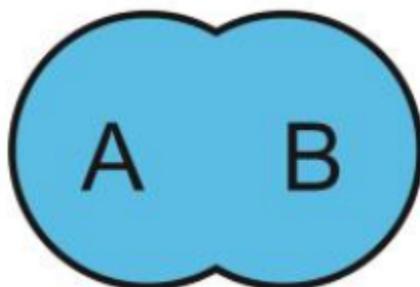
Figura 2. Dimensión disyuntiva (XOR)



Fonte: Elaboración propia a partir de la dimensión propuesta por Valenzuela Arce (2015).

La Dimensión conectiva (Figura 3) refiere a la vinculación y conformación de enlaces que dan lugar a prácticas transfronterizas (ambos lados). Aunque se trate de una misma dimensión, el lado opuesto es la Dimensión desconectiva que refiere a “políticas, disposiciones y procesos que limitan la comunicación y las relaciones entre personas y grupos de naciones distintas (...) que tratan de cerrar las opciones de otros mundos posibles.” (VALENZUELA ARCE, 2014, p. 25).

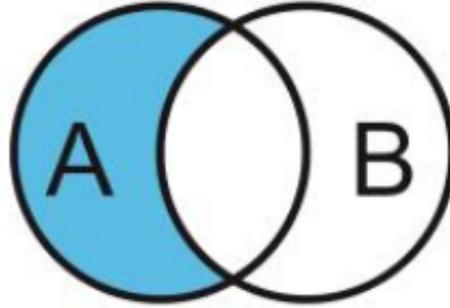
Figura 3. Dimensión conectiva/desconectiva (OR)



Fonte: Elaboración propia a partir de la dimensión propuesta por Valenzuela Arce (2015).

Finalmente, la Dimensión inyuntiva que refiere a “la condición fronteriza impuesta, la orden o mandatos (...) a través de mecanismo legales o ilegales, legítimos e ilegítimos, de persuasión y de fuerza”. No solamente se trata de exclusión, sino de desigualdad, de violación a derechos humanos, de la limitación y negación de las libertades ciudadanas (Figura 4).

Figura 4. Dimensão inyuntiva (NOT)



Fonte: Elaboração própria a partir de la dimensión propuesta por Valenzuela Arce (2015).

Rodríguez (2014, 2020a, 2020b) construyó un elaborado e interesante modelo epistemológico de la frontera usando ocho categorías analíticas que le permitieron realizar estudios fronterizos comparados en diferentes continentes.

La primera la llamó la frontera sociohistórica utilizada para transformar lo social y lo político de los Estados. Consiste en imaginar las fronteras desde su carácter geográfico e histórico (espacial y temporal) y que este, a su vez, ha servido para transformar lo social y lo político de los Estados. La segunda es la frontera subjetiva y refiere a cada interacción y agencia política entre sujetos, colocando en esa comunicación constante otras fronteras de tipo lingüístico, religioso, cultural, étnico, psíquico, corporal, etc. La tercera es la frontera de la *securitización*: el uso del control fronterizo para el “resguardo” nacional del otro extranjero, representado como “bárbaros”, “invasores”, “terroristas”, etcétera. Esta frontera opera utilizando tecnología sofisticada (sensores de calor y movimiento) y tradicional (muros y militares). La cuarta es la frontera glocal, en ella se entretrejen otras fronteras, tales como las económicas, las jurídicas internacionales, las supranacionales, transnacionales y transfronterizas. En esta categoría se observan las relaciones interinstitucionales de los Estados nacionales.

Posteriormente, Rodríguez (2020a, p. 27) agregó otras dos categorías para el estudio de las fronteras: la frontera vertical y la frontera horizontal, las cuales requieren situarse geo-espacialmente y trazar las rutas de los flujos migratorios contemporáneos, es decir, trazar las “cartografías de las fronteras”. La frontera vertical se traza de sur a norte y son las más impenetrables, son esas rutas que van hacia el norte, se configuran con y a pesar de las políticas (anti)migratorias. Las fronteras horizontales aparentemente recorren el borde geopolítico entre países, pero en realidad se trata de una frontera territorial que se traza por el recorrido real en el que es posible desplazarse desde la lógica de la geolocalización.

Con la llegada del cruce de las caravanas migrantes (2018-2019), Rodríguez (2020b) agregó otras dos, pensadas para trabajar el contexto fronterizo del sur de México, pero capaces de ser utilizadas para analizar otras fronteras del mundo con circunstancias similares: la frontera hospitalaria y la frontera intrerregional. La primera como una apuesta utópica de estudiar posibilidades de una frontera de puertas abiertas, pero no funcionó tanto tiempo por el cambio de estrategia política del gobierno federal y el control migratorio. La segunda refiere a una reterritorialización de la frontera, capaz de superar lo territorial para ampliar o moldear su frontera a conveniencia, ya sea para promover un desarrollo económico o bien, internalizar los controles migratorios.

Finalmente, quiero hablar de uno de los textos más recientes en esta revisión de literatura, el trabajo de Tapia (2021) es provocador porque nos recuerda la relevancia de las fronteras en la literatura y en el intercambio cotidiano, al mismo tiempo que nos advierte la necesidad de buscar conceptos que hablen de la pluralidad de movimientos, movilidades y migraciones (no como sinónimos pero sí relacionados entre sí), mismos que interactúan y que, cuando se ejecutan, tanto en las fronteras nacionales como en las fronteras estatales, ambas con la capacidad de condicionar los cruces fronterizos, es decir, dependiendo el contexto, se mostrarán abiertas o se crearán muros. La autora insiste en que las fronteras sean vistas como “áreas fronterizas analíticas”, porque eso posibilita estudiarlas según sea su especificidad y usar herramientas teóricas-conceptuales que se adapten a las necesidades de investigación y al problema central.

Conclusiones

Lo que este ejercicio permite, además de hacer un repaso por la producción de la última década sobre el estudio conceptual de las fronteras, es intentar pensar la(s) frontera(s) desde sus ángulos, sin perder de vista las connotaciones negativas (AUGUSTO GALEFFI, 2018) que provienen de las concepciones más clásicas de la idea de frontera. Estudiar la frontera como algo más que un territorio ayuda a entender que las fronteras están lejos de desaparecer, principalmente porque son dimensiones y categorías poderosas para estudiar el territorio, las dinámicas y las relaciones. Ciertamente, el mundo se está desterritorializando, es una diáspora, es porosa, pero eso vuelve a las fronteras aún más complejas, es decir, sí apunta a desmontar al concepto clásico donde encasillaron a la frontera como homogénea y fija, y que, por el contrario, se estará asumiendo cada vez con más fuerza como espacios donde se conectan diversos procesos. Sin embargo, se debe ser cuidadoso al momento de cuestionar los estudios clásicos, dado que se puede caer en la ge-

neralización de las fronteras, en las que todas son o tienen que ser forzosamente fluidas y porosas (CABRERA, 2015).

El concepto de frontera, al menos en el campo de los estudios fronterizos y migratorios en América Latina, seguirá transformándose, abriendo más dimensiones para pensarlas, inclusive más allá de lo territorial, aún cuando las fronteras geopolíticas se están reterritorializando también. Las categorías que ofrece son relevantes para el estudio permanentes de las movilidades humanas del siglo XXI, por lo tanto, ya sea desde la filosofía, las ciencias políticas, la geografía o cualquier otra disciplina, la idea de frontera o espacio fronterizo, seguirá trayendo provocaciones, nuevas discusiones y formulaciones cada vez más sugerentes.

Podemos concluir que la revisión de literatura de un tema tan acuciante como el fenómeno fronterizo, ya sea pensado como concepto o como categoría, nos resulta aún difícil de clarificar, sin embargo, pudimos rastrear que el carácter polisémico, pero sobre todo el carácter multidimensional, sigue presente en los trabajos académicos que presentamos en este capítulo. Debemos recordar que la frontera también es un proceso viviente capaz de dinamizar y ser dinamizado por las movilidades humanas, territorialmente son cruzadas debido a su porosidad, pero simbólicamente nos cruzan a un nivel personal, cultural e identitario.

Bibliografía

ALVITES BAIADERA, Angélica. Migraciones internacionales, fronteras y Estados. ¿Cómo interpretar el régimen de frontera desde América del Sur? **Desafíos**, v. 31, n. 1, p. 123-156, 2019.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La frontera: The New Mestiza**. San Francisco: AuntLuteBooks, 1987.

ARRIAGA RODRÍGUEZ, Juan Carlos. El concepto frontera en la geografía humana. **Perspectiva Geográfica**, v. 17, p. 71-96, 2012.

AUGUSTO GALEFFI, Dante. A fronteira como lugar geográfico, epistêmico, político e cultural: delineando sentidos e contrastes. **Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales**, v. IX, p. 23-26, 2018.

BASAIL, Alain. Fronteras desbordadas. Definición en transición. En: BASAIL, Alain (Coord.). **Fronteras desbordadas**. Ensayos sobre la Frontera sur de México. México: Juan Pablos Editor, 2005a. p. 11-20.

BASAIL, Alain. Gobernar en frontera. Desafíos de la gobernabilidad y el desarrollo en el sur mexicano. En Alain Basail (Coord.). **Fronteras desbordadas**. Ensayos sobre la Frontera sur de México. México: Juan Pablos Editor, 2005b. p. 153-188.

BELAUTEGUIGOITIA, Marisa. Frontera. En: SZURMUK, M.; MCKEE IRWIN, R. **Diccionario de Estudios Culturales Latinoamericanos**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

BENEDETTI, Alejandro. Lugares de frontera y movilidades comerciales en el Sur Sudamericano: una aproximación multiescalar. En: APARECIDO DA COSTA, E.; VILLELA LIMA DA COSTA, G.; MACHADO DE OLIVEIRA, M. A. **Fronteiras em foco**. Campo Grande: Editora UFMS, 2011.

- BENEDETTI, Alejandro. **Palabras clave para el estudio de las fronteras**. Buenos Aires: Teseo Press, 2020.
- CASTILLO, Manuel Ángel. Fronteras, migración y seguridad en México. **Alteridades**, v. 15, n. 30, p. 51-60, 2005.
- CHRISTIAN, Jan Edvin. La insoportable ambigüedad de la frontera. En Gloria Cira Valdéz y Helana Balsev Clausen (Coords.). **Retratos de Frontera**. Migración, cultura e identidad. Sonora: El Colegio de Sonora, 2011. p. 21-34
- FÁBREGAS, Andrés. El concepto de frontera: una formulación. En: BASAIL, Alain (Coord.). **Fronteras desbordadas**. Ensayos sobre la Frontera sur de México. México: Juan Pablos Editor, 2005. p. 21-52.
- GAMEROCABRERA, Isabel. Los límites del concepto de frontera en distintas teorías antropológicas posmodernas. **Cinta de moebio**, n. 52, p. 79-90, 2015.
- GRIMSON, Alejandro. Disputas sobre fronteras. En: MICHAELSEN, Scott; JOHNSON, David. **Teoría de la Frontera**. Buenos Aires: Gedisa, 2003. p. 13-24.
- HEYMAN, Josiah. **States and Illegal Practices**. Oxford: Berg. 1999.
- MACHADO DE OLIVEIRA, Marco Aurelio. Novos elementos teórico-metodológicos para os estudos migratórios em fronteira. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 35, n. 3, p. 1-5, 2018.
- MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. **La frontera como Método**. Madrid: Traficante de sueños, 2013.
- OIM. **Glosario sobre Migración**. Lima: Organización Internacional para las Migraciones, 2006.
- OLIVEROS, Luis. **La integración de las fronteras andinas**. Documentos informativos. Lima: Comunidad andina, 2002.
- RAMOS ROJAS, Diego; CORAZA DE LOS SANTOS, Emroqie; MARTÍNEZ JUNCO, Santiago. Miradas desde el sur de México sobre seguridad y frontera / Gazes from southern Mexico on security and border. **URVIO - Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad**, n. 23, p. 57-72, 2018.
- RODRÍGUEZ ORTIZ, Roxana. **Epistemología de la frontera**. Modelos de sociedad y políticas públicas. México: Eón, 2014
- RODRÍGUEZ ORTIZ, Roxana. Los estudios sobre fronteras internacionales desde una perspectiva comparativa. En: SANTOS, Enrique Coraza de los; LASTRA, Soledad (Eds.). **Miradas a las migraciones, las fronteras y los exilios**. Santiago: CLACSO, 2020a. p. 23-42.
- RODRÍGUEZ ORTIZ, Roxana. **Migración cero**. Reterritorializar la condición del refugiado en México. México: Bajo tierra ediciones, 2020b.
- ROSALDO, Renato. **Culture and truth: The remarking of social analysis**. Boston: Beacon Press, 1993.
- SÁNCHEZ AYALA, Luis. De territorios, límites, bordes y fronteras: una conceptualización para abordar conflictos sociales. **Revista de Estudios Sociales**, n. 53, p.175-179, 2015.
- SIMMEL, George. **El individuo y la libertad: ensayos de crítica de la cultura**. Barcelona: Ediciones Península, 2001.
- STODDARD, Ellwyn. Frontiers, borders and border segmentation: toward a conceptual clarification. **Journal of Borderlands Studies**, v. 6, n. 1, p. 1-22, 1991.
- TAGLIACOZZO, Eric. Jagged Landscapes: Conceptualizing Borders and Boundaries in the History of Human Societies. **Journal of Borderlands Studies**, v. 31, n. 1, p. 1-21, 2016.

TAPIA LADINO, Marcela. Las fronteras, la movilidad y lo transfronterizo: reflexiones para un debate. **Estudios Fronterizos**, v. 18, n. 37, p. 61-80, 2017.

TAPIA LADINO, Marcela. Migrations and Borders: Contributions to Understand Mobility in Cross-border Areas. **Journal of Borderlands Studies**, p. 1-19, 2021. doi:10.1080/08865655.2021.1948897.

VALENZUELA ARCE, José Manuel. **Transfronteras. Fronteras del mundo y procesos culturales**. Tijuana: Colegio de la Frontera Norte, 2014.

VELASCO, Omar. Migraciones y fronteras. **REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, n. 44, p. 264-274, 2015.

VOLTA PARA O LUGAR DE ONDE VEIO! O LUGAR DA XENOFOBIA E A DEMARCAÇÃO SOCIAL

Go Back to Where you Came From! The Place of Xenophobia and Social Demarcation

Eric Gustavo Cardin*

Resumo: A pesquisa explora o uso instrumental da xenofobia como ferramenta de desclassificação social no período da pandemia de Covid-19, mais especificamente durante o ano de 2020. Para tanto, organizamos e analisamos os casos reportados em jornais de grande circulação do Brasil utilizando o Atlas.ti. O texto encontra-se organizado em duas partes. Na primeira, encontram-se alguns casos representativos do uso instrumental da xenofobia, enquanto na segunda são problematizadas as denúncias realizadas pela imprensa. Juntas, iluminam o lugar onde se encontra as condições para a constituição e a manutenção da xenofobia como um recurso de demarcação e exclusão.

Palavras-chave: xenofobia, migração, imprensa.

Abstract: The research explores the instrumental use of xenophobia as a tool of social declassification in the period of the Covid-19 pandemic, more specifically during the year 2020. To this end, we organize and analyze the cases reported in large circulation newspapers in Brazil using the Atlas.ti. The text is organized in two parts. In the first, some representative cases of the instrumental use of xenophobia are found, while in the second, the denunciations made by the press are problematized. Together, they illuminate the place where the conditions for the constitution and maintenance of xenophobia are found as a resource of demarcation and exclusion.

Keywords: xenophobia, migration, press.

Introdução

O olhar desconfiado se revelou. Aquele rosto que muitas vezes se virava para evitar o cruzamento de olhares ou simplesmente para disfarçar qualquer desconforto foi lentamente substituído por uma postura empoderada de razão que supostamente passou a lhe conceder autoridade para julgar. Não, muito mais do que um simples mirar. Esbravejar. Lhe permitiu expressar sentimentos escondidos, camuflados em nossa falsa democracia racial, em nossa lacaia hospitalidade. Aquele que um dia veio nos ajudar a construir a cidade, levantar os prédios, produzir nas indústrias, tornou-se massa indesejada acompanhando movimentos econômicos e políticos ideológicos que constroem imaginários efêmeros de quem é o outro.

Pessoa, sujeito, individuo, sujeito, macaco. Ele come morcego e cachorro. O Covid-19 vem por um *delivery* do bairro chinês. Os comunistas canibais da ditadura militar brasileira tornaram-se comunistas primitivos comedores de

* Doutor em Sociologia. Pós-doutor em Antropologia Social. Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Coordenador do Laboratório de Pesquisa, Ensino e Extensão "Fronteiras, Estado e Relações Sociais" (LAFRONT). Contato: eric.cardin@unioeste.br.



animais rastejantes e voadores, que possuem a ambição de conquistar o mundo espalhando uma praga pelo globo, ou melhor, um vírus, o coronavírus. Assim, todos seus compatriotas são, de alguma forma, cúmplices. Não importam onde estão, nem o que fazem. Esta história ridícula e sem fundamento, por mais desconectada que possa parecer, permitiu que muitas “pessoas de bem”, no intuito de garantir sua posição de classe, utilizasse de recursos de linguagem para constranger e deslegitimar grupos étnicos que, supostamente, pudessem ameaçar aqueles supostamente já estabelecidos.

O período de distanciamento social exigido pela pandemia explicitou contradições sociais de diferentes níveis. A distância econômica entre pobres e ricos foi escancarada, fundada em uma distribuição de renda extremamente desigual. Contudo, não são apenas os elementos estruturais, alicerçados nos antagonismos da relação capital e trabalho, que foram aflorados no silêncio da quarentena. A crise no mercado de trabalho, com a extrema precarização das ocupações existentes e a ampliação do exército de trabalhadores de reserva, atingiu a população mais vulnerável. Os gritos da violência doméstica também ecoaram com maior facilidade, assim como a degradação e a consequente explosão derivada do atrito nas relações de gênero. Enfim, a efervescência social de um país sem uma administração federal decente alimentou o fogo em um lugar onde antes apenas havia calor.

Diante deste contexto, o problema de estudo apresentado na pesquisa explora o uso instrumental da xenofobia como ferramenta de desclassificação social no período da pandemia de Covid-19, mais especificamente durante o ano de 2020. Para tanto, analisamos casos reportados em alguns jornais de grande circulação do Brasil utilizando o *Atlas.ti* como ferramenta para organizar e relacionar as categorias mais representativas nas publicações. Em um segundo momento, problematizamos os dados obtidos por meio de um estudo qualitativo, utilizando como referência as contribuições realizadas por Norbert Elias e John L. Scotson (2000), na obra os “Os estabelecidos e os outsiders”, e com Erich Fromm (1972), em “O medo à liberdade”.

O texto encontra-se organizado em duas partes. Na primeira, apresento alguns casos representativos daquilo que categorizo como uso instrumental da xenofobia, demonstrando como o uso da linguagem se configura como uma arma importante no processo de definição das fronteiras entre estabelecidos e outsiders. Além disso, problematizamos o papel das instituições no processo de reprodução do preconceito. Por fim, no segundo momento, nos concentramos nas denúncias realizadas pela imprensa e nos fatos ocorridos de maneira mais direta, buscando analisar o lugar onde se encontra as condições para a constituição e a manutenção da xenofobia como um recurso de demarcação e exclusão.

A xenofobia como arma

De maneira objetiva, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2019, p. 20) define xenofobia como “o sentimento de aversão, desconfiança, medo, antipatia, rejeição em relação ao estrangeiro, ao que vem de outro país, ao que vem de fora”. Indo além, destaca que ela “se manifesta em atitudes discriminatórias e, muitas vezes, violentas, tanto verbais como físicas e psicológicas contra migrantes” e “podem ser encontradas em políticas adotadas por países que buscam restringir fluxos migratórios”.

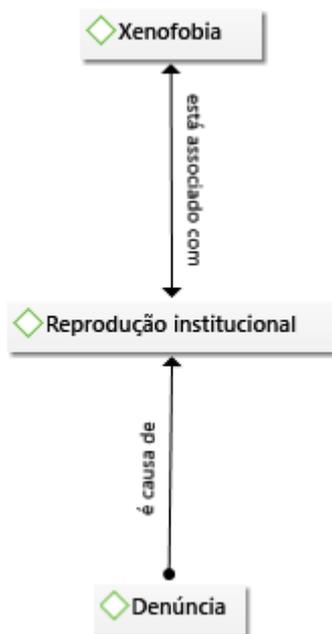
A definição atemporal exposta anteriormente tem a sutileza e, ao mesmo tempo, a crueldade da dialética. Ao mesmo tempo em que ela não fala diretamente de ninguém, ela fala de todos nós. Ao mesmo tempo em que ela é imprecisa historicamente, ela implacável no passado, no presente e no futuro. Assim como ocorre com as práticas xenofóbicas. Sim, elas sempre ocorreram, mas suas manifestações e latências estão relacionadas as oscilações políticas, econômicas e sociais vividas nos diferentes momentos da humanidade.

Há períodos históricos em que a xenofobia se coloca como um problema social mais gritante e urgente, enquanto em outros ela fica adormecida (isso não

A Figura 1 é constituída pelas palavras mais presentes nos artigos de jornais que foram reunidos para a investigação realizada, aquelas com maior destaque correspondem às que aparecem de maneira mais frequente. Como não poderia ser diferente, a palavra-chave da nuvem é “xenofobia”, acompanhada de “Brasil”. No entanto, destaca-se na imagem a importância que os termos “chineses”, “chinês”, “universal”, “angolanos”, “pandemia”, “privacidade” ganham, enquanto “haitianos” e “venezuelanos” aparecem redigidos em fonte menor e menos centralizados, expressando o lugar ocupado nas reportagens utilizadas.

A demonstração visual desta questão não é a afirmação de que o imaginário existente no Brasil sobre venezuelanos e haitianos está melhorando ou, por outro lado, que hoje somos mais preconceituosos em relação aos angolanos e chineses, mas que a concepção existente sobre o “outro” oscila, acompanhando os movimentos contextuais, políticos, econômicos e ideológicos que se fazem presente em determinado momento histórico. Quando o processo migratório de determinada etnia ganha uma maior visibilidade por uma causa específica, seja um desastre ambiental, um atentado terrorista ou a mundialização de um vírus, observa-se também o surgimento de um maior número de casos de xenofobia.

Figura 2 – Mecânica da xenofobia



Fonte: Produzido pelo autor por meio da utilização do Atlas.ti.

As reportagens apresentam uma estrutura semelhante, mesmo abordando grupos étnicos distintos e problemas sociais específicos. Em grande medida, ini-

ciam explorando as denúncias e/ou as condições no qual se encontram os migrantes e refugiados em determinadas localidades do país. Em um segundo momento, buscam problematizar os elementos causais, onde se expressa a importância das instituições sociais na reprodução das práticas xenofóbicas e, conseqüentemente, na produção de um preconceito estrutural, que se faz presente nos discursos e nas políticas.

Fisgar a reprodução estrutural da xenofobia no contexto pesquisado corresponde a um momento ímpar, pois permite constatações reveladoras. A maior ou menor manifestação da xenofobia é uma questão contextual. O tamanho das comunidades de migrantes ou a intensidade dos processos migratórios não são aspectos determinantes de como um grupo étnico será recebido e representado no país de destino, tão importante quando os números populacionais é a conjuntura social, política e econômica que alimentam as relações vivenciadas em cada período histórico.

Neste sentido, as instituições sociais, por meio de suas práticas e discursos, tornam-se determinantes na reprodução dos imaginários construídos sobre os diferentes grupos, direta ou indiretamente. Os migrantes e refugiados tornam-se essenciais durante o processo de expansão do capital ao ampliarem o exército de trabalhadores de reserva e ao ocuparem vagas não preenchidas pelos moradores naturais do país, o que cria um ambiente favorável e de hospitalidade. Tal situação é rapidamente modificada quando ocorrem oscilações econômicas e as ocupações anteriores começam a ser reivindicadas pelos “locais”.

A recente migração haitiana e venezuelana é exemplar, pois a assimilação das comunidades étnicas esteve vinculada diretamente com o desempenho econômico e político do Brasil. Em momentos de recessão econômica, a xenofobia se manifesta e a força de trabalho que antes era fundamental para acumulação de capital torna-se rapidamente indesejada. A partir desta fase, as diferentes instituições interessadas na reprodução do modelo econômico hegemônico atuam na reprodução de discursos ou, simplesmente, através da omissão dos conflitos derivados das relações entre capital e trabalho.

As reportagens publicadas sobre o trabalhador haitiano, que, segundo a notícia (RAMOS, 2021), sofreu assédio moral e foi agredido fisicamente pelos seguranças de um frigorífico, e outra referente as investigações abertas pelo Ministério Público Federal contra possíveis crimes tipificados como xenofobia contra venezuelanos realizados por candidatos à prefeitura de Boa Vista/RR apontam os limites da hospitalidade do brasileiro. Objetivamente, o migrante torna-se um “problema” quando ele concorre pelos mesmos direitos que o cidadão nacional e o preconceito originado dos processos sociais de construção de estereótipos

torna-se instrumental para estabelecer a demarcação social e a manutenção de relações desiguais. Os crimes investigados em Roraima explicitam tal posição.

Segundo a Folha BV (2021),

As postagens em redes sociais dos candidatos à prefeito em Boa Vista chamaram atenção por suposto conteúdo xenofóbico. Nas imagens de Nicoletti, o candidato diz que “na sua gestão municipal “venezuelano não terá privilégio”. Já na de Gerlane, a candidata diz que vai limitar os atendimentos na saúde e vagas nas escolas para os imigrantes.

Os apontamentos realizados vão ao encontro das observações realizadas por Norbert Elias e John Scotson (2000) quando enfatizam sobre a necessidade de pensarmos e estudarmos o preconceito por uma “*abordagem configuracional*”, superando as leituras que observam o problema de maneira isolada, como uma questão de educação, afetiva ou de formação individual. Segundo os autores:

Estamos mais acostumados a perceber as questões que lhe estão ligadas como uma multiplicidade de problemas sociais locais do que encará-las como um problema sociológico. Os aspectos migratórios da mobilidade social são um exemplo disso. Às vezes, são concebidos simplesmente como aspectos geográficos: tudo o que parece acontecer é as pessoas se deslocarem fisicamente de um lugar para outro. Na realidade, elas sempre se deslocam de um grupo social para outro. Sempre têm que estabelecer novos relacionamentos com grupos já existentes. Têm que se acostumar com o papel de recém-chegados que tentam fazer parte de grupos com tradições já estabelecidas ou que são forçados a uma interdependência com eles, tendo que lidar com os problemas específicos desse novo papel. Muitas vezes lhes é atribuído o papel de outsiders em relação aos grupos estabelecidos e mais poderosos, cujos padrões, crenças, sensibilidade e costumes são diferentes dos seus (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 174).

Migrar não é uma ação que começa e termina em um deslocamento físico e geográfico. Migrar envolve uma mudança nas relações sociais que até então foram estabelecidas, o que exige a busca por espaço e sobrevivência em um universo onde há um conjunto de padrões sedimentados.

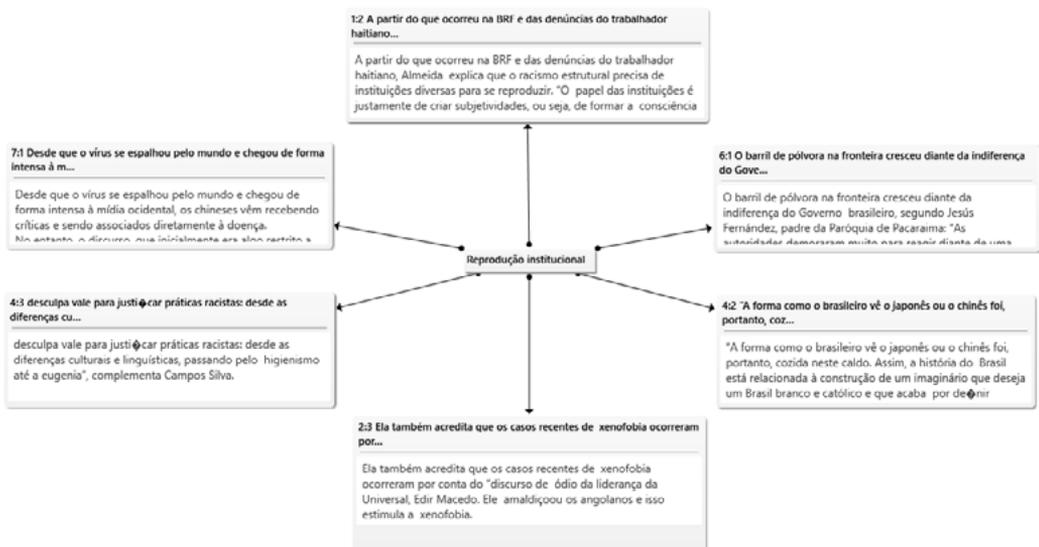
Os recém-chegados empenham-se em melhorar sua situação, enquanto os grupos estabelecidos esforçam-se por manter a que já têm. Os primeiros se ressentem e, muitas vezes, procuram elevar-se do status inferior que lhes é atribuído, enquanto os estabelecidos procuram preservar o status superior que os recém-chegados parecem ameaçar. Postos no papel de outsiders, os recém-chegados são percebidos pelos estabelecidos como pessoas “que não conhecem seu lugar”; agridem-lhes a sensibilidade, portando-se de um modo que, a seu ver, traz claramente o estigma da inferioridade social; no entanto, em muitos casos, os grupos de recém-chegados tendem inocentemente a se conduzir ao menos por algum tempo, como se fossem iguais a seus novos vizinhos. Os mais “antigos” levantam sua bandeira, lutam por sua superioridade, seu status e poder, seus padrões e suas crenças, e em quase toda parte utilizam, nessa situação, as mesmas armas, dentre elas os mexericos humilhantes, as crenças estigmatizantes sobre o grupo inteiro, com base em observações sobre seu pior setor, os estereótipos verbais degradantes e, tanto quanto possível, a exclusão de qualquer oportunidade de acesso ao poder – em suma, as características que costumam ser abstraídas da confi-

guração em que ocorrem sob rótulos como “preconceito” e “discriminação” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 174-175).

Os grupos sociais compostos por migrantes ao buscarem inserção social e laboral, além do acesso aos mais diferentes direitos, precisam “negociar” com aqueles que já estão estabelecidos. A condução desta negociação e o sucesso (ou não) das buscas por melhores condições de vida e por mobilidade social no país de destino são influenciadas pela configuração histórica que possibilita (ou não) os estabelecidos realizarem “concessões” (mesmo tratando de direitos universais). Neste contexto, qualquer possível ameaça que os estabelecidos possam sofrer, mesmo que esta seja apenas uma construção midiática ou circunstancial, faz com que os habitantes mais antigos ataquem os outsiders como um mecanismo de defesa.

A estigmatização, a xenofobia, a violência física e simbólica, são as armas mais comuns nestas situações, sendo que o uso delas, como foi afirmado, relaciona-se diretamente com a configuração social vivida. Os casos das reportagens sobre os migrantes haitianos e venezuelanos expressam situações em que a percepção dos outsiders é negatizada no processo de “negociação” de espaço e direitos com aqueles que já se encontram estabelecidos. Entretanto, a pesquisa realizada demonstra que no período analisado outros grupos étnicos ganharam maior destaque e sofreram um conjunto de ataques circunstanciais mais expressivo, apresentando outras instituições no processo de reprodução estrutural da xenofobia e sinalizando, de maneira efetiva, a “oscilação configuracional” nas vítimas de preconceito.

Figura 3 – A reprodução institucional



Fonte: Produzido pelo autor por meio da utilização do Atlas.ti.

Destacam-se dois casos exemplares. O primeiro diz respeito aos casos de xenofobia sofridos por angolanos e angolanas que vivem no Brasil após o governo de Angola ter solicitado formalmente a retirada da Igreja Universal do Reino de Deus de seu território (MERLINO, 2020). Segundo a reportagem:

o líder da IURD Edir Macedo afirmou que os angolanos que romperam com a igreja estão amaldiçoados por serem “rebeldes” interessados em dinheiro e em si mesmos. “Sempre houve rebeldes em Angola, gente que não está interessada em almas, mas está interessada nos seus bolsos, interessada em si mesma. Então eles carregam a imagem do terreno, a imagem da rebeldia, estes já estão amaldiçoados, [...] e eu diria àqueles que são de Deus, fujam desse pessoal rebelde, não se aliem com ele porque a boca do inferno vai se abrir e eles todos vão descer com a sua família, com seus filhos, todos serão amaldiçoados, eles vão deixar uma maldição para as suas gerações... se deixarem gerações” (MERLINO, 2020).

O atrito entre a igreja e o governo angolano promoveu a reprodução de discursos por parte dos seguidores e simpatizantes da IURD, criando desconforto para uma população que até então não possui problemas similares no Brasil. A xenofobia, a discriminação, aparece então como uma arma para demarcar o lugar dos migrantes, uma arma requisitada em uma configuração social que até então não existia. Embora o preconceito pudesse estar presente de maneira silenciosa, foram os acontecimentos históricos que os fizeram manifesto, com o intuito de reforçar a demarcação social entre estabelecidos e outsiders.

O segundo caso, que representa a quantidade mais significativa de denúncias reportadas durante os anos de 2020 e 2021, diz respeito aos ataques realizados aos migrantes asiáticos, com maior ênfase aos chineses e chinesas. O início da pandemia e a procura pela origem do vírus causador da COVID-19, promoveu a proliferação de intrigas internacionais a respeito do assunto. Enquanto diferentes cientistas investigavam a possibilidade de o vírus ter saído de laboratórios (de forma proposital ou acidental), outros vinculavam sua origem aos processos de desmatamento e do consumo de proteína derivada de animais silvestres

Em quase todas as possibilidades, os olhares se direcionavam para a China e as análises buscavam esmiuçar a proposta de desenvolvimento existente, os hábitos culturais, os avanços tecnológicos e o processo de silenciamento e de controle das informações sobre a difusão do coronavírus naquele país. Contudo, os debates acadêmicos e as discussões geopolíticas não limitaram aos seus campos específicos. A extensão das consequências da contaminação em massa, vitimando milhares de pessoas e estagnando diversos setores econômicos, assim como das medidas necessárias para diminuir a circulação do vírus, desestabilizou as relações sociais até então existentes.

A situação descrita, que já traz inúmeros problemas, é agravada ao somar-se com posições e discursos difundidos por simpatizantes da extrema-direita e do fascismo que, dentro do mandato de Jair Bolsonaro, tornaram-se mais expressivos. Desta mistura indigesta, surgiu uma nova patologia, o *covid-comunista*. Assim, da ignorância e da má-fé nasceu uma criatura bizarra, um vírus com posição política. No bojo dos discursos ideológicos, que aos gritos tentava expulsar o espírito do comunismo supostamente existente no Brasil, o presidente da república e seus seguidores associavam a crise sanitária ao viés político-econômico chinês.

A situação é paradoxal ao se incriminar um país e seu povo por um agente patológico no intuito de colar a imagem da doença a um perfil político-ideológico, ao mesmo tempo em que, o mesmo país, corresponde ao maior importador de commodities do Brasil e um dos maiores fornecedores de produtos manufaturados e com tecnologia agregada. A contradição expressa um jogo de interesses rasteiro onde busca-se estabelecer uma separação entre economia e política por meio da construção e difusão de “teses” infundadas, as denominadas *fake news*.

Pedro Lovisi (2020), em reportagem publicada pelo jornal “Estado de Minas Gerais”, por exemplo, explorou o assunto e o papel que a família Bolsonaro teve na reprodução de tais ideias:

No final de março, o deputado Eduardo Bolsonaro culpou o país asiático pela disseminação do vírus no mundo. Na ocasião, o parlamentar chegou a comparar a pandemia com o acidente nuclear de Chernobyl e a China com a União Soviética (Estado socialista que se dissolveu em 1991). A declaração, inclusive, gerou uma crise diplomática com o país que hoje é o maior parceiro comercial do Brasil.

O esforço em fazer uma demarcação ideológica dos grupos sociais, trouxe consequências para os migrantes no Brasil. A matéria produzida por Lovisi (2020) apresenta relatos de diferentes membros da comunidade chinesa que ilustram a conjuntura criada e reproduzida pelo próprio governo federal brasileiro. Entre eles encontra-se “Roberto”, dono de um restaurante chinês em Belo Horizonte. Segundo o entrevistado:

“O chinês não tem culpa, a doença não tem origem. Inclusive, o primeiro caso no Brasil veio da Europa, e não da China. O preconceito com a China não tem razão, eu não gostaria de sofrer esse preconceito. Ainda tem gente que fala que a China é que criou o vírus, mas isso é completamente mentiroso. Nós fomos as primeiras vítimas. Se nós tivéssemos criado, não seríamos tão burros de mandar pra gente primeiro, e sim para os outros” (LOVISI, 2020).

Raquel Torres (2021) sinaliza que a xenofobia contra a população chinesa no Brasil é antiga, derivada das políticas criadas para garantir a ocupação territorial e a mudança no perfil da força de trabalho após abolição da escravatura ainda no Brasil Império. Naquele momento a população desejada era fundamentalmente

branca e cristã, o que criava uma situação de desconforto para os migrantes de origem asiática. Neste sentido, Torres (2021) destaca:

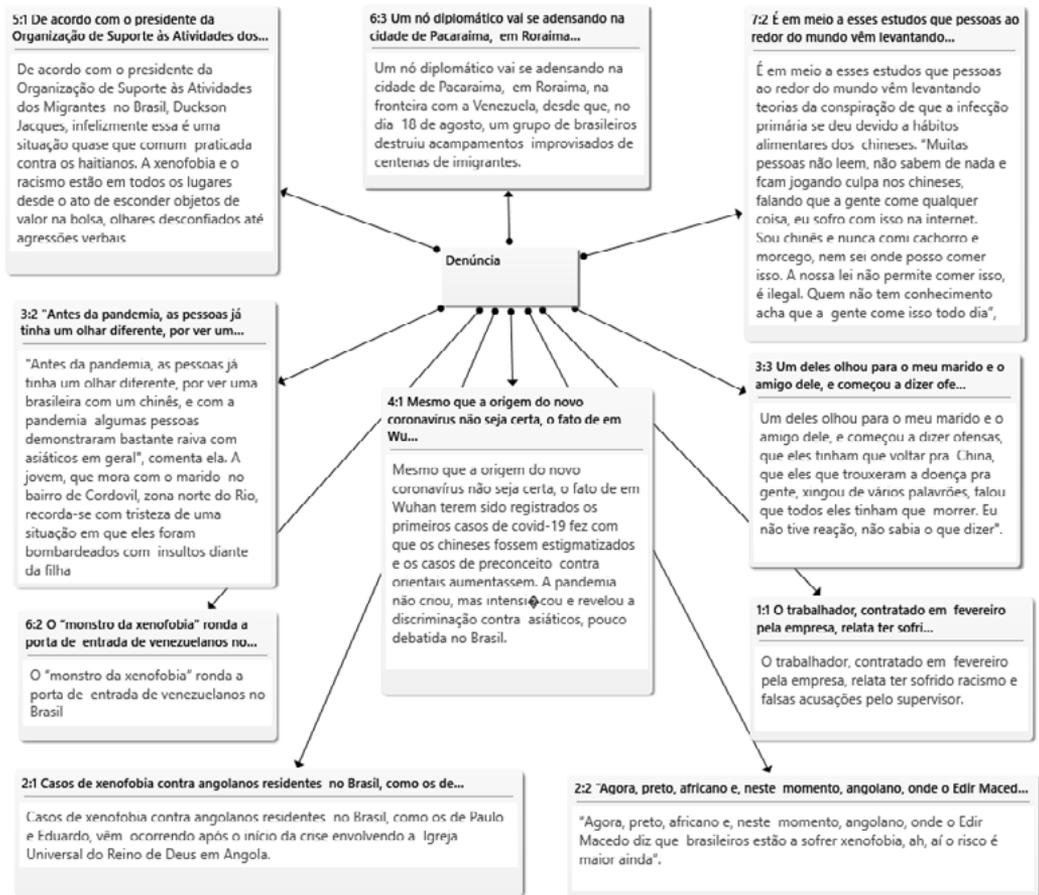
Mesmo que a origem do novo coronavírus não seja certa, o fato de em Wuhan terem sido registrados os primeiros casos de covid-19 fez com que os chineses fossem estigmatizados e os casos de preconceito contra orientais aumentassem. A pandemia não criou, mas intensificou e revelou a discriminação contra asiáticos, pouco debatida no Brasil (TORRES, 2021).

A existência de dispositivos que garantam a reprodução dos discursos e das práticas xenofóbicas é fundamental na manutenção do preconceito. Nas reportagens apresentadas até o momento visualizam-se como agentes públicos e legitimados pelo lugar onde ocupam na política e na religião, municiam parte da população a utilizarem as palavras e o discurso para demarcar o lugar do outro, do outsider. Em todos os casos, a xenofobia foi uma ferramenta usada para defender a posição de grupos estabelecidos, negatizando aqueles que, de maneira direta ou indireta, podem enfraquecer o status e o poder daqueles que se encontram estabelecidos.

A xenofobia como fraqueza

Os elementos apresentados indicam que a xenofobia é uma arma utilizada no processo de demarcação de fronteiras. De modo geral, o seu uso está relacionado com possíveis alterações nas relações assimétricas entre diferentes grupos étnicos. Neste contexto, nos interessa problematizar a apropriação deste recurso, pois as respostas oferecidas pelos sujeitos sociais têm relação com as trajetórias e experiências acumuladas. O ataque como ação de resolução dos problemas sociais enfrentados no cotidiano é uma das estratégias possíveis, mas não a única, o que exige a reflexão e a exploração dos elementos sociais vinculados com tal escolha.

Figura 4 – As denúncias



Fonte: Produzido pelo autor por meio da utilização do Atlas.ti

Entre os casos analisados, dois apresentaram denúncias de violência física, todos os demais envolveram violência psicológica, expressa através de ameaças e ofensas. Em um deles, o trabalhador haitiano advertido oralmente por uma suposta falta no serviço, foi retirado a força do setor de recursos humanos e agredido fisicamente pelos seguranças da empresa terceirizada responsável pelo setor no frigorífico (RAMOS, 2021). Já o segundo caso diz respeito ao ataque realizado por brasileiros ao acampamento erguido por migrante venezuelano em Boa Vista/RR, supostamente como represália à supostos furtos que estariam sendo cometidos pelos migrantes na cidade (MAGNO, 2018).

Nota-se que a última reportagem abordou um fato ocorrido no ano de 2018, que foge do recorte temporal utilizado neste estudo. Contudo, a situação descrita, a destruição das barracas e a expulsão dos migrantes, corresponde a uma memória recorrente nas notícias posteriores quando o preconceito aos migrantes

venezuelanos é abordado. Não suficiente, existe um longo hiato no aparecimento da palavra-chave xenofobia nas publicações referentes à comunidade. De 2018 a julho de 2021, a palavra foi utilizada apenas três vezes, na reportagem de Magno (2018) e em duas matérias publicadas pela Folha de Boa Vista em outubro e novembro de 2020 (FOLHA BV, 2020a; 2020b).

O aparente problema metodológico explicita a existência de dois aspectos importantes no universo das publicações sobre o tema. Primeiramente, uma dificuldade na utilização do termo técnico, pois muitas situações reportadas nos periódicos são tipificadas por preconceito e racismo, sem adoção da palavra xenofobia. Em segundo lugar, há uma naturalização de posturas xenofóbicas em ocasiões em que o próprio meio jornalístico apresenta generalizações sobre os e as migrantes, prática muitas vezes enrustida como “opinião”. Ambas as situações vão ao encontro das análises realizadas ao utilizarem do “discurso” para desqualificar o outro e para reproduzir de maneira implícita a xenofobia já existente.

Nas reportagens de Lovisi (2020), Torres (2021) e Aram (2021) observa-se o cuidado em registrar que o preconceito com a comunidade asiática sempre existiu, expresso muitas vezes apenas por olhares e de maneira silenciosa. Contudo, com a pandemia, o problema ganhou grandes proporções e se apresentou por ataques verbais direcionados as vítimas e por uma sensação de desumanização, onde o desejo da inexistência do outro se coloca como uma vontade de expulsão do migrante. Não suficiente, a importância da família Bolsonaro no agravamento da situação também é explorada de maneira significativa nos casos analisados.

A vinculação do sujeito opressor a matrizes ideológicas que justificam o preconceito e a manifestação do desejo de destruição do outro correspondam a dois *mecanismos de fuga* desenvolvidos durante o processo de formação da personalidade (FROMM, 1972). Contudo, embora tenhamos a possibilidade de realizarmos análises individuais daqueles que praticam ações xenofóbicas, partimos do pressuposto que a incompletude no processo de individuação do sujeito seja uma tendência coletiva. Segundo Fromm (1972, p. 29), “a liberdade caracteriza a existência humana como tal e, outrossim, que seu significado muda de acordo com o grau que o homem se percebe e concebe a si mesmo como um ser independente e separado”.

Contudo, este processo de constituição de um sujeito livre implica o rompimento dos vínculos primários e secundários, movimento complexo, pois eles oferecem “segurança e a sensação de pertencer a algum lugar e neste estar radicado” (FROMM, 1972, p. 30). A formação do sujeito social é direcionada a busca da liberdade e da independência, mas “os limites do crescimento da individuação e do eu são estabelecidos em partes por condições individuais, mas essencialmente por condições sociais” (FROMM, 1972, p. 33). O descolamento do indivíduo em

relação aos seus vínculos primários o insere gradativamente em uma solidão crescente, exigindo novos enfrentamentos.

A impotência e a angústia de estar só exige o desenvolvimento de mecanismos de *sublimação*, que dentro da sociedade capitalista, tendem a ser mais individualizantes. Neste contexto, a insegurança das relações sociais contemporâneas força o sujeito a buscar a inversão do processo de *indivíduoação*, fazendo com que a relação entre o sujeito e a sua submissão não seja eliminada. Em outras palavras, a constituição de um eu livre não é efetivada, pois por medo da solidão e da necessidade de fazer escolhas individuais, o sujeito aceita a manutenção e a reprodução de modos de vida que normatizam suas decisões¹.

Assim, a presença e o usufruto da liberdade trazem responsabilidades e a necessidade de se fazer escolhas, mas, no intuito de encontrar autoproteção, o sujeito busca a submissão em relação a agentes externos, garantido o compartilhamento dos compromissos derivados de suas deliberações. A partir disso, cria-se espaços controlados de sublimação ou de fuga. Para Fromm:

Só há uma solução possível e produtiva para o relacionamento do homem individualizado com o mundo: sua solidariedade ativa com todos os homens e sua atividade, amor e trabalho espontâneo, que o unem uma vez mais com o mundo não por meio de vínculos primários, mas como um indivíduo livre e independente (FROMM, 1972, p. 38).

Indo além, destaca:

Se as condições econômicas, sociais e políticas de que depende o processo de indivíduoação humana não oferecem uma base para a realização da individualidade no sentido que acabamos de mencionar, enquanto ao mesmo tempo as pessoas tenham perdido os vínculos que lhes proporcionavam segurança, este hiato torna a liberdade um fardo insuportável. Ela torna-se, então, idêntica à dúvida, a um tipo de vida que carece de significado e direção. Surgem tendências poderosas para escapar deste tipo de liberdade para a submissão ou para alguma espécie de relacionamento com os homens e com o mundo que prometa aliviar a incerteza, ainda que despoje o indivíduo de sua liberdade (FROMM, 1972, p. 39).

Partindo disso, o autor aprofunda a análise da importância da religião na Idade Média e do fascismo durante a Segunda Grande Guerra como constructos históricos sociais que ocuparam espaço ao garantirem o “alívio das incertezas” derivadas da solidão fomentada da falta de condições estruturais que possibilitassem outra forma de relação dos indivíduos com o mundo. Nos dois casos visualiza-se o surgimento de fronteiras sociais entre o sagrado e o profano e

¹ Jean-Paul Sartre (1987) aborda o problema partindo do pressuposto que o indivíduo já nasce livre por não existir nenhum projeto anterior a sua existência. A liberdade derivada desta situação promove um constante sentimento de desamparo, de desespero e de angústia que são minimizados quando homens e mulheres recorrem a diferentes estilos de vida (ético, religioso e hedonista). Em síntese, os sujeitos sociais, por não saberem ou não conseguirem viver em liberdade, buscam padrões de vida que se encontram externos a eles, atribuindo algum sentido para a vida.

entre o puro e impuro, alimentando a construção de preconceitos e de genocídios. Nota-se que a inserção e a adesão dos sujeitos nas respectivas ideologias existentes nos períodos abordados são conjunturais, da mesma forma que as expressões da xenofobia.

Todos os casos referem-se a *mecanismos de fuga* derivados fundamentalmente da insegurança individual derivada das respectivas dinâmicas sociais, econômicas e políticas. Entre as diferentes formas possíveis destaca-se o *autoritarismo*, que corresponde:

a tendência para renunciar a independência do próprio ego individual e fundi-lo com alguém ou algo, no mundo exterior, a fim de adquirir a força que o ego individual carece. Ou, por outras palavras, procurar novos vínculos secundários como um sucedâneo para os vínculos primários que se perderam (FROMM, 1972, p. 118).

A impossibilidade de agir como um sujeito livre, racional, responsável por suas ações, faz com que ocorra a busca por agentes externos que, ao mesmo tempo, submetam o sujeito a um estado de submissão e lhe garantam a segurança perdida no processo de individuação. O desenvolvimento do autoritarismo como mecanismo de fuga corresponde a reprodução de uma postura que lhe garante a sensação de proteção. Neste contexto, a tolerância e o amor em relação ao outro se manifesta enquanto ele encontra-se dominado, controlado. A partir do momento que estas relações são modificadas, o outro passa a ser um “inimigo”.

Nos casos de xenofobia analisados constata-se a oscilação na hospitalidade e no respeito ao migrante de maneira diretamente relacionada ao lugar em que eles ocupam historicamente. Em outros termos, trata-se daquilo que denominamos anteriormente de “*oscilação configuracional*”, ou seja, a aceitação em relação ao outro está vinculada com a manutenção funcional das fronteiras étnicas (Barth, 1988), a desorganização na relação entre estabelecidos e outsiders faz com que aqueles recorram a instrumentos de persuasão e ameaça no intuito de garantir ou de recuperar uma ordem que aparenta estar sendo afetada. Neste contexto, as agressões verbais, a violência psicológica e física, tornam-se armas para aqueles que buscam uma fuga do processo de individuação.

Outro mecanismo de fuga presente nos casos de xenofobia diz respeito a *destrutividade*. Enquanto no autoritarismo o sujeito busca uma simbiose com um agente externo que lhe garante força, “autoridade”, na destrutividade o sujeito busca a destruição do outro. A fuga em relação ao sentimento de impotência em comparação ao mundo exterior se manifesta na vontade de destruí-lo. Como destaca Fromm (1972, p. 145-146), “a destruição do mundo é a última e desesperada tentativa para poupar-me a ser por ele massacrado”. Trata-se de um recurso extremo daqueles que não encontram outro mecanismo de fuga, na ausência do

entendimento e da ineficiência das tentativas de controle autoritárias, a destrutividade busca a completa ausência do outro.

Nas reportagens analisadas, este mecanismo se manifesta na defesa da extração, nos gritos escandalosos daqueles que desejam o retorno afoito dos migrantes e nos casos em que ocorrem pedidos para um maior controle nos processos migratórios, evitando a entrada de supostos “bandidos” (Andrade, 2021). As reportagens referentes aos ataques sofridos por venezuelanos, chineses e angolanos no Brasil exemplificam a situação. Em todos os casos, “a destrutividade é uma fuga à insustentável sensação de impotência, posto que tem em vista remover todos os objetos com que o indivíduo tem de cotejar-se” (FROMM, 1972, p. 147).

Por fim, há o mecanismo mais usual, o *conformismo de autômatos*:

Este mecanismo em particular é a solução que a maioria dos indivíduos normais encontra na sociedade moderna. Para ser breve, digamos que o indivíduo cessa de ser ele mesmo; adota inteiramente o tipo de personalidade que lhe é oferecido pelos padrões culturais e, por conseguinte, torna-se exatamente como todos os demais são e como estes esperam que ele seja. A discrepância entre o eu e o mundo desaparece e, com ela, o temor consciente à solidão e à impotência (FROMM, 1972, p. 150).

Trata-se do desenvolvimento de respostas massificadas, que não exigem reflexão, mas que acompanham um padrão dominante, trazendo o conforto da não contradição. Nestes casos, a indústria cultural e a imprensa em particular são determinantes na difusão de informações e de julgamentos capazes de influenciar e construir imaginários sobre o outro. Partindo do pressuposto que as ideias dominantes correspondem as ideias das classes dominantes, a construção de estereótipos sobre os migrantes torna-se articulada a maneira em que os governantes estabelecem suas relações e políticas com aqueles que buscaram no país um lugar para reconstruir suas vidas.

Considerações finais

As leituras realizadas demonstram dois aspectos intrínsecos as práticas de xenofobia. Em um primeiro momento, observa-se que a prática é instrumentalizada para marcar o lugar social do não-nacional. Este processo é histórico e tem sua configuração constantemente redesenhada, pois é diretamente articulado com as situações políticas e econômicas enfrentadas no país em um respectivo período. A manifestação e a latência da xenofobia foi relacionada com aquilo que denominamos de “oscilação configuracional”.

Embora a xenofobia possa ser utilizada como uma arma ou como uma ferramenta de estigmatização nas relações sociais, nem todas as pessoas recorrem

as mesmas. Em grande medida, a prática corresponde a um mecanismo de fuga que se expressa no autoritarismo, destrutividade e o conformismo de autômatos. Consta-se que a associação entre a forma em que a instrumentalização da xenofobia é desenvolvida para garantir a demarcação social e a explicitação dos mecanismos de fugir referidos são originadas ou derivadas de um mesmo contexto econômico e político, o que lhes garantem interconexões.

Referências

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. *Migrações, Refúgio e Apatridia: guia para comunicadores*. ACNUR: Brasília, 2019.

ANDRADE, Marlene de. Crise migratória em Roraima. *Folha BV*, 30 de novembro de 2021. Disponível em: <https://folhabv.com.br/coluna/Opinioao/12928>

ARAM, André. Pandemia aumenta casos de xenofobia: como isso impacta saúde mental? *Uol*, 10 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/04/10/como-xenofobia-impacta-saude-mental.htm>

BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1988.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders*. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2000.

FOLHA BV. Embaixada da Venezuela se manifesta sobre publicação de candidato. *Folha BV*, 13 de outubro de 2020. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/POLITICA/Roraima/Embaixada-da-Venezuela-se-manifesta-sobre-publicacao-de-candidato/69645>.

FOLHA BV. MPF vai investigar candidatos por possível crime de discriminação. *Folha BV*, 04 de novembro de 2020. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/POLITICA/Eleicoes-2020/MPF-vai-investigar-candidatos-por-possivel-crime-de-discriminacao/69791>.

FROMM, Erich. *O medo à liberdade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

LOVISI, Pedro. Xenofobia, uma outra doença que veio com o coronavírus. *Jornal Estado de Minas Gerais*, 27 de abril de 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/04/27/interna_gerais,1142295/xenofobia-uma-outra-doenca-que-veio-com-o-coronavirus.shtml.

MAGNO, Douglas. O “monstro da xenofobia” ronda a porta de entrada de venezuelanos no Brasil. *El País*, 27 de agosto de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/17/politica/1534459908_846691.html.

MERLINO, Tatiane. Angolanos residentes no Brasil denunciam xenofobia causada por crise envolvendo a Igreja Universal em seu país. *Pública*, 03 de setembro de 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/09/angolanos-residentes-no-brasil-denunciam-xenofobia-causada-por-crise-envolvendo-a-igreja-universal-em-seu-pais/>.

RAMOS, Vanessa. “Fui asfiziado, não conseguia respirar”, denuncia haitiano agredido em fábrica da Brasil Foods. *Brasil de Fato*, 15 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/15/fui-asfiziado-nao-conseguia-respirar-denuncia-haitiano-agredido-em-fabrica-da-brasil-foods>.

ROCHA, Cinthya. Racismo e xenofobia contra haitianos em ônibus em Cuiabá são apurados pela polícia. *G1*, 20 de abril de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/04/20/video-de-racismo-e-xenofobia-contra-haitianos-em-onibus-em-cuiaba-e-apurado-pela-policia.ghtml>.

SARTRE, J-P. O existencialismo é um Humanismo. In: SARTRE, J-P. *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

TORRES, Raquel. Pandemia revela outras faces da xenofobia. *ComCiência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, 14 de março de 2021. Disponível em: <https://www.comciencia.br/pandemia-revela-outras-faces-da-xenofobia/>.

REDE PARCERIAS E MIGRAÇÃO: UMA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E MIGRATÓRIAS NO MATO GROSSO DO SUL

Partnership and Migration Network: A Construction of Public and Migratory Policies in Mato Grosso do Sul

Rosane Costa Rosa*
Ana Paula Martins Amaral**

Resumo: O artigo baseia-se em revisão bibliográfica e documental e tem como escopo abordar a trajetória da construção políticas migratórias e políticas públicas no Brasil e a formação da Rede Parcerias Migração no Estado de Mato Grosso do Sul. São apresentadas as ações visando a construção de políticas públicas e migratórias desenvolvidas a partir de 2019 com a união de entidades governamentais e da sociedade civil, e contou com a atuação da Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Campo Grande- MS, as ações de redes locais ocorreram especialmente em Campo Grande, mas com ações em outros municípios relativa a política migratória.

Palavras-chave: Rede parcerias e migração, políticas públicas, políticas migratórias, Mato Grosso do Sul.

Abstract: This article, based on a bibliographical and documental review, aims to approach the trajectory of the construction of migratory policies and public policies in Brazil and the formation of the Migratory Partnerships Network in the State of Mato Grosso do Sul. Actions aimed at building public and migratory policies developed from

Introdução

O mundo das migrações é marcado por transformações permanentes, cujos reflexos de mudanças ocorrem na sociedade e impactam nas vidas das pessoas.

Essa realidade de transformação provoca uma nova leitura e metodologia de trabalho, que propicia novas relações entre estudos, práxis e pesquisa, demonstrando a importância do estudo do fenômeno migratório. Ao analisar diversos aspectos tem-se o conhecimento da realidade dos migrantes e refugiados, da integração das diversas culturas e crenças que favorecem a construção de políticas públicas e políticas migratórias e oportunizam a defesa e efetivação dos direitos humanos.

* Irmã Missionária Scalabriniana. Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL); graduada em Políticas Sociais pelo Instituto Cuiabano de Educação (ICE); e Pós-Graduada em Logoterapia e Análise Existencial pelo Studium Eclesiástico Dom Aquino Corrêa (Instituto de Filosofia e Teologia - SEDAC). Atuou de 2004 a 2006 e, desde 2015 até o presente momento, na coordenação da Pastoral dos Migrantes, Arquidiocese de Campo Grande - MS. E-mail: rosanecostarosa@hotmail.com.

** Professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (FADIR/UFMS), professora permanente do Programa de Mestrado em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestre e Doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Pós-doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora, líder do grupo de pesquisa: Direito Internacional, Direitos Humanos e Relações Transfronteiriças. E-mail: anapaulamartinsa@yahoo.com.br.

2019 onwards are presented with the union of government entities and civil society, with the participation of the Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Campo Grande-MS, the actions of the local networks took place especially in Campo Grande. Large, but with actions in other municipalities related to migration policy.

Keywords: Partnerships and migration network, public policies, migration policies, Mato Grosso do Sul.

No Mato Grosso do Sul percebe-se por meio da análise dos fluxos migratórios e trocas de experiências, que além do fator trabalho e contribuição econômica para o crescimento do Estado que os migrantes, imigrantes e refugiados nos oferecem, temos também a aquisição de novos comportamentos em relação a gastronomia, ética, religião, músicas, cultura e tantos outros valores.

Ao mesmo tempo vivencia-se os desafios que os fluxos migratórios apresentam como a falta de uma estrutura necessária para o acolhimento, a deficiente organização para o acompanhamento e proteção de migrantes e refugiados. Ocorrem situações como a chegada de um número elevado de pessoas em situações de vulnerabilidade, famílias, mulheres gestantes, crianças e idosos, que se expõem a riscos como viver em situação de rua, realizar trabalhos informais e mal remunerados, aceitar propostas de trabalho em outros municípios sem garantias, expostos a serem vítimas de exploração de trabalho, tráfico de órgãos ou contrabando de pessoas e trabalho em condições análogas à escravidão.

A complexa situação social, econômica, humanitária e política faz com que se busque soluções imediatas, intermediárias ou de melhoramento, que permitiram criar redes e parcerias.

Para buscar superar as dificuldades dos migrantes faz-se necessário a inserção no mercado de trabalho com melhores condições, permitindo a auto

sustentabilidade financeira das famílias, vinculação nas redes de serviços públicos de saúde, educação principalmente aprender a língua portuguesa e assistência social, estabelecendo vínculos nas comunidades locais, sociedade civil e outros.

As ações da Redes de Parcerias e Migração desenvolvido no Estado de Mato Grosso do Sul como será a seguir apresentado no presente artigo tem como base relatórios e atividades vivenciadas pelas autoras do presente artigo e em especial à partir da perspectiva das ações desenvolvidas com a participação da Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Campo Grande.

O papel das Redes de Parceria e Migração encontra-se vinculado ao acompanhamento do fenômeno migratório, atendimento com desenvolvimento de políticas públicas aos migrantes e refugiados, a mobilidade do trabalho, a cooperação entre os municípios, uma coparticipação entre a prefeitura, as associações e comunidades dos migrantes e refugiados, a oferta de cursos de língua portuguesa, atendimento multilíngue nos serviços públicos, abrigo em casas de acolhidas e uma melhor gestão migratória no estado, além da garantia dos direitos humanos das pessoas em mobilidade.

As redes também oportunizam e conectam os migrantes e refugiados, por sua vez, estimulando o associativismo solidário e o fortalecimento das comunidades imigrantes, como também procuram atuar frente às situações de criminalidade como os interesses dos atravessadores, tráfico de pessoas, contrabandos de migrantes e exploração de trabalhadores.

Com o esforço de fortalecer a mobilização em rede e as experiências de trabalho articulado, busca-se a cooperação mútua entre as entidades, que favorece a capacitação de agentes, profissionais, voluntários, migrantes e refugiados. Mesmo com diferentes formas de gestão, atuação e especificidade, a ações podem ser realizadas em cooperação com as demais entidades, concretizando a defesa dos direitos humanos, qual se constitui um novo paradigma, a migração focando o olhar, especialmente na subjetividade dos processos migratórios.

A rede de parcerias na migração, recolhem as demandas resultados dos fluxos migratórios e proporcionam a acolhida, o acompanhamento, a proteção e a integração, em relação a sociedade civil, as Igrejas, órgãos públicos, e as entidades afins que atuam com as migrantes e refugiados.

Breve trajetória da construção políticas migratórias e políticas públicas no Brasil

Em 1951 a Organização das Nações Unidas promulgou a Convenção Internacional sobre Refugiados, a qual o Brasil como estado membro ratificou em 1952

passando a receber refugiados pós segunda guerra mundial¹. Em 1997 houve a criação do CONARE - Comitê Nacional para os refugiados, que é um órgão colegiado, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, que delibera sobre as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil. Suas competências e composição estão definidos no art. 12 da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997².

No âmbito da política migratória o Brasil promulgou a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que definiu a situação jurídica do estrangeiro que criou o Conselho Nacional de Imigração. O Estatuto do estrangeiro foi revogado pela Lei de Migração Lei nº 13.445 de 2017.

Em 2014 foi realizada a Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR) cujo objetivo foi reunir migrantes, profissionais envolvidos na temática migratória, estudiosos, servidores públicos, representações diversas que vivenciam a realidade da migração e do refúgio, para uma reflexão coletiva e elaboração de aportes para a construção da Política e do Plano Nacionais de Migrações e Refúgio, e debates sobre política migratória no país (COMIGRAR, 2015).

Durante o processo de implementação da primeira COMIGRAR foram realizados eventos participativos de mobilização dos atores locais que trabalham e convivem com diferentes contextos da temática migratória.

Houve conferências preparatórias: presenciais conferências estaduais (convocadas pelo poder público estadual), conferências municipais (convocadas pelo poder público municipal), conferências livres (convocadas pela sociedade civil), dando início aos debates sobre política migratória no Brasil (COMIGRAR, 2015).

A Comigrar foi uma iniciativa governamental inovadora na abordagem da questão migratória no Brasil, com mobilização nacional e internacional dos diversos atores interessados no tema e na discussão dos conceitos centrais da política migratória, que se realizou a 1ª COMIGRAR em 2014, dia 30 de maio e 1º de junho em São Paulo. A COMIGRAR foi coordenada pelo Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Justiça/Departamento de Estrangeiros-DEEST, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério das Relações Exteriores, com o apoio da Organização Internacional para as Migrações-OIM e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD. Tais eventos

¹ ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf

A Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados foi formalmente adotada em 28 de julho de 1951 para resolver a situação dos refugiados na Europa após a Segunda Guerra Mundial. Esse tratado global define quem vem a ser um refugiado e esclarece os direitos e deveres entre os refugiados e os países que os acolhem.

² BRASIL, <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/conare>. Acesso em: 11 out. 2021.

foram participativos e deram oportunidades para promover a reflexão e o fortalecimento institucional de parceiros governamentais e não governamentais, além do engajamento de migrantes, refugiados, e representantes da sociedade no diálogo em torno dos temas relacionados com migrações e refúgio (COMIGRAR, 2015).

“Em 31 de março de 2014, realizou-se a COMIGRAR, a primeira Conferência Livre de Corumbá sobre Migrações e Refúgio: Integração pela Fronteira. O evento aconteceu no auditório da unidade da III do Campus do Pantanal (COMIGRAR, 2014). No evento teve a presença de refugiados, migrantes, estudiosos, servidores públicos e profissionais envolvidos na temática migratória. A Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, ajudou na organização da Conferência. Representado pelo prefeito Paulo Duarte, a vice-prefeita, Márcia Rolon, que também responde pela Fundação de Cultura de Corumbá, lembrou que ainda é preciso fazer um longo caminho nas questões relacionadas ao migrante. “O que fazemos, hoje, ainda é muito pouco por isso agradeço ao trabalho da Diocese. Nós não podemos nos manter imóveis e de olhos fechados, então o momento agora é de discutir, pautar propostas para serem defendidas em âmbito nacional. A solução tem que ser endógena, tem que partir daqui as ideias”, disse. “Precisamos de políticas públicas e que com elas consigamos mensurar, observar, pesquisar e solucionar”, afirmou ao destacar que “a Prefeitura se coloca aberta para, junto com a mobilização da sociedade, construir esse novo momento para a temática migratória”.

As discussões desse evento foram divididas em cinco eixos temáticos: 1. Igualdade de tratamento e acesso a serviços e direitos; 2. Inserção social, econômica e produtiva; 3. Cidadania cultural e reconhecimento da diversidade; 4. Abordagem das violações de direitos e meios de prevenção e proteção; 5. Participação social e cidadã, transparência e dados” (COMIGRAR, 2014).

De acordo com Marco Aurélio Machado de Oliveira, coordenador do Mestrado em Estudos Fronteiriços (UFMS), as questões de cunho econômico e político ainda são as que mais promovem o fluxo migratório no mundo.

A fronteira está se inserindo numa discussão sobre migração e que diferentemente de outros assuntos que são pautados de forma equivocada não é para criminalizar a migração e nem a fronteira, mas sim de reconhecer de que a fronteira é um lugar diferenciado porque as diferenças aqui parecem de forma mais clara. Podemos a partir desse evento, iniciar uma série de debates para que possamos ter as instituições e debates para entender e se relacionar com o migrante”. O estudioso avaliou ainda que o desenvolvimento local obrigatoriamente passa por questões que envolvem a migração. “Corumbá já é uma integração que já ocorre em todos os níveis, mas precisamos amadurecer politicamente. A fronteira politicamente não é madura em Corumbá. Quando ela amadurecer, vamos dar grandes saltos de qualidade, pontuou (COMIGRAR, 2014).

Essas foram algumas ações de políticas migratórias e políticas públicas para migrantes e refugiados.

Por último importante trazer a aprovação da nova Lei de Migração, Lei nº 13.445/2017, que substitui a Lei 6.815/80, conhecida como Estatuto do Estrangeiro. A Lei de Migração se destina a pessoas em situações diversas:

1) imigrante, o não nacional; 2) emigrante, para brasileiros residentes no exterior; 3) residente fronteiriço, para pessoas que residem em áreas de fronteira e realizam migração pendular ao território brasileiro para fins de estudo, trabalho, comércio e atos da vida civil, por exemplo; 4) visitante, para não nacionais com estada de curta duração; e 5) pessoas apátridas (CLARO, 2020, p. 43).

Durante todo esse período histórico representou uma importante mudança de paradigma para a gestão migratória no Brasil, que fortaleceram a autonomia das organizações da sociedade civil e governamentais, que trabalharam em conjunto para atender os desafios do contexto dinâmicos dos fluxos migratórios, para sua qualidade de sua representação frente a essas ações coletivas.

Rede parcerias migração em campo grande e no estado de Mato Grosso do Sul e a Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Campo Grande-MS

O estado de Mato Grosso do Sul faz fronteira com dois países: Bolívia e Paraguai, e cinco estados brasileiros: Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná São Paulo. Brevemente será relatada a trajetória e contribuição para a construção das políticas migratórias no Brasil sob a perspectiva da missão Scalabriniana e Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Campo Grande em Mato Grosso do Sul.

A missão Scalabriniana atua no mundo das migrações, em Mato Grosso do Sul desde 1974, e vem contribuindo para compreensão dos processos migratórios e sobretudo para a edificação e vivência do carisma.

Em Campo Grande, o carisma Scalabriniano vem sendo vivenciado através da Pastoral dos Migrantes criada desde 1984, que realiza até hoje o acolhimento, acompanhamento dos migrantes, imigrante se refugiados, bem como a construção das políticas públicas para migrantes.

Desde 08 de abril de 2015, a convite da professora Ana Paula Martins Amaral, efetivou-se o acordo de cooperação entre a FADIR / UFMS Campo Grande, e a Pastoral dos Migrantes Arquidiocese de Campo Grande – MS. Foi criado o Grupo de Estudos e Projeto de Pesquisa sobre “Fluxos Migratórios Internacionais no Estado de Mato Grosso do Sul,” para maior conhecimento e análise dos fluxos migratórios, atendimento jurídico, capacitação dos profissionais, agentes, voluntários. Foram

realizadas várias ações em rede parcerias e acolhimento aos migrantes e refugiados, como assessoria jurídico, palestras, encontros, participação nos Congresso internacional dos Direitos Humanos, colóquio sobre feminização das migrações, em outubro de 2018, seminário das migrações, palestras, oficinas e outros.

Durante a realização de diversas atividades e ações resultou o livro: 'Migração, Carisma Scalabriniano e Pastoral dos migrantes no MS', uma combinação entre o livro acadêmico científico e ações da pastoral resgatando sua presença e histórico desde a fundação até os dias de hoje.

Essas ações e participação em rede parcerias migrações que foram realizadas em Campo Grande bem como nos outros municípios, que ajudaram e ajudam na construção de políticas públicas e migratórias no estado de MS.

O fluxo migratório haitiano no Brasil intensificou após 2010, e no ano 2013 começaram a vir os primeiros haitianos para Campo Grande, tendo como ponto de entrada o Estado do Acre e Amazonas. Esse primeiro grupo foi reunido por um médico haitiano Dr. Jean Daniel Zephyr, que mora no Brasil há muitos anos. A rede de migração haitiana é baseada em parentes e amigos que moram no local. Verificou-se que havia muitos haitianos morando no Bairro Rita Vieira, e que trabalhavam na construção civil e em empresas responsáveis pela edificação do Conjunto Residencial Dhamas, do Aquário do Pantanal, dentre outros empreendimentos (AMARAL; ZEPHYR, 2016).

Em 23 de novembro de 2015, a Assembleia Legislativa realizou a audiência pública Direitos Humanos e a Inclusão social para Migrantes e Refugiados, com o objetivo de sensibilizar o poder público sobre a situação dessa população estimada em mais de mil em Mato Grosso do Sul. A proposição foi do deputado João Grandão (PT), em parceria com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (Sedhast) e o Ministério Público do Trabalho.³ Essa audiência Pública contava com a participação maciça de haitianos para sensibilizar o poder público sobre os problemas enfrentados, sendo traduzido simultaneamente em Creole (língua falada do Haiti).

Houve a participação de representantes do poder público estadual e municipal, da Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Assistência Social e Trabalho - SEDHAST, do Ministério Público do Trabalho, da Defensoria Pública Estadual e da União, da Universidade Federal de Campo Grande e da Grande Dourados, Dieese, Polícia Federal, OAB e do Serviço Pastoral do Migrante. Desse encontro após um ano finalmente foi criado por meio de Decreto nº 4.558, de 12 de setembro

³ <https://al.ms.gov.br/Noticias/69036/audiencia-publica-debate-inclusao-a-refugiados-e-criacao-de-comite-no-ms#>

de 2016, o Comitê Estadual para os Refugiados, Migrantes e Apátridas no Estado de Mato Grosso do Sul - CERMA-MS.⁴

Na área da educação, a Pastoral dos Migrantes, juntamente com a comunidade haitiana, participou da criação da resolução nº 750 de 2016 na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que cria um processo seletivo para preencher as vagas ociosas para refugiados, portadores de visto humanitário (Haitianos) ou reunião familiar. A intenção desse programa é facilitar o acesso destes migrantes à educação superior gratuita, facilitando ao utilizar a nota do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM como forma de seleção (DURE, 2016).

A embaixada da República do Haiti no Brasil, através do conselheiro Jackson Bien-Aimé, visitou Campo Grande, em 15 de julho de 2016, quando sugeriu uma ação em Mato Grosso do Sul, feita entre haitianos e embaixada para obter visto. Elisa Cleia Nobre – Sedhast, Secretaria estadual de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho, acordou que a secretaria iria receber os documentos dos Haitianos e a mesma encaminhar para a embaixada do Haiti em Brasília. Nesse mesmo ano no mês de agosto o serviço foi levado a Itaquiraí, como também em Três Lagoas, a estimativa era de 1.200 haitianos em Três Lagoas; 200 em Itaquiraí e 150 em Campo Grande.⁵

A Associação Haitiana Brasileira - ASHABRA, de Campo Grande, fomentou em 12 e 13 novembro de 2016, juntamente com a Pastoral dos Migrantes, os voluntários e com o auxílio jurídico da Faculdade de Direito da UFMS, a criação oficial da Associação Haitiano Brasileira - ASHABRA no estado de Mato Grosso do Sul. No Estatuto da ASHABRA dispõe que o objetivo da associação é diverso, tanto na área da cultura com a dança, a música, e a culinária, quanto na área da educação em todos os níveis, inserindo no mercado de trabalho profissionais capacitados com cursos profissionalizantes, dentre outros. A segunda visita da embaixada do Haiti ocorreu em 09 de março de 2018; e em 2020 a terceira visita.

Com o crescente fluxos migratórios em Campo Grande e no estado, muitos grupos voluntários, entidades não governamentais e governamentais, foram propondo diálogos, ações, parcerias para encontrar respostas urgentes e articulando a defesa e a efetivação dos direitos dos migrantes e refugiados. Essas e outras parcerias surgiram como o grupo de voluntários “Partiu ajudar” em 14 abril de 2017, que é um apoio fundamental para casos emergências e humanitária assim foram crescendo o acolhimento e apoio.

⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2016/09/ms-cria-comite-de-orientacao-e-acoes-de-defesa-refugiados-e-migrantes.html>. Acesso em: 22 out. 2019.

⁵ <https://www.campograndenews.com.br/cidades/acao-em-ms-sera-elo-entre-haitianos-e-embaixada-para-obter-visto>

Outra parceria realizada com a Pastoral do Migrante foi desenvolvida com a ONG - Fraternidade Sem Fronteiras, por meio do presidente Wagner Moura e toda a equipe, a partir do dia 01 março 2018, foi acordada a parceria para realização de ações de solidariedade, e acolhida aos migrantes e refugiados especialmente os venezuelanos.

A Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS, através do programa UEMS ACOLHE, Prof. João Fábio e a equipe, realizou parceria com a Pastoral dos Migrantes a partir de janeiro de 2018, cujo objetivo é a articulação com as comunidades de migrantes e refugiados. Em 21 junho 2018, a UEMS realizou o II Encontro nacional de português língua de acolhimento – UEMS. A formatura dos alunos imigrantes e refugiados é uma das ações especiais e emocionantes representando a realização de sonhos e a oportunidade de integração na sociedade e mundo do trabalho.

A parceria com a UCDB foi realizada por meio da visita da prof. Luciana Pinho e as alunas da UCDB, em 05 dezembro 2015, onde foi acordada a parceria para capacitação de agentes, voluntários, profissionais, alunos e professores.

A partir dessa parceria foi realizado o seminário das migrações, no dia 17 junho 2016, estavam as autoridades presentes: Dom Mariano, Padre Agenor, deputado Pedro Kemp, deputado João Grandão, prof. Luciane Pinho, os representantes dos consulados da França, Espanha, Paraguai e Itália. Os palestrantes Dra. Carmem Lussi, Padre Marco Antônio, Alice, Flaviany, Rosângela, Francisca, Andressa, Krisley, Marisa Zephyr, Jean Daniel Zephyr e professor César Silva. Houve participação das entidades governamentais e não governamentais, os voluntários, agentes pastorais, religiosos, diversas igrejas, universidades, acadêmicos, onde realizou debates e reflexões sobre a realidade migratória no Mato Grosso do Sul, com seus desafios e perspectivas. A continuidade dessa parceria e intercâmbio das experiências participamos e do III Congresso saberes em ação - UCDB, em 2016.

A Liga acadêmica de Direito Internacional dos Refugiados LADIR/UFMS também se liga à rede de parceria e possui importância para as ações em Mato Grosso do Sul. A LADIR/UFMS se fundamenta em valores éticos, na integração social e na defesa dos Direitos Humanos. É um projeto de ensino da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que busca investigar problemas relacionados à temática dos refugiados, bem como promover ações destinadas a essas populações. A Liga visa atender qualquer estrangeiro, residente ou em deslocamento pelo território nacional, que se encontre em situação de vulnerabilidade ou sofrimento, conforme os parâmetros definidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, o qual compreende em seu

âmbito de proteção os refugiados, os solicitantes de refúgio, os apátridas, acrescidos dos imigrantes vulneráveis.⁶

Importante destacar a importância dos migrantes serem protagonistas da sua história e conquistas, assim a comunidade senegalesa, criou a Associação Senegalesa de Mato Grosso do Sul, em 17 maio 2020, visando promover a cultura sua, por meio do desenvolvimento de projetos sociais e educacionais de fomento da arte, cultura, culinária, festividade, religiosidade, músicas, afrohair e linguagens, dentre outro aspecto étnicos e nacionais oriundos do país Senegal.

Com o aumento dos fluxos migratórios venezuelanos e suas demandas, no ano de 2021, foi criada a Associação Venezuelana de Campo Grande – AVCG - Campo Grande, que recebeu a visita da embaixadora da Venezuela Maria Tereza Blandria, para dar apoio, incentivo as ações, encaminhamentos de documentações para regularização, articulação e orientações para a comunidade venezuelana.

O Serviço Pastoral dos Migrantes, durante os anos 2018 e 2019, no atendimento e acolhimento, muitas vezes encontrou os migrantes e refugiados em situações de vulnerabilidades, desnutridos, doentes, crianças necessitando de apoio psicológico, cuidados com a saúde, alimentação, acolhimento e abrigamento. As casas de acolhidas e os abrigos na cidade estavam superlotadas e a sociedade civil organizada, as igrejas já não tinham mais recursos e como acolher imigrantes que chegavam diariamente. Como os locais existentes já estavam sobrecarregados percebeu-se que a demanda iria aumentar, e fez-se necessário o início de ações de articulações e iniciativas para amenizar os sofrimentos dessas pessoas.

A Pastoral dos Migrantes convocou uma reunião de urgência com as entidades que atuam no atendimento e acolhimento dos migrantes e refugiados para tratar desses assuntos, para otimizar e fortalecer as iniciativas existentes, encaminhar possíveis casos de emergência e acolher sugestões e as propostas que cada uma das entidades convidadas pudessem oferecer, e juntos buscassem soluções a essas situações da migração na capital e no estado MS.

No dia 19 de dezembro 2019, na Arquidiocese de Campo Grande, foi realizada a primeira reunião com as entidades que trabalham no acolhimento dos migrantes e refugiados. Foi contextualizada a realidade migratória em Campo Grande e no estado de Mato Grosso do Sul, e foram apresentadas as demandas mais urgentes, e propostas para realizar ações e atuar como rede de parcerias migração Campo Grande-MS.

Dentre as propostas resultantes da reunião, que consta no relatório anual da pastoral dos migrantes 2019/2020, Arquidiocese de Campo Grande, MS destacam-se⁷:

⁶ <https://www.facebook.com/ladirufms.oficial>

⁷ Relatório Anual Pastoral do Migrante 2019/2020, Arquidiocese de Campo Grande, MS.

- 1- Criação de um grupo WhatsApp para fortalecer e articular com as entidades que atuam com a migração, junto com os imigrantes, contribuindo e otimizando as iniciativas para o atendimento aos imigrantes, migrantes de quaisquer nacionalidades, seja como instituição, individual ou voluntário. Aberto a outros membros e entidades;
- 2- Elaborar as propostas e encaminhar aos setores responsáveis em cada política pública: sobre saúde, moradia, trabalho, educação, etc. seja para a União, Estado e município, ver a disponibilidade de cada um dos voluntários, entidades para otimizar o atendimento e concretizar as propostas através de sugestões, encaminhamentos, orientações e outros;
- 3 - Ver locais para acolhimento dos imigrantes provisório: seja para migração organizada (Operação acolhida) ou migração espontaneamente como grupos pequenos de famílias;
- 4 - Local para receber e guardar as doações: por exemplo em galpões, casas, salão e outros para receber móveis, alimentos, roupas, calçados, etc. Se possível gratuito ou como doação quem quiser colaborar. Haverá uma gestão para distribuir para quem precisar, conforme a ficha cadastral. a. Além da Seleta e do MS Acolhe: que já tem uma proposta de utilizar o local para receber doações não perecíveis. Por isso há necessidade de mais locais por bairros e regiões. b. As empresas podem utilizar como função social, ajudando pagar o aluguel por exemplo;
- 5 - Otimizar os locais de atendimentos: especialmente dos grupos pequenos de famílias migrantes, que vem por conta própria. São mais vulneráveis, muitas vezes vem com crianças, estão doentes. a. Capacitação da rede de acolhimento: com orientação básica para os recém-chegados;
- 6 - Realizar encontros, reuniões com as empresas: principalmente aquelas que oferecem e fazem a contratação dos imigrantes para o trabalho. a. Grupos com emprego: necessidade de reunir as empresas que empregam para ver como podem contribuir na parte social (aluguel de casa, assistência de saúde, creche);
- 7 - Conselho Tutelar: como atender e orientar essas famílias de imigrantes com crianças, vulneráveis que estão sob estresse que muitas vezes acabam agredindo as crianças ou ficam nas ruas pedindo esmolas;
- 8 - Dar assessoria e visitar os municípios do interior do estado MS: que pedem apoio ou socorro nas questões da migração, documentos, integração, aprender o idioma - língua portuguesa;
- 9 - Dar maior atenção na dificuldade de atendimento aos imigrantes como: barreira linguística na parte da saúde, documentação, assistência.
- 10 - Acompanhamento aos imigrantes nos aspectos:
 - a) Acolhimento: Otimização e sistematização do acolhimento, ter uma metodologia de acolhimento mais humano, acompanhamento oferecendo oportunidades para que os imigrantes sejam protagonistas.
 - b) Atendimentos: as famílias imigrantes vítimas de violência doméstica, em especial para mulher, criança, adolescente e idoso.
 - c) Moradia: aluguel, fiador, caução.
 - d) Alimentos: cesta básica, hortas comunitárias, processamento dos alimentos e outros.

- e) Móveis: doações e aquisição.
- f) Documentações: encaminhamentos e orientações para os órgãos específicos.
- g) Acompanhamento da saúde: seja no hospital, posto de saúde e outros.
- h) Trabalho: mercado de trabalho, FUNTRAB, empresas, divulgação de empregos e outros.
- i) Educação: escolas para crianças, idioma língua portuguesa, voluntários e equipes para dar aulas, bolsas para remunerar os voluntários. Passe de ônibus para os alunos irem para as aulas. Curso: com preparação para quem recebe os migrantes em várias línguas: espanhol, francês, etc. SEMED: capacitar os professores que recebem as crianças migrantes. SED: também para capitalizar o trabalho com os professores. Validação de diplomas: núcleo de ensino de línguas par afazer a tradução da documentação (inglês, espanhol) a custo zero, para facilitar a entrada na universidade.
- j) Na área da Saúde: SUS, vacinas, grávidas, doenças, Câncer, HIV, desnutrição, doenças de peles, atendimento psicológico e outros.
- k) Cultura: música, gastronomia, espiritualidade – ecumênica, profissional e outros.

11 - Cuidar do Cuidador: compartilhar os desafios, as experiências, momentos de espiritualidade, fortalecimento dos agentes voluntários, imigrantes, oficinas, formação, capacitação.

12 - Cadastro de parceiros: das entidades que atuam com a migração e acolhimento dos imigrantes.

13 - Cadastro de imigrantes: refugiados, migrantes para melhor atendimento e acolhimento. Criar um banco de dados, criar plataforma: triagem, entrevista, trânsito, acolhimento, encaminhamento.

14 - Fortalecer as parcerias: com as universidades UCDB, UEMS, UFMS, IDHJN, grupos, projeto de pesquisas, extensão e intercâmbio junto parceria com a pastoral dos migrantes e congregar as pessoas que trabalham nessa área da migração.

Dentre as questões que surgiram na reunião destacam-se:

- Incentivar a construção da política migratória e políticas públicas para Migrantes e refugiados, para facilitar o acolhimento, atendimento, acompanhamento e acesso dos imigrantes aos serviços públicos, para melhor integração, orientações e amenizar o sofrimento.
- Dar maior atenção as leis incentivando a contratar migrantes e refugiados. Revalidação de Diplomas,
- Empreendedorismo como rede de restaurante dos migrantes (africanos, sírios, bolivianos, haitianos), oportunizar curso de língua portuguesa (ex. profissionais da Santa Casa de Campo Grande, MS).
- Acompanhar a Rota Bio-Oceânica: no município de Porto Murtinho, devido o aumento dos fluxos migratórios.
- Família venezuelana indígena: quando chegar deve entrar em contato imediatamente com a DPU. Especialmente os Waraos.

- Trabalhar com a imprensa tem o papel de divulgar os problemas que estão acontecendo, para que mais pessoas possam ajudar, facilitando o trabalho da equipe.

É importante ter as informações mais concisas. Como também ser instrumento de sensibilização e conscientização da realidade migratória e cobrança dos órgãos públicos.

Nessa primeira reunião foram essas as primeiras entidades que fizeram parte da rede parceiras migração.

- Serviço Pastoral dos Migrantes – Arquidiocese Campo Grande – MS
- MS Acolhe – Fraternidade Sem Fronteiras.
- Associação Haitiana Brasileira – ASHABRA
- UEMS Acolhe - Universidade Estadual Mato Grosso do Sul – UEMS
- Universidade Católica Dom Bosco – UCDB
- Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS
- Instituto Direitos Humanos José Nascimento– IDHJN
- Capelão do Hospital Universitário – Pastor Irwgin Ferreira
- Sub-secretaria adjunta da mulher, prefeitura – SEMU
- Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB.
- Defensoria Pública do Estado – DPE, NUDEH.
- Defensoria Pública da União – DPU
- Centro de Acolhida ao Migrante – CEDAMI
- Cruz Vermelha brasileira – Campo Grande – MS
- Imprensa: Marcos – São Judas Tadeu, Tainã Campo Grande News, Fábio, Correio do Estado.

No primeiro ano da pandemia 2020, foi fortalecido como rede parcerias migração de campo Grande, se estendendo com o apoio as famílias e assessorias as redes locais de outros municípios. Contando também assessoria e abrangência em outros municípios, através de parceiros como UEMS, Cruz vermelha, Irmãos São José, Conferência do Religiosos do Brasil - CRB Foram atendidas 1.380 famílias durante a pandemia. Foram realizados atendimento virtual, acompanhamento e encaminhamentos de documentações, assistências emergências a alguns migrantes, refugiados e suas famílias foram: 918, homens 529, mulheres 351 e 38 crianças. Nacionalidades: Haitianos – 417, venezuelanos - 436, senegaleses – 22, cubanos – 19,

bolivianos - 122, chilenos - 06 colombianos - 04 e argentinos - 02. Nesse segundo ano da pandemia o atendimento as famílias até o momento foram 814 famílias.⁸

Ações das redes locais em outros municípios

Serão relatadas brevemente algumas ações que foram realizadas em alguns municípios, na perspectiva de uma construção da rede de parcerias e migração local e futuramente estadual.

Em Corumbá foi realizada, em 09 de junho de 2016, a audiência pública para discutir a necessidade e a viabilidade de criação do Comitê Municipal de Atenção ao Imigrante, ao Refugiado e ao Apátrida no município. “O debate foi promovido pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPE-MS), através da 2ª Promotoria de Justiça de Corumbá, em parceria com o Campus do Pantanal (CPAN) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

A prefeitura de Corumbá, em 22 agosto de 2016, instituiu o Comitê Municipal de atenção aos imigrantes, refugiados e apátridas no município de Corumbá – COMAIRA, por meio do Decreto N. 1.706, de 22 agosto 2016”.⁹

Outra importante ação realizada foi a audiência pública migração Haitiana em Corumbá-MS, no dia 03 agosto de 2018.

Em Três Lagoas, os direitos de imigrantes e refugiados foram discutidos na Câmara Municipal, cujo evento foi promovido pelo vereador Idevaldo Claudino, no dia 14 dezembro de 2015. “A Reunião pública, abordou questões humanitárias e inclusão social para os refugiados haitianos no município. No plenário Legislativo, realizou-se uma reunião Pública para discussão e propostas de solução das questões de direitos humanos, racismo e inclusão social de imigrantes e refugiados. Estavam presentes, o coordenador geral de Processos Formativos da Secretaria de Governo da Presidência da República, Marcel Franco Araújo Farah, representante da Secretaria de Estado de Assistência Social e Trabalho, Cláudia Domingues; diretora da Secretaria Municipal de Assistência Social, professora Mara Eulália Carrara da Silva; presidente do Conselho Estadual dos Direitos do Negro, Romilda Neto Pizane; presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Negro, Luzia Nunes Mariano; coordenadora da Pastoral do Migrante, Arquidiocese de Campo Grande, Irmã Rosane Costa Rosa, professora Ana Paula Amaral, esta última, que proferiu palestra abordando a história do Haiti, questões de Direito

⁸ Arquivos de relatórios do Serviço Pastoral dos Migrantes, Arquidiocese de Campo Grande, MS, anos 2018, 2019, 2020 e 2021.

⁹ DECRETO 17062016 - Diário Oficial de Corumbá <http://do.corumba.ms.gov.br> <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=85689>.

Internacional, Política de Imigração Brasileira, Fluxos Migratórios Internacionais e, especificamente, dos haitianos no Mato Grosso do Sul”.¹⁰

Dessa reunião pública resultou a criação da Associação para o avanço dos migrantes haitianos – ALMATH, Três Lagoas, em 27 de janeiro 2019.

Em Dourados, existe desde 2014 uma iniciativa de extensão da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) coordenado pelo professor Hermes Moreira Júnior, em parceria com a Cátedra Sérgio Vieira de Mello – convênio entre a UFGD e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), e foi institucionalizada como projeto de extensão da Universidade em 2018, via edital da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEX). Elaborado e executado por professores e estudantes da Faculdade de Direito e Relações Internacionais (FADIR) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), o projeto Atendimento Jurídico e Integração de Migrantes e Refugiados em Dourados vem auxiliando famílias migrantes e refugiadas a se reestruturarem e construir suas trajetórias de vida em uma nova cidade.

Os haitianos passaram a migrar para o estado a partir de 2015, atraídos, principalmente, pelas vagas disponíveis em canteiros de obras, em indústria pesada e em serviços diversos. A região Sul do estado destaca-se pela contratação por frigoríficos locais e estima-se que atualmente mais de 500 migrantes e refugiados do Haiti ainda residam em Dourados. “Entre abril de 2018 e março de 2020, segundo o Informe Interiorização, publicado pelo Subcomitê Federal para Interiorização dos Imigrantes, Dourados recebeu 1.968 refugiados venezuelanos por meio da Operação Acolhida, programa coordenado pelo governo federal, com o apoio do ACNUR, da Organização Internacional para as Migrações (OIM), de estados, de municípios e da sociedade civil”.¹¹

O serviço Pastoral dos Migrantes em parceria com a Caritas Diocesana de Dourados desde 2017, realiza assessoria, acompanhamento e capacitação de equipes de agentes e voluntários da pastoral. Com essa parceria foi realizada em 28 abril de 2018, o primeiro ‘Seminário Olhar sobre a migração’, que abordou questões sobre a realidade migratória de Dourados com seus desafios, dificuldades e propostas e perspectivas em realizar ações em prol aos migrantes e refugiados.

Ainda em Dourados, a Associação Municipal dos Haitianos em Dourados-AMHD foi criada em 29 fevereiro em 2018. Seus trabalhos vêm facilitando o processo de integração dos migrantes na cidade. Em 2019, foi criada a Associação

¹⁰ <https://cmtls.ms.gov.br/ver.php?id=6308>

¹¹ <https://portal.ufgd.edu.br/noticias/projeto-da-ufgd-auxilia-familias-de-refugiados-a-matricular-seus-filhos-em-escolas-publicas-de-dourados>

Multicultural Venezuelana em Dourados e região – DUNAMIS, cujo significado representa poder e força, em grego. Essa associação iniciou os trabalhos com cinco venezuelanos e um cubano

Para o fortalecimento da rede e capacitação, a nível de Mato Grosso do sul, em 22 outubro 2019 a Escola do Ministério Público da União (MPU), desenvolveu o projeto Atuação em rede: onde proporcionou a capacitação dos atores envolvidos no acolhimento, na integração e na interiorização de refugiados e migrantes no Brasil¹², com o objetivo de fomentar a discussão em torno da necessidade de se estabelecer políticas locais de acolhimento, abrigamento e integração para refugiados e migrantes e capacitar os atores envolvidos no acolhimento, a Rede de Capacitação a Refugiados e Migrantes.

Potencialidades da ampliação e fortalecimento das redes de parcerias migração

Com o aprendizado e trocas de experiências dessa trajetória cada vez mais crescente entre as entidades que atuam no acolhimento e acompanhamento dos migrantes e refugiados, percebe-se a necessidade e a potencialidade expansão da atuação em rede sob uma ótica multidisciplinar, multicultural, oportunizando espaços e efetivar a integração dos migrantes e refugiados.

Todos os anos a Pastoral dos Migrantes Nacional celebra a semana do migrante. Em 2021 o tema foi “migração e diálogo”, tendo como lema: quem bate à nossa porta? Diante deste tema, foi realizado o primeiro Encontro Estadual da Rede Parceria e Migração, de 14 a 18 junho 2021, que teve como objetivo conhecer a realidade migratória no estado Mato Grosso do Sul. O encontro foi momento de diálogo, reflexões, debates, apresentação de boas práticas entre as instituições que estão realizando ações com migrantes e refugiados.

O primeiro Encontro Estadual Rede Parceria e Migração, realizado durante a Semana do Migrante, foi organizado com temáticas específicas a cada dia:

- “- Primeiro dia – Diálogo com a História: – Quem foi antes de nós, protagonistas hoje. - Ousadia da esperança – futuro construído por nós hoje;
- Segundo dia – Diálogo com as diversidades, culturais, religiões e espiritualidades, nacionalidades, profissionalismo;
- Terceiro dia – Diálogo com os sonhos, e a família (principalmente das mulheres, crianças) que buscam a migração. Migração como um direito. Educação, Saúde, Trabalho, Moradia e Acolhimento;

¹² <https://escola.mpu.mp.br>

- Quarto dia - Diálogo com os direitos, a cidadania, deveres, com as entidades e pessoas que oportunizam, lutam, protegem, reivindicam, promovem e acolhem;

- Quinto dia – Diálogo dos encontros como oportunidade de vivenciarmos a presença de Deus no outro, no irmão. O que nos permite olhar para o que nos une, e nos mostra que as ações com os migrantes e refugiados, são um exercício de fé, esperança e caridade, e nos fortalecem como rede de parcerias”.

O encontro estadual foi o espaço para conhecimento, partilhas de experiências, diálogo, propostas, sugestões, para fortalecimento da rede de parcerias voltadas para o acolhimento, acompanhamento, integração, proteção e principalmente efetivar as políticas públicas. Nesse encontro foi oportunizado espaço de fala para os migrantes e tornar visível aqueles que estão invisíveis.

Ações de boas práticas, mostram a possibilidade de construção de políticas públicas para migrantes e refugiados, no estado de Mato Grosso do Sul, através de um Plano Estadual de Políticas públicas para migrantes e refugiados.

Através das redes locais podem se desenvolver um trabalho articulado, e avançar na efetivação de propostas, como a criação da Rede estadual de parcerias migração, inicialmente composta por nove municípios, Campo Grande, Corumbá, Dourados, Três lagoas, Nova Andradina, Coxim, Naviraí, Jardim, Ponta Porã.

Que esse movimento de criação e fortalecimento das redes, possam somar forças para transformar em oportunidades os desafios que mundo das migrações nos apresentam.

A mobilidade humana traz a possibilidade de abrir portas, construir pontes, e provocar encontros e diálogos, como também pode fechar as fronteiras e construir muros. A rede possui a força da partilha solidária e da vivência. A pandemia nos ensina cuidar um do outro, cada um é responsável pelo outro, pelo coletivo e comunidade e pela humanidade.

A realidade da mobilidade humana nos faz abrir os olhos para ver o novo caminho na direção evangélica orientada para a reciprocidade, o amor e a multiculturalidade, como diz esta frase: *“um dos mais belos dons recebidos de Deus é a capacidade de amar”*.

Considerações finais

Ainda que não seja caracterizado como o destino principal dos migrantes que chegam ao Brasil, o Estado de Mato Grosso do Sul recebe um fluxo constante de

imigrantes internacionais e possui uma grande evidência na mobilidade humana internacional, principalmente pela sua posição geográfica fronteiriça.

Com o esforço de fortalecer a mobilização em rede e as experiências de trabalho articulado, busca-se a cooperação mútua entre as entidades, que favorece a capacitação de agentes, profissionais, voluntários, migrantes e refugiados.

Mesmo com diferentes formas de gestão, atuação e especificidade, as ações podem ser realizadas em cooperação com as demais entidades, concretizando a defesa dos direitos humanos, qual se constitui um novo paradigma, a migração focando o olhar, especialmente na subjetividade dos processos migratórios.

A rede de parcerias na migração recolhe as demandas, resultados dos fluxos migratórios, e proporcionam a acolhida, o acompanhamento, a proteção e a integração, em relação a sociedade civil, igrejas, órgãos públicos, e as entidades afins que atuam com as migrantes e refugiados.

Através das redes locais podem se desenvolver um trabalho articulado, e avançar na efetivação de propostas, como a criação da rede estadual de parcerias migração, inicialmente composta por nove municípios: Campo Grande, Corumbá, Dourados, Três Lagoas, Nova Andradina, Coxim, Naviraí, Jardim, Ponta Porã.

Espera-se que esse movimento de criação e fortalecimento das redes possam somar forças para transformar em oportunidades os desafios que o mundo das migrações nos apresentam.

A mobilidade humana traz a possibilidade de abrir portas, construir pontes, e provocar encontros e diálogos. A rede possui a força da partilha solidária e da vivência. A pandemia nos ensinou cuidar um do outro, cada um é responsável pelo outro, pelo coletivo e comunidade e pela humanidade.

A realidade da mobilidade humana nos faz abrir os olhos para ver o novo caminho na direção evangélica orientada para a reciprocidade, o amor e a multiculturalidade.

Referências

AMARAL, A. P. M.; FLORES, A.; CALVES, J. P. O direito humano de migrar e a nova política migratória brasileira. In: URQUIZA, A. H. A. (Org.). **Fronteiras étnicos-culturais** - tráfico e migração de pessoas nas fronteiras de Mato Grosso do Sul. 1ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2018. p. 111-144.

AMARAL, A. P. M.; CARVALHO, L. C.; GUTIERREZ, J. P. Direitos Humanos no Brasil e o 3º Plano Nacional de Direitos Humanos. In: FELIX, Y. S.; URQUIZA, A. H. A.; SILVA, D. B. (Org.). **Educação em direitos humanos: perspectivas contemporâneas**. 1ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2020. p. 113-162.

AMARAL, A. P. M.; COSTA, L. R.; GARCEZ, T. R. S. O sistema global de proteção dos direitos humanos sobre migrantes e seus marcos legais frente à nova Lei de Migração. In: RAMOS, A. C. et al. (Org.). **Nova Lei de Migração: os três primeiros anos**. 1ed. Campinas: NEPO UNICAMP - Observatório das Migrações em São Paulo/FADISP, 2020. p. 181-202.

AMARAL, A. P. M.; ZEPHYR, M. F. N. Análise do fluxo migratório de haitianos em Campo Grande - MS. In: URQUIZA, A. H. A. (Org.). **Fronteiras dos Direitos Humanos: Direitos Humanos nas Fronteiras**. 1ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2016. p. 141-165.

AMARAL, A. P. M.; ROSA, R. C.; COSTA, L. R.; ZEPHYR, M. F. N.; SOUZA, J. E. M. **Migração, Carisma Scalabriniano e Pastoral dos Migrantes no Mato Grosso do Sul**. 1. ed. Campo Grande/MS: ed. Life, 2020.

ARQUIVO relatórios do Serviço Pastoral dos Migrantes, dos anos 2018, 2019, 2020, 2021. Arquidiocese de Campo Grande, MS.

BRASIL. **Estatuto do Estrangeiro**. Lei nº6815/80. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis. Acesso em: 09 jun. 2021.

BRASIL. **Lei 13.445, de 24 de maio de 2017**. Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-publicacaooriginal-152812-pl.html>. Acesso em: 18 nov. 2019.

CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS - CSEM. **Profecia, Itinerância, caminho**: Província Maria Mãe dos Migrantes - 15 anos a serviço dos Migrantes. Brasília: CSEM, 2006.

Constituições das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas, pg.12, artigo, n.3

CLARO, C. A. B. Do Estatuto do Estrangeiro à Lei de Migração: avanços e expectativas. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 26, p. 41-53, 2020.

COMIGRAR. **Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio**, 2015. Disponível em <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/migracoes1/conferencia-nacional-sobre-migracoes-e-refugio>. Acesso em 11 de outubro de 2021.

COMIGRAR. **Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio**. Reunião preparatória de Corumbá-MS, 2014. Disponível em <https://www.corumba.ms.gov.br/2014/03/corumba-pauta-migracao-em-conferencia-preparatoria-para-etapa-nacional>.

CORRÊA, A. S. *et al.* Fluxos migratórios no Estado de Mato Grosso do Sul (1970-2010). **Interações**, Campo Grande, v. 19, n. 2, p. 325-341, abr./jun. 2018.

CORREIO DO ESTADO. Mato Grosso do Sul já recebeu 71,7 mil imigrantes neste ano. 2018. Disponível em: <https://www.correiodoestado.com.br/cidades/mato-grosso-do-sul-ja-recebeu-717-mil-imigrantes-neste-ano/336022>. Acesso em: 10 nov. 2019.

COSTA, L. R. **Os direitos humanos na política migratória brasileira (1808-2017)**. Campo Grande, MS Life: Editora, 2020.

DURE, E. S. **Resolução nº 750/2016**. 2016. Disponível em: <https://diorc.ufms.br/resolucao-no-7502016/>. Acesso em: 24 out. 2019.

IMPRESA SCALABRINIANA – SP, newsletter, Missionárias Scalabrinianas Província Maria, Mães dos migrantes América do Sul e África. <http://www.missionariascalabrinianas.org.br>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Panorama de Mato Grosso do Sul. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/campo-grande/panorama>. Acesso em: 10 nov. 2019.

IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO - SCALABRINIANAS. **O rosto feminino do carisma Scalabriniano**. São Paulo: Loyola, 1995.

OIM. <https://nacoesunidas.org/agencia/oim> - Organização internacional das migrações-OIM, dados referentes a interiorização dos venezuelanos. Subcomitê Federal de interiorização (deslocamentos assistidos de venezuelanos Brasil agosto de 2019. Operação acolhida.

PEREIRA, C. R.; AMARAL, A. P. M. Migração e tráfico de pessoas na fronteira: uma abordagem à luz dos direitos humanos. In: URQUIZA, A. H. A. (Org.). **Fronteiras étnico-culturais - tráfico e migração de pessoas nas fronteiras de Mato Grosso do Sul**. 1. ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2018. p. 145-182.

PONTIFÍCIO CONSELHO DA PASTORAL PARA OS MIGRANTES E OS ITINERANTES. Erga Migrantes Caritas Christi (EMCC). 2004. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/migrants/documents/rc_pc_migrants_doc_20040514_erga-migrantes-caritas-christi_po.html. Acesso em: 11 nov. 2019.

ROSA, R. C. Serviço Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Campo Grande - MS. Desafios, conquistas e perspectivas. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 27, n. 55, p. 199-206, abr. 2019.

SPRANDEL, M. A. Migração e crime: a Lei 6.815, de 1980. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 23, n. 45, p. 145-168, 2015.

SUPERIORA geral da congregação das irmãs missionárias Scalabrinianas, Roma, Itália. www.sacalabriniane.org

EDUCAÇÃO E MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS EM FRONTEIRA: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE METODOLOGIAS

Education and International Migrations on Borders: Some Notes on Methodologies

Marco Aurélio Machado de Oliveira*
Alcino Gabriel da Silva Vernochi**

Resumo: Este artigo objetiva avaliar o quanto estudos acadêmicos têm sido capazes de encontrar respostas para perguntas feitas pelas sociedades que compõem as fronteiras. Fizemos estudo de caso com escolas em Corumbá, MS, Brasil, caracterizando as principais inquietações traduzidas pelas Dissertações no Mestrado em Estudos Fronteiriços da UFMS, quando da captura de falas nos ambientes escolares no período de 2010 a 2021. A metodologia utilizada foi de revisão bibliográfica crítica. Os resultados alcançados mostraram que as pesquisas, iniciadas com caracterizações espaciais das escolas, evoluindo para a captura de falas de envolvidos nesse ambiente, levaram às reflexões sobre problemas de gestão escolar.

Palavras-chave: Fronteira, metodologia, educação, migrantes internacionais, Migrafron.

Abstract: This article aims to assess how much academic studies have been able to find answers to questions asked by the societies that make up the borders. We carried out a case study with schools in Corumbá, MS, Brazil, characterizing the main concerns translated by the Dissertations in the Master's Degree in Border Studies at UFMS, when capturing speeches in school environments from 2010 to 2021. The methodology used was a literature review criticism. The results achieved showed that the research, which began with spatial characterizations of schools, evolving

Introdução

A associação entre as categorias fronteira e migração internacional desconhece a temperatura morna. Polemizadas, estigmatizadas, romantizadas, demonizadas ou negligenciadas, elas estão em permanentes estados de observação e julgamento. Seja nas raias administrativas, sentidos comuns ou, o que é grave, em algumas formulações acadêmicas, há ideias sobre elas e que por muitas vezes se apresentam sob a forma de ideologias se dividindo em dois níveis. Em um, paira a força da globalização que, retoricamente, a coloca como algo obsoleto e que, portanto, deveria estar restrito a pequenas e pontuais funcionalidades, isso ao mesmo tempo em que, na prática, endurece legislações e visa impermeabilizá-la, tangenciando o que Homedes e Ugalde (2003) já alertavam duas décadas atrás. Em outro, sustentado, essencialmente,

* Professor Titular na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Docente Permanente no Mestrado em Estudos Fronteiriços, na mesma Instituição. Coordenador do Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (Migrafron). E-mail: marco.oliveira@ufms.br.

** Mestrando em Estudos Fronteiriços, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: vernochii@gmail.com.

to capture the speeches of those involved in this environment, led to reflections on school management problems.

Keywords: Border, methodology, education, international migrants, Migrafron.

pelas forças estamentais, ancora-se na necessidade de garantir a soberania, mesmo que mitológica, dos Estados. Seja numa ideia ou noutra, há que se reconhecer um pensamento sobre ela, e sobre ele devemos nos preparar para uma análise. Falamos aqui de um pensamento que a desqualifica para poder requalificá-la em outros níveis. Dizer que esse pensamento criminaliza, sujeita e distancia a fronteira dos centros decisórios é apenas um reconhecimento do que vem sido dito em pouco mais de meio século.

Para trabalhar esse pensamento é necessário que sejam feitas algumas considerações sobre as metodologias que entendemos ser ponto de partida para aplicação dos procedimentos metodológicos. E, neste sentido, recorreremos a Edward Said (1990) por considerar muito importante sua maneira de construir metodologias, ou se adaptar a elas, como forma de resistir à força desse pensamento e de suas decorrentes ideias.

Faremos uso de três aspectos que nos levam a refletir. Primeiro, a política, que consideramos a força inicial, portanto, com poder de criação da fronteira, e, também, inercial porque a mantém. Anderson (1994) identificou uma hierarquia política muito interessante, nela a *alta política* é definida como a esfera onde a Defesa e as Relações Exteriores são as principais responsáveis pelos aspectos mais elevados da administração do Estado. Ao passo que a

baixa política está no campo cotidiano das esferas que lidam diretamente com as políticas traçadas pela *alta política*. Esse conceito político colabora muito para a *formação estratégica* que Said salientou, pois nos permite encontrar os germinais e os respectivos desdobramentos do pensamento sobre a fronteira, e nela incluir outra categoria que o fundamenta: a autoridade. E sobre essa categoria recai a estratificação do início e da permanência, daquilo que originou e sobrevive.

Um segundo aspecto a ser observado é a sociedade, e nela incluir os migrantes internacionais. Pensamos que a dinâmica fronteira, portanto, a vida ali elaborada, é avivada a partir deles e das mercadorias, principais alvos nos desdobramentos do pensamento político sobre a fronteira (OLIVEIRA, 2016). Embora, dessa forma, recaiam sobre essas categorias os pesos do pensamento e das ações de autoridades, elas são portadoras de autonomias que lhes asseguram elaborações de estratégias de sobrevivências, redes de solidariedade e dinâmicas muito peculiares. As vidas cidadinas em fronteira demonstram bem saber as maneiras como manejar suas escalas nacionais, internacionais, locais e globais, de tal modo que as práticas e manejos sobre os seus jeitos de comunicar lhes são garantias de construção e ordenamento de territórios.

Entendemos que, por um lado, as fronteiras possuam profundas marcas históricas que se traduzem em tensões de longas durações. A presença e resistência de povos originários, os diversos tipos de manifestações aos fluxos migratórios, como racismo, xenofobia e preconceito e as relevâncias estratégicas no mercado global ou intrarregional são incorporados em seus cotidianos ao ponto de podermos identificar certos tipos de estabilidades nas cidades fronteiriças. Conflitos, solidariedades e indiferenças são aspectos que merecem atenção especial no sentido de entender como são construídas tais estabilidades, que não podem ser confundidas com equilíbrio em relações marcadas pela sobrecarga de tensões. E nelas podemos identificar as distinções entre os agentes e agidos (BRAUDEL, 1987) nas tessituras sociais, seja entre autoridades, empresários, estudantes, trabalhadores formais ou não. Ou seja, trata-se de uma complexa construção de sociedades que foi promovida pelos distanciamentos e aproximações, dependendo das escalas já mencionadas, impondo às esferas ligadas à *alta política* desafios descomuns para compreendê-la e promover políticas que não estejam restritas ao binômio controle-vigilância.

O terceiro ponto a ser observado aqui é relacionado aos estudos acadêmicos. No Brasil ainda não são muitos os grupos de pesquisa que desenvolvem estudos sobre as fronteiras estando localizados nelas. Não que a localização de um grupo de estudiosos signifique, necessariamente, a garantia de excelência na pesquisa, tampouco sua perenidade. Mas, estar inserido em múltiplas faces de condições

periféricas torna possíveis as imersões, cujos desdobramentos podem levar a soluções criativas nos diversos impasses que os agentes da *baixa política* enfrentam em seu dia-a-dia. Ou seja, as atividades de pesquisa e extensão promovidas pelas universidades podem dar respostas diferenciadas, principalmente se as perguntas forem escutadas de forma bastante qualificada.

Aproximar os estudos acadêmicos às práticas, públicas ou privadas, desenvolvidas nas sociedades de fronteira pode criar um dos ambientes mais belos nesses lugares: a força da criatividade como expressão de superação e sobrevivência. E é nessa perspectiva que realizar aprofundamentos nos estudos ligados à *baixa política*, onde os pensamentos, decisões e ausências da *alta política* se efetivam, podem permitir interessantes inserções sociais. É um caminho que não pode pretender se limitar a observar, portanto se inclina a ser participante desse processo criativo ao mesmo tempo em que busca entender as dinâmicas tão peculiares. Isso sem perder de vista a permanente reflexão sobre o pensamento construído sobre a fronteira, revendo conceitos, redefinindo alcances epistemológicos e traçando metodologias fundamentadas em averiguações estratégicas.

Neste sentido, este artigo objetiva avaliar o quanto estudos acadêmicos têm sido capazes de encontrar respostas para perguntas feitas pelas sociedades que compõem as fronteiras. Fizemos estudo de caso com escolas em Corumbá, MS, Brasil, caracterizando as principais inquietações traduzidas pelas Dissertações no Mestrado em Estudos Fronteiriços (MEF) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, quando da captura de falas nos ambientes escolares no período de 2010 a 2021. A metodologia utilizada foi de revisão bibliográfica crítica. Os resultados alcançados mostraram que as pesquisas, iniciadas com caracterizações espaciais das escolas, evoluindo para a captura de falas de envolvidos nesse ambiente, levaram às reflexões sobre problemas de gestão escolar.

Corumbá como palco das migrações histórica e atuais

Corumbá é uma cidade que possui cerca de 110 mil habitantes e está conurbada com Ladário em seu lado Leste, e ao Oeste, nos limites territoriais do Brasil, com as bolivianas Puerto Quijarro e Puerto Suarez. Trata-se de um conjunto urbano com aproximadamente 180 mil habitantes. As fundações de Corumbá e Ladário, em 1778, se deram por conta da busca de metais preciosos em uma imensa área que chegava ao norte, na região de Cuiabá, o que impôs e a necessidade da Coroa portuguesa em defender e delimitar seu território, embora devamos reconhecer que muito disso, também, se devesse aos desdobramentos do Tratado de Madri (1750). Já a cidade de Puerto Suarez foi fundada em 10 de novembro de 1875,

quase 100 anos depois. Segundo Oliveira, Oliveira e Rodrigues (2020, p. 48), “A fundação de Puerto Suarez pode ser interpretada como uma política do governo boliviano de consolidar suas fronteiras expressas em práticas de ocupação, através de criação de núcleos urbano”; Enquanto que Puerto Quijarro (1948) teve sua criação como desdobramento da construção da estrada de ferro que liga Corumbá a Santa Cruz de La Sierra.

Por conta deste aspecto geográfico, teve um dos portos mais movimentados do país, tendo seu auge no início do século XX. Após a Guerra com o Paraguai (1864-1870) houve um grande fluxo de migrantes internacionais e mercadorias de vários países. Para lá se deslocaram imigrantes de diversas nacionalidades, como: italianos, portugueses, espanhóis, franceses, sírios, libaneses entre outras (OLIVEIRA, 2006). O Comandante H. Pereira da Cunha chama Corumbá de “pequena Babel”, por conta dos diversos idiomas que eram falados, reparando inclusive que o português era a língua menos utilizada (SOUZA, 2008). Dentre os imigrantes, os que mais tiveram êxito comercial foram os sírios e libaneses.

O fluxo imigratório do Paraguai para àquela região se deu com o fim da guerra, em 1870. Os soldados brasileiros, principalmente da região onde hoje é Corumbá, vieram acompanhados dos paraguaios, que foram atraídos pelo incentivo imperial de povoamento da região, através da concessão de passagens gratuitas em viagens nos vapores que navegavam rio Paraguai acima (SENA, 2012). Após o fim da escravidão, em 1888, eles foram a opção de mão de obra barata na região, como afirma Sena (2012):

A presença de paraguaios(as) na cidade foi significativa nos anos finais do período escravista. Mão de obra barata e que muitas vezes foi direcionada a trabalhos forçados, paraguaios/ paraguaias acabaram por realizarem as mais diferentes atividades nos ambientes urbanos e rurais da região. (SENA, 2012, p. 80)

Através das diversas associações e consulados era possível ver a presença significativa de cada nacionalidade de migrantes na cidade. Mas diferentes dos consulados, que possuíam um papel jurídico, as associações representavam redes de solidariedades, o que facilitava a vinda de outros migrantes de mesma nacionalidade, sejam eles familiares ou não (OLIVEIRA; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2020)¹.

Os portugueses construíram sua história em Corumbá marcada por diversos fatores. Um dos mais relevantes no tocante ao processo migratório internacional

¹ Atualmente os consulados que ainda existem na cidade de Corumbá são: o Consulado da República da Bolívia, localizado na Rua Sete de Setembro, número 47. E o Consulado Honorário de Portugal, localizado na Rua Antônio João, número 170. Diferente dos bolivianos, que são frequentes na cidade, o número de portugueses é bem reduzido. Porém, estes tiveram grande importância na cidade, tanto como exemplo de formação de rede de solidariedade, quanto como na assistência social para com a população local.

é a construção de redes de solidariedade entre eles. No caso deste grupo de migrantes, a fundação da Sociedade Beneficência Portuguesa 1º de Dezembro, em fevereiro de 1892, é um marco na história migratória em Corumbá, e que servirá como espelho para outros grupos que ali se instalaram ao longo do século XX. Sua ata de fundação deixa explícita a vocação da entidade em dar acolhida aos patrícios que naquela cidade desembarcavam, dando-lhes orientações das mais variadas sobre as rotinas administrativas e econômicas, apoio a viúvas, além de oferecer lugares de moradia, onde lhes era cobrado valores simbólicos por determinado período. Posteriormente, foi acrescido o propósito de filantropia junto à sociedade local, assistindo ao hospital que estava em fase de construção.

Oliveira, Oliveira e Rodrigues (2020) trouxeram grandes contribuições para o entendimento das dinâmicas fronteiriças vivenciadas por Corumbá, especialmente quando mencionam as tentativas de controles de mercadorias e pessoas no limite internacional com a Bolívia. Diversas medidas administrativas foram tomadas nesse sentido, e, quase invariavelmente, não davam os resultados esperados. Desde aqueles tempos as camadas inferiores da sociedade já sabiam manejar os códigos legais de ambos os países para obter melhores resultados em suas estratégias de sobrevivência, fossem nas fugas de cativos, fossem nas circulações de pessoas de ambos os lados e de direções variadas.

Na atualidade, Corumbá convive com diversidades de nacionalidades que habitam a fronteira na qual ela exerce fortes centralidades. Há pesquisas em andamento que apontam para manutenção de níveis estáveis na quantidade de nacionalidades que ali vivem, tanto no sentido histórico quanto atual, orbitando em torno de 20 a 25 diferentes origens de migrantes internacionais nas quatro cidades.

Para chegar na “fronteira”, termo utilizado pela população local para designar a linha de fronteira em Arroyo Concepción, precisa percorrer apenas 5 Km na rodovia Ramon Gomez. Não há qualquer dificuldade física ou pedágio no trajeto. Além disso, a empresa local de ônibus possuiu uma linha exclusiva, no qual a tarifa é R\$ 3,70. Essa facilidade e curta distância entre as cidades-gêmeas permite um fluxo intenso e diário, seja dos moradores locais, ou migrantes que estão de passagem. Há brasileiros que preferem residir no lado boliviano e vice-versa. Estes migrantes que transitam entre os países, dentro da região de fronteira, para trabalhar, tratar da saúde ou estudar, mas que ao final do dia retornam para seus lares, são chamados de migrantes pendulares (OLIVEIRA; OLIVEIRA; CORREIA, 2017).

A cidade também mantém intensa rotas de diversas outras nacionalidades, sendo preponderantes as haitianas, colombianas e venezuelanas, que tiveram seu aumento a partir de 2010. Porém, a realidade migratória só veio afetar administrativamente os órgãos que atuam no controle migratório na cidade no ano

de 2018. A partir de mudanças nas leis migratórias no Chile, diversos haitianos se deslocaram para o Brasil, tendo essa fronteira como porta de entrada. De fato, foi instalada uma crise, principalmente, a partir das dificuldades relacionadas a quantidade de pessoal que a Polícia Federal enfrentou para dar conta do volume de migrantes que chegavam.

Em relação aos migrantes venezuelanos, a situação não é diferente como assinala Almeida (2020):

Ocorre que na fronteira do município de Corumbá, observa-se claramente a inexistência de práticas governamentais como a Operação Acolhida, inserindo o fluxo de venezuelanos, no mesmo contexto e patamares dos demais grupos de migrantes internacionais, sem quaisquer diferenciações quanto aos procedimentos públicos, tampouco orientações junto aos órgãos que atuam diariamente com esses grupos sociais. (ALMEIDA, 2020, p. 21)

Diferente do que ocorre em outros centros urbanos do Brasil, a população local não demonstra xenofobia de forma aflorada. Se, podemos afirmar que parcela significativa da sociedade local mobilizou-se no caso dos haitianos, isto não isenta a existência de comentários xenófobos em relação a esses imigrantes. As manifestações acontecem de maneiras sutis, em rodas de conversas ou em comentário nas redes sociais. Não há qualquer manifestação urbana, seja em forma de pichação ou agressão física que explicita o incomodo da população local com a presença desses imigrantes. Até porque eles se encontram em pontos específicos da cidade, como na Polícia Federal, Casa do Migrante, rodoviária e hotéis ou pousadas. Diferente do que acontece com os migrantes venezuelanos, que é possível encontrá-los no centro da cidade, principalmente nos sinaleiros, pedindo algum tipo de ajuda, seja financeira ou alimentícia. Também é possível encontrar dentro da cidade outros imigrantes provenientes dos países latino-americanos como: chilenos, peruanos, cubanos, colombianos entre outros. À exceção dos dois últimos grupos de migrantes, os demais são mochileiros que ficam temporariamente na cidade. A interação com a população local é através da venda de artesanatos ou troca destes por comida. Alguns moradores podem se incomodar com as abordagens, às vezes insistentes, durante o percurso no centro da cidade, mas nada que vá gerar uma manifestação xenófoba, que em um grau elevado resulte em agressão.

Conforme afirma Machado (2005, p. 93), “Em áreas de fronteira internacional (...), a relação com a ‘alteridade’, com o Outro, do outro lado da divisória, é decisiva na configuração das relações sociais como um todo”, assim, como Corumbá recebe migrantes internacionais desde há muitos anos, sua relação com eles pode ser considerada receptiva. Uma das hipóteses para explicar isso está em suas raízes portuárias e fronteiriças, o que impõem à cidade traços de aceitabilidades e convivências diferentemente de outras cidades sem essas características. Não

podemos nos iludir quanto aos níveis de aceitabilidade para a vida social e laboral, uma vez que os tratamentos dados à um imigrante haitiano, por exemplo, dificilmente será o mesmo que um europeu irá receber.

A questão relacional do corumbaense com o migrante internacional ganha contornos mais desafiadores para ser compreendida quando se trata de origem boliviana, principalmente se ele for de origem indígena, da Chiquitania ou dos Altiplanos. A relação da população local com os bolivianos é bastante complexa, uma vez que diversos daqueles que se manifestam de maneira racista e xenófoba, mesmo reivindicando a nacionalidade brasileira, são filhos, netos, esposos, pais ou sobrinhos daqueles a quem agridem.

A presença de imigrantes nas escolas de Corumbá e as análises acadêmicas sobre ela

Em sua interessante Dissertação de Mestrado, Jaime (2010) trabalha com a historicidade de uma escola em Corumbá próxima ao limite internacional. Trata-se de da Escola Municipal CAIC “PADRE ERNESTO SASSIDA” (CAIC). Em sua pesquisa levou em consideração a localização, o trabalho pedagógico intercultural e a importância do ensino da língua espanhola em resposta à demanda de alunos bolivianos ou brasileiros que moram na Bolívia naquela escola. Segundo o autor

O CAIC é uma escola que já começou grande pelo projeto que se dispunha. Em 2009 contava com 480 alunos no período matutino, 600 no vespertino e 150 no noturno. Entre os períodos matutino e vespertino estudavam 70 alunos bolivianos moradores da fronteira, outros não se intitulam bolivianos ou fronteiriços, apesar de apresentarem traços culturais, que os evidenciam pertencentes a essa etnia. (JAIME, 2010, p. 58)

Interessante a forma como o autor utiliza o termo “fronteiriço” para se referir às pessoas que moram do outro lado do limite territorial brasileiro. Com isso acabou demonstrando que, mesmo com uma pesquisa com bom grau de robustez, incide nas armadilhas do senso comum ao não reconhecer o conjunto da sociedade de fronteira como “fronteira”.

Em outra Dissertação de Mestrado, que tem a escola CAIC como local de pesquisa, Silva (2016) trabalha com o processo de alfabetização dos alunos residentes na Bolívia, mas que estudam naquele colégio. Em sua pesquisa documental realizada na Secretaria da Escola, em Dezembro de 2015, ela traz novos dados em relação à quantidade de alunos naquele ano. Segundo o levantamento, em 2015, a escola CAIC possuía 662 alunos matriculados, sendo 204 residentes na Bolívia. Se compararmos com os dados de Jaime (2010), houve uma queda no número total, mas um aumento em relação ao número de alunos que moram no país vizinho. A autora também traz a fala de duas mães, que contam o motivo delas optarem por

matriculem os filhos no CAIC e não numa escola boliviana. Não ficou explícito se elas eram bolivianas, brasileiras, ou ainda, se possuíam ascendência.

As mães abordadas por Silva, quando questionadas sobre a opção por uma escola brasileira para seus filhos, ambas afirmaram que eles estudam no CAIC desde a Pré-escola. E, que fizeram essa escolha por considerarem o nível de estudo na Bolívia mais baixo, acrescentou o fato deles possuírem documentos brasileiros ter facilitado o ingresso em uma escola no Brasil. Informaram que escolheram o CAIC porque o acesso é mais facilitado, por estar localizado na rodovia que segue para a Bolívia. Uma das mães comunicou que almeja que seus filhos cheguem a cursar a Universidade no Brasil, e que já possui um filho servindo a nação brasileira na Marinha do Brasil (SILVA, 2016, p. 50).

Outra questão importante que ela traz no texto, e que veremos em outras pesquisas, é o medo do aluno que não tem domínio da língua portuguesa em expor alguma dúvida, pois teme não ser compreendido e caçoado pelos demais colegas. Os alunos residentes na Bolívia afirmam que em sala, na maioria das vezes ficam tímidos e não expõem as dúvidas e dificuldades ao professor, não só por não serem facilmente compreendidos, como também, pelo receio em se expor para os demais alunos. (SILVA, 2016, p. 51)

Saindo da área urbana e indo para zona rural, Moraes (2012), em sua pesquisa trabalhou com a presença de alunos brasileiros, residentes na Bolívia, na escola Eutrópia Gomes Pedroso (Eutrópia), que se localiza no Assentamento Tamarineiro I. Ela funciona no período matutino com o Fundamental II (6º ao 9º ano) e no período vespertino, atendendo alunos do ensino fundamental I (1º ao 5º ano). Esses alunos podem ser considerados migrantes pendulares, devido sua locomoção entre os dois países com o intuito de estudar, embora Aguilar (2021) trabalha com o conceito “semi-retornados” para este tipo de alunos. Moraes (2012) analisa a situação sociolinguística da escola, que apresenta cenários de bilinguismo e o que ele chama de “jogo de identidades” que os alunos se deparam. O autor apresenta dados do ano de 2010, em que a escola apresentava um total de 271 (duzentos e setenta e um) discentes, sendo 105 (cento e cinco) com residência na Bolívia. Vale salientar que estes alunos são documentalmente brasileiros, onde na sua maioria possuem ascendência boliviana.

Bumlai (2014) também desenvolveu pesquisa na Escola Eutrópia, e em sua Dissertação “verificou o papel das escolas e da educação na questão da integração, diminuição das diferenças e preservação das identidades. Além da escola Eutrópia, ela também realizou sua pesquisa na Unidade Educativa “La Fronteira”, que se localiza em Puerto Quijarro. Apesar de não ter a intenção de mostrar a questão da xenofobia nas escolas, acabou trazendo várias questões a respeito. Segundo a

autora, “cerca de 700 alunos bolivianos atravessam a fronteira diariamente para estudar na rede municipal de ensino e brasileiros atravessam a fronteira para buscar educação na Bolívia”. Porém, como a autora aplicou o questionário somente com os alunos do Ensino Fundamental II (do 6º ao 9º ano) da escola Eutrópia, o número de migrantes pendulares não contemplou todas as séries, totalizando 43 (quarenta e três) brasileiros que vivem na Bolívia, mas que estudam naquela escola.

Através desta e de outras pesquisas, observamos que o ensino da língua espanhola é muito importante para a socialização entre os alunos de região fronteiriça. Especialmente, quando nos deparamos com imensas desigualdades entre as nações que compõem a que estamos analisando. Numa região de fronteira, o preconceito linguístico é contra o país menos desenvolvido, ou aquele que pela ordem das nações está mais abaixo. No caso do Brasil, o inglês é uma língua de prestígio, enquanto o espanhol é depreciado quando em comparação com outra língua de origem europeia. Dessa maneira, percebe-se o desinteresse em aprender o espanhol e até mesmo o preconceito linguístico com o idioma (MORAES, 2012).

O entendimento da língua do outro ajuda a estreitar laços e amenizar ou evitar discriminações e preconceitos. É comum observar algumas pessoas de Corumbá rotular qualquer falante da língua espanhola/castellana como boliviano, ignorando outros países vizinhos falantes destas línguas. Essa conclusão é acentuada, principalmente, quando o falante tem um fenótipo indígena. O preconceito e a xenofobia presentes na região podem fazer com que o aluno não tenha interesse em aprender o Espanhol ou Castellano, pois vai estar “falando igual a um boliviano”.

Essa questão do preconceito linguístico é exemplificada na Dissertação de Bumlai (2014), quando ela questiona os alunos brasileiros sobre qual idioma os que vivem na Bolívia falam. Dos trinta alunos, três responderam que falam “boliviano”. Esses alunos ao serem questionados de onde aprenderam que o idioma falado na Bolívia é o boliviano, eles responderam que é porque quem vive na Bolívia fala boliviano e que não gostam de falar muito, porque algumas pessoas ficam dizendo que é “feio” falar esse idioma, assim sentem vergonha e tentam falar somente o português. (BUMLAI, 2014, p. 63)

A Dissertação de Conceição (2014) apresenta as dificuldades dos alunos pendulares, da Bolívia, para estudarem nas escolas de Corumbá, sendo que sua pesquisa foi realizada Escola Estadual Dom Bosco, que está localizada no Bairro Dom Bosco, próximo ao limite Brasil-Bolívia. Sua motivação para esta pesquisa foi o seu tempo de docência na escola Dom Bosco, onde teve contato com vários alunos de origens bolivianas. Dentre as dificuldades apresentada estão: o transporte, identidade, idioma e preconceito. Sua dissertação apresenta vários depoimentos que abordaram o preconceito para com os bolivianos. Em especial o depoimento

de uma das alunas, onde ela se posiciona sobre as ofensas que recebeu na internet devido a sua ascendência boliviana. Apesar de se orgulhar de suas origens, a aluna não queria mais se envolver com os agressores. Parte de sua fala mostra um dos motivos pelo qual o ambiente escolar foi escolhido nesta pesquisa para tratar da xenofobia na cidade de Corumbá:

Na escola é só o começo de tudo que vai nos acontecer, sim tem preconceito na escola, assim como tem nos trabalhos, nos mercados, nos postos, praças e até nas redes sociais que foi o que aconteceu comigo há algum tempo atrás. (CONCEIÇÃO, 2014, p. 69)

Conceição também aborda a interação entre os estudantes pendulares da Bolívia, em sala de aula, com os alunos de Corumbá. O que se percebe pelas entrevistas é que o aluno, seja ele boliviano ou com ascendência, não tem paciência ou prazer de explicar ao colega brasileiro de sala de aula, aquilo que faz parte da sua cultura e não é entendido pelo outro. Analisando tudo que foi dito, é possível afirmar que essa falta de paciência é, na verdade, pela falta de políticas educacionais adequadas para entender esse tipo de aluno, além da falta de interesse dos brasileiros em conhecer a cultura do outro

[...]. Talvez pela dificuldade de expressão e insegurança em relação à situação de —intruso e por não serem aceitos, muito menos admirados, por pertencer a um grupo culturalmente diferente. Os alunos corumbaenses, por sua vez (segundo os próprios alunos imigrantes pendulares), não querem saber, não tem interesse por nada que venha da Bolívia, portanto nem questionam o que não entendem e preferem menosprezar. A resposta dos alunos imigrantes pendulares da Bolívia a essa situação, é usar a estratégia do silêncio. E isso acaba contribuindo para aumentar o afastamento, ou até mesmo o isolamento desse aluno na sala de aula. (CONCEIÇÃO, 2014, p. 71)

Já Aguilar (2021), em sua Dissertação sobre o transporte escolar em região de fronteiras, trabalha com a disponibilidade de meios de transporte para alunos pendulares, residentes no lado boliviano. Sua proposta consiste em inserir uma nova linha de transporte escolar no município de Corumbá, já que esta não possui uma que contemple os alunos da zona urbana, de forma gratuita. A não existência dessa linha acontece até o momento, pois há a concessão do vale transporte gratuito para estudantes desde a pré-escola até a pós graduação, com base na lei municipal 2.039/2008. Devido ao inciso I, do Capítulo dois dessa lei, que determina que um dos critérios de concessão é a comprovação de residência no município de Corumbá, os alunos residentes na Bolívia não são contemplados, o que faz com que eles utilizem outros meios de transporte, com um preço acessível. A empresa concessionária de ônibus naquela cidade, possui uma linha que faz o percurso desde o limite fronteiro, até o ponto final, que se localiza no centro da cidade, pelo custo de R\$ 3,70. Por conta disso, o aluno teria que gastar R\$ 7,40 por dia. Dependendo da renda da família, seria inviável arcar com esse custo mensalmente.

O trabalho também apresenta dados sobre o número de alunos estrangeiros² dentro da Rede Municipal de Ensino, em 2020, somando um total de 80 (oitenta) alunos estrangeiros. Dentre as nacionalidades, temos 71 (setenta e um) da Bolívia, 3 (três) da Colômbia, 1 (um) de Cuba, 1 (um) da Jordânia, 1 (um) do Paraguai e 2 (dois) da Venezuela. Segundo Aguilar (2021, p. 44) “O maior número de matrículas concentra-se no Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), seguido da Pré-Escola, Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e em menor quantidade na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Creche.” Porém, outros dados apresentados pela mesma, mostram que entre 2015-2020, haviam outras nacionalidades presentes na REME, como: Arábia Saudita, Abissínia, EUA, Japão, Espanha, Palestina e Ilhas de Santa Cruz.

Considerações finais

O MEF tem se notabilizado por se esforçar em criar metodologias que sejam capazes de dar respostas às inquietações de sociedades fronteiriças. Contudo, o mais valoroso em seus pesquisadores está no fato deles terem a preocupação de reavaliar os métodos que utilizam para escutar as perguntas que demandam tais respostas. Isso é, realmente, de enorme valor, principalmente, por não ficar indiferente ao que realmente mais nos interessa: as vozes dos fronteiriços.

Constatamos nessa pesquisa uma evidente evolução na análise e coleta de informações por parte dos pesquisadores do MEF, tanto em seu quadro de orientadores quanto de seus discentes. Isso é demonstrável pelo caminho que se iniciou com uma caracterização espacial de uma escola próxima ao limite entre Brasil e Bolívia, passando pelas análises nas falas coletadas em diversos ambientes escolares com seus protagonistas, a saber: docentes, discentes e pais, chegando aos gestores escolares e os problemas administrativos, como no caso do transporte escolar.

Entendemos que as pesquisas estão em um estágio que demonstra necessidades de recalculares a proposta de inserção social junto a esses ambientes. Tal estágio não significa, necessariamente, um impasse, uma vez que já foram encontrados meios de estabelecer canais mais efetivos de colaboração junto a diversos segmentos administrativos na municipalidade de Corumbá. E, neste sentido, acreditamos que o Migrafron pode dar contribuições substanciais para desenvolver as metodologias já existentes e criar novas. Damos especial destaque para as possibilidades de estabelecer consolidações de soluções criativas desenvolvidas pelos agentes públicos ligados à educação, bem como valorizar o caminho de busca por respostas às inquietações por eles formuladas.

² Estrangeiro é forma como, documentalmente, os protocolos documentais da Prefeitura Municipal de Corumbá se refere aos migrantes internacionais.

Referências

- AGUILAR, Mabel M. S. **Transporte Escolar em região de fronteira**: aplicação e transferência de meios efetivos aos alunos da Escola Municipal CAIC “Padre Ernesto Sassida” e CEMEI “Catarina Anastácio da Cruz”. 2021. 82 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá-MS, 2021.
- ALMEIDA, Renata Miceno Papa de. **Aplicação e transferência de novas técnicas de cadastro de imigrantes, refugiados e apátridas na assistência social do município de Corumbá-MS**. 2020. 136 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2020.
- ANDERSON, Malcolm. **Policing across national boundaries**. London: Pinter, 1994.
- BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BUMLAI, Danielle Urt Mansur. **Ações interculturais nas escolas de fronteira**: Integração e preservação da identidade. 2014. 120 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2014.
- CONCEIÇÃO, Orsolina Silva Fernandez da. **Migração pendular na fronteira Brasil-Bolívia**: Uma análise dos alunos nas escolas públicas de Corumbá. 2014. 103 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2014.
- HOMEDES, Núria; UGALDE, Antonio. Globalization and health at the United States–Mexico border. *American Journal of Public Health*, v. 93, n. 12, p. 2016-2022, dec. 2003. Disponível em <https://ajph.aphapublications.org/doi/full/10.2105/AJPH.93.12.2016>.
- JAIME, Cleber Santos. **CAIC- A construção de uma escola na fronteira Brasil-Bolívia**. 2010. 89 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2010.
- MORAES, Lourival Monteiro de. **Bilinguismo e jogo de Identidades na região de Fronteira**: a Escola Eutrópia Gomes Pedroso de Corumbá. 2012. 78 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2012.
- OLIVEIRA, M. A. M. Tempo, Fronteira e Imigrante: um lugar e suas “inexistências”. In: OLIVEIRA, T. C. M. (org.). **Territórios sem Limites**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2006. p. 349-358.
- OLIVEIRA, Marco A. M. O ambiente fronteiriço: traços intangíveis e realidades sinuosas. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, n. 21, p. 13-22, jul./dez. 2016.
- OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; OLIVEIRA, Jéssica Canavarro; RODRIGUES, Wanessa Pereira. **Corumbá entre ruas e cemitério**: o tempo e o silêncio. Uberlândia: LAECC, 2020.
- REYNALDO, Ney Iared. **Comércio e navegação no rio Paraguai (1870-1940)**. XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. San Miguel de Tucumán: Universidad de Tucumán, 2007.
- SAID, Edward. **Orientalismo**. Trad. de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- SENA, D. M. O cotidiano de estrangeiros num lugar cosmopolita: Corumbá, 1870-1888. **Sæculum – Revista de História**, n. 27, p. 77-93, 2012.
- SILVA, Norma Beppler Penido Ribeiro da. **Escola de fronteira**: proposta para alfabetização de alunos residentes na Bolívia que estudam na escola CAIC, em Corumbá/MS. 2006. 84 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2006.
- SOUZA, João Carlos de. **Sertão cosmopolita**: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918). São Paulo: Alameda, 2008.

O DIREITO À CIDADE DOS REFUGIADOS, REFUGIADAS E IMIGRANTES EM CURITIBA-PARANÁ

El Derecho a la Ciudad de los Refugiados, Refugiados e Inmigrantes en Curitiba-Paraná

Nádia Pacher Floriani*
Edson Belo Clemente de Souza**

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar alguns aspectos das injustiças sociais sofridas pelos refugiados, refugiadas e imigrantes no espaço urbano de Curitiba. À luz de teorias jurídica e geográfica, busca-se revelar tais problemáticas com estudos de casos atendidos no âmbito da Casa Latino Americana (CASLA), bem como de matérias veiculadas nos meios de comunicação. São casos de xenofobia, racismo e injúria racial registrados que nos exige um posicionamento na busca de uma justiça, por meio de formulação de políticas públicas eficazes.

Palavras-chave: Fenômeno migratório, Segregação socioespacial, Injustiça social.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar algunos aspectos de las injusticias sociales sufridas por refugiados, refugiadas e inmigrantes en el espacio urbano de Curitiba. De acuerdo con las teorías jurídicas y geográficas, tratamos de develar tales problemas con estudios de casos atendidos en el ámbito de la Casa Latino Americana (CASLA), así como con artículos publicados en medios de comunicación. Son casos registrados de xenofobia, racismo y calumnias raciales que nos exigen posturas en la búsqueda de justicia, por medio de la formulación de políticas públicas efectivas.

Palabras-clave: Fenómeno migratorio, Segregación socioespacial, Injusticia social.

Introdução

Trata o presente trabalho de uma abordagem sobre a realidade e os desafios do processo migratório vivenciado por refugiados, refugiadas e migrantes na sociedade brasileira, enfocando questões relativas à inserção social, choque cultural, exclusão social no espaço urbano, os obstáculos derivados das condições histórico-sociais da sociedade brasileira, casos de discriminações raciais e étnicas.

Alguns aspectos centrais são apresentados na perspectiva teórica sobre o fenômeno das migrações internacionais, quer seja sob o ponto de vista jurídico, como também geográfico. São apresentados autores que discutem os aspectos da globalização (SASSEN, 2010); os mecanismos do processo migratório (RAVENSTEIN, 1980); as diferenças de poder entre as nações, em decorrência das assimetrias oriundas do passado colonial (MBEMBE, 2022); a relação de identidade e alteridade (HARVEY, 1996),

* Assessora jurídica da Casa Latino Americana (CASLA) e Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: floriani.nadia@gmail.com.

** Professor Associado do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da UEPG. E-mail: ebelo2003@yahoo.com.br.

o tecido urbano de Lefebvre (2004); a intolerância frente a diferença (ECO, 1998); entraves jurídico-culturais bem como sérios problemas de ordem socioeconômica decorrentes de aspectos estruturais (SAQUET; MONDARDO, 2008).

Metodologicamente, ainda, serão indicados alguns conceitos reveladores da realidade existente enquanto estratégia, quais sejam, a segregação socioespacial e tecido urbano dos refugiados, refugiadas e migrantes. O método de Henri Lefebvre, referente a tríade do *Espaço concebido, percebido e vivido*, que representam dimensões espaciais indissociáveis, incentiva-nos a pensar a problemática aqui apresentada, pois, enquanto método investigativo tem a força da explicabilidade, que revela e identifica as ações dos atores sociais pelas disputas territoriais nos espaços urbanos.

São apresentados também alguns casos ilustrativos relativos aos tipos de violência sofridos pelos refugiados, refugiadas e imigrantes no espaço urbano da Região Metropolitana de Curitiba, a partir de depoimentos colhidos na Casa Latino Americana (CASLA)¹, assim como da imprensa em geral.

¹ A CASLA - Casa Latino Americana, organização não governamental, tem por objetivo a difusão, sistematização e encaminhamento de propostas voltadas para o desenvolvimento social integrado dos povos, pelas vias educacional e cultural. Tem por finalidade prestar assessoria a escolas, universidades, movimentos sociais, instituições públicas e privadas sobre temas voltados à defesa dos direitos humanos e à integração dos povos. Tratar de questões sobre migrações, blocos econômicos regionais, desenvolvimento sustentável, manifestações culturais. <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/735>

Portanto, estruturalmente o trabalho está organizado da seguinte maneira: além desta breve introdução apresenta uma caracterização do fenômeno migratório, indicando as várias origens do processo. Em seguida uma abordagem da segregação socioespacial a partir do significado de tecido urbano. O tópico tipificado de xenofobia, racismo e injúria social aborda os casos de injustiça social, comumente praticados no espaço urbano. O próximo item traz relatos ocorridos na Região Metropolitana de Curitiba. E, por fim, as Considerações Finais.

Caracterização geral do fenômeno migratório

São várias as razões do porquê as pessoas migram. Essas vão desde aspectos demográficos, violações aos direitos humanos, influência de fatores socioeconômicos e alterações climáticas.

Com o advento da globalização observa-se um novo curso migratório. Por definição, a globalização é o fluxo em larga escala de capitais, mercadorias e serviços, de tecnologia e pessoal para além das fronteiras nacionais. Dessa maneira, a globalização explicita com maior evidência os fatores de ordem econômica, mas expressa também a combinação de outros, tais como as guerras, a fome, questões políticas e religiosas, entre outras.

As transformações geradas pela globalização têm tido um grande impacto sobre os fluxos migratórios. As relações com a economia global aprofundam as assimetrias promovendo desigualdades crescentes entre os países. Com o neoliberalismo, apoiado em sua crença de que o mercado resolve os problemas das sociedades, assiste-se a desregulamentação dos contratos e acordos políticos de defesa das condições de seguridade e proteção social aos trabalhadores, decorrendo dessa nova orientação política uma alteração nas relações de trabalho, obrigando a uma maior mobilidade de trabalhadores no espaço internacional.

A respeito, Sassen (2010) resume o funcionamento das dinâmicas mais amplas dos atuais processos migratórios na globalização:

Três tipos de condições sociais facilitam a decisão de migrar e induzem os indivíduos a tomar tal decisão. Um primeiro conjunto de condições estruturais amplas tem a ver com os tipos de conexões criadas pela internacionalização econômica em suas tantas materializações: formas coloniais antigas e formas neocoloniais mais recentes e tipos específicos de conexões criados pelas formas atuais de globalização econômica. Um segundo conjunto de condições envolve o recrutamento direto de trabalhadores imigrantes por empregadores, por governos em nome dos empregadores ou pela rede de imigrantes. Um terceiro e último conjunto de condições envolve a exportação e o tráfico organizados, cada vez mais ilegais, de homens, mulheres e crianças. Essas atividades criam maneiras novas de conectar países exportadores e importadores de mão de obra, além

das velhas conexões econômicas coloniais ou das novas conexões econômicas globais (SASSEN, 2010, p. 137).

Dentro da teoria das migrações, observam-se três fatores de repulsão e atração, segundo o geógrafo alemão, Ernst Georg Ravenstein: fatores sociopolíticos, fatores demográficos e econômicos e fatores ambientais. Os fatores sociopolíticos estão relacionados aos impactos diretamente ocasionados por violações aos direitos humanos, perseguições políticas, étnicas, religiosas, de gênero, conflitos armados e guerras. Os fatores demográficos e econômicos estão associados ao crescimento populacional, à economia de um país, crescimento econômico, normas laborais e desemprego. Por último, os fatores ambientais associados aos fenômenos climáticos extremos, tais como, terremotos, inundações, furacões, entre outras catástrofes naturais.

Considera-se que as novas migrações no Brasil, desde o início do novo milênio respondem a processos oriundos de uma nova configuração do sistema socioeconômico mundial, isto é, do quadro e das dinâmicas de crise do capitalismo em escala global, com diferentes impactos sobre continentes, regiões e países, não apenas localizados na periferia do sistema capitalista, mas atingindo inclusive países do centro, embora com maior intensidade aqueles que não são os de maior riqueza e poder geoeconômico e político, como por exemplo, é o caso de Portugal, Espanha, Itália e Grécia na U.E.

Nos períodos recentes e mais agudos da crise social brasileira (décadas de 1980 e 1990), os fluxos migratórios se caracterizavam pelo maior saldo de saída da população brasileira em relação à entrada de migrantes de outras nacionalidades, na busca por melhores condições de vida. O destino desses fluxos era fundamentalmente para os países capitalistas do Norte (EUA, Canadá e Europa Central, principalmente). A partir da última década, observa-se uma inversão na direção das migrações, notando-se um intenso fluxo norte-sul (países da Europa cuja população sofreu profundos efeitos da crise, especialmente a população jovem que enfrenta dificuldades na busca por emprego). Mas há ocorrência também de fluxos migratórios sul-sul, tanto no contexto das migrações latino-americanas, como africanas e do Oriente Médio, em função da instabilidade política que vem assolando a região, desde o fenômeno da Primavera Árabe e mais recentemente com a guerra civil na Síria.

É neste sentido que se pode chamar de “novas migrações” a esse fenômeno da última década em que o Brasil vem recebendo novos contingentes populacionais, atraídos por certa expansão do crescimento econômico e pela consequente demanda por mão-de-obra especializada, semiespecializada e não qualificada.

O fenômeno migratório contém múltiplos aspectos que exige uma análise multidisciplinar perpassando por diferentes áreas, tais como, área jurídica, econômica, geopolítica, cultural e socioantropológica.

No tocante à legislação migratória brasileira, até recentemente, o país conviveu com uma legislação ultrapassada, elaborada durante o final do período autoritário (1980) e concebida ainda sob a ótica da lei de segurança nacional, cuja interpretação se assentava no primado de que o estrangeiro era potencialmente alguém que poderia colocar em risco a segurança do país, uma vez que a ideologia imperante no Estado era a da Guerra Fria, em que se identificava o perigo da subversão e do socialismo como o principal inimigo do sistema de poder norte-americano.

O novo debate sobre direitos humanos ocorrido, no contexto do processo de redemocratização do país e da América Latina, tem favorecido um entendimento diferente, com outro tipo de interpretação do fenômeno migratório. Neste sentido, o fenômeno recente das migrações vem recebendo diferentes tipos de interpretação, mais abertos e plurais. Com esse novo viés, foi aprovada a nova Lei de Migração (LM), vigente em 21/11/2017. Essa nova Lei 13.445/2017 revogou o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980) e a Lei da Nacionalidade (Lei 818/1949).

A migração, há que se considerar, nas dimensões humanas, as histórias particulares de vida, suas percepções e sofrimentos, a tensão e violência do processo de erradicação de suas raízes culturais e de novas tentativas de enraizamento em contextos nem sempre amigáveis de recepção desses novos chegados.

Ao considerar as diferentes experiências do (a)s migrantes no processo de inserção social, em especial no caso do Brasil, nota-se a existência de entraves jurídico-culturais bem como sérios problemas de ordem socioeconômica decorrentes de aspectos estruturais que merecem ser identificados e analisados de forma cuidadosa (SAQUET; MONDARDO, 2008).

Tecido urbano e exclusão social em conjunção ao método lefebvriano

Nas metrópoles e cidades do capitalismo periférico, o fenômeno da segregação socioespacial assume uma dimensão crucial, cujos efeitos recaem principalmente sobre setores subalternos, dentre os quais, podem-se localizar o (a)s migrantes.

Para Lefebvre (2004), o *tecido urbano* é um sistema complexo feito de economia, objetos, valores e práticas socioculturais da cidade, ao qual se agregam ilhas de ruralidades mais ou menos residuais, conforme as situações e os aspectos geoculturais.

Neste sentido, observa-se que a expansão do tecido urbano inclui o surgimento das periferias, subúrbios e favelas identificadas por meio de um movimento de implosão.

A teoria do espaço urbano para Lefebvre é a expressão da formação social capitalista no contexto histórico do processo de industrialização com as contradições de classe que lhe é inerente, ou seja, conflito entre capital e trabalho.

O método lefebvriano com base na tríade da produção do espaço pode ser uma ferramenta útil para captar as percepções, as vivências e os usos do espaço urbano pelos migrantes. Neste sentido, o que vale ressaltar são os modos de vida como expressão da contradição percebida por essa população migrante. Dentro dessa percepção dos refugiados, refugiadas e migrantes, pode-se indagar se tais sujeitos se reconhecem como cidadãos portadores de direitos.

Para explicar as inúmeras contradições da realidade urbana, Lefebvre utiliza-se da relação trinitária que se expressam no tempo e no espaço, nos quais se configuram os conflitos sociais de classe. A tríade da produção do espaço é definida pelo espaço percebido (a prática espacial), pelo vivido (os espaços de representação) e pelo concebido (as representações do espaço).

Recém-chegados, os refugiados, refugiadas e migrantes buscam por condições de vida digna, justiça social, política, cultural e espacial, pelo direito de se apropriar coletivamente dos espaços públicos, pelo direito à cidade.

Nesse processo de construção da prática ao direito à cidade, na conquista do espaço, nas experiências vividas nesse espaço, encontram-se sentimentos e anseios em comum, qual seja o desejo de uma vida melhor para além da questão da sobrevivência.

Diante da vulnerabilidade referente à violência a que estão submetidos, da discriminação sofrida por sua condição de refugiados, refugiadas e migrantes, da privação do urbano, nos espaços por eles e por elas ocupados, observa-se o despertar da solidariedade em um sentido coletivo, onde se constituem em redes para melhor enfrentar esses e outros conflitos e desafios cotidianos. O compartilhamento dessas vivências e experiências permite fortalecer os vínculos sociais e ao mesmo tempo proporciona um sentimento ou sensação de apoio e segurança.

Essas estratégias de ação e mobilização, as resistências vividas no espaço urbano são signos da efetivação do direito à cidade, entendidas enquanto práticas espaciais, revelando sujeitos que vão sendo forjados cotidianamente como potencial de uma práxis emancipatória. A *práxis* e a *poiesis* enquanto um nível da realidade social (LEFEBVRE, 1991), traduz a possibilidade de apropriação (valor

de uso, sonhos, afetividade), entendida como “[...] produção real e concreta do espaço, que ilumina a atividade do sujeito da ação e da consciência que orienta essa ação” (CARLOS, 2011, p. 48).

No interior da tríade, portanto, a constituição em redes como categoria de análise do *espaço vivido*, espaço da imediaticidade, relaciona-se com as ações de resistência urbana no âmbito do *espaço percebido* pelas práticas espaciais do(a)s migrantes e tensiona a concepção da cidade planejada. O *espaço concebido* sob o mito da modernidade que cria discursos sobre o novo, mas se concretiza por meio de velhas práticas de controle e segregação socioespacial.

Essas estratégias de mobilização podem ser consideradas boas respostas ao enfrentamento às estruturas de poder que engendram as injustiças socioespaciais vividas nesses espaços. O modelo de cidade posto no cenário da política neoliberal privatiza espaços e áreas públicas e gerencia a cidade sob o discurso e a prática do empreendedorismo urbano e não sob os preceitos dos direitos sociais. O espaço concebido, no interior da tríade de Lefebvre (2004) está alicerçado num Estado moderno capitalista que cumpre sua função por meio da legislação e dos planos urbanísticos, tendo sido o urbanismo uma ferramenta estratégica para acumulação do capital. Isso aponta para uma realidade em que a cidade, o solo urbano, sua imagem e representação passam a ser concebidas enquanto um grande negócio no qual a questão fundiária, os usos e ocupação do solo, a especulação imobiliária e a não democratização dos direitos acentuam a precarização da vida e produzem sérias violações aos direitos humanos.

Xenofobia, racismo e injúria racial: signos da exclusão social dos migrantes

Na história das sociedades humanas pratica-se e sofre-se intolerância religiosa, étnica, racial, política, cultural, discriminações de todas as formas, discursos de ódio, violências, torturas e no limite genocídio. Tudo isso em razão do desrespeito ao “diferente”, em razão da impossibilidade da escuta do Outro.

O diálogo com o “outro”, o respeito, o reconhecimento é um processo pelo qual a comunidade humana ainda não atingiu níveis suficientes de desenvolvimento que garantam a paz. O que justifica esses comportamentos discriminatórios? Por que um grupo de pessoas exclui o Outro? De que forma esse comportamento agressivo em face do Outro consegue sustentação?

De acordo com Harvey (1996), o respeito pela identidade e alteridade deve ser relativizado pelo reconhecimento de que ainda que todos os outros possam ser outros, alguns o são mais que outros, respondendo aos princípios de exclusão existentes em qualquer sociedade.

A xenofobia se manifesta de forma mais acentuada contra determinados grupos de nacionais. Na Europa, por exemplo, os árabes e muçulmanos têm sido alvo de ataques xenofóbicos, assim como os mexicanos e latinos, em geral, nos Estados Unidos.

Injúria racial é definida pelo artigo 140 do Código Penal. A injúria consiste em ofender a honra de alguém se referindo a elementos de raça, cor, etnia, religião ou origem, com pena de um a três anos e multa. O crime de racismo atinge um grupo de indivíduos, discriminando a integralidade de uma raça, é inafiançável e imprescritível. O crime de racismo é definido pela Lei Federal 7.716/89 e a pena varia de um a cinco anos.

Numa perspectiva histórica, o preconceito racial tem sua origem, no Brasil, com a colonização portuguesa, culminando com o genocídio dos povos indígenas que aqui habitavam. Em sequência, ainda no Brasil-colônia, houve o período de escravização dos povos africanos, arrancados de suas terras e obrigados a servir ao longo de mais de 300 anos, sob a repressão escravista dos trabalhos forçados, castigos, torturas e humilhações perpetrada por uma minoria branca de origem europeia.

Uma visão etnocêntrica, construída socialmente ao longo dos tempos é o que justificou a exploração de povos africanos, latino-americanos, asiáticos e povos árabes considerados raças inferiores. Os europeus formularam diversas teorias de supremacia racial, apontando que a raça branca seria superior, dotada de maior capacidade intelectual diante das demais.

O racismo, a discriminação racial, o colonialismo e o apartheid continuam causando estragos no mundo sob formas sempre renovadas. No Brasil, as estruturas de poder se mantêm, o que provoca enormes desigualdades sociais, afetando o desenvolvimento do país. Estruturas que se prolongam no tempo por meio de mecanismos de concentração e conservação do poder, separando uma pequena minoria que dela se beneficia, de uma grande maioria desfavorecida de proteção.

O sujeito migrante recebe a mesma referência identitária da pessoa sem-teto, dos racialmente oprimidos, dos economicamente deserdados, da mulher vítima de violência, do sujeito colonial, a partir de determinadas condições enraizadas no processo social, condições de ordem material, discursiva, psicológicas, entre outras.

A intolerância é um forte fator de discriminação frente ao Outro. Neste sentido, Umberto Eco apresenta a seguinte reflexão:

A intolerância é algo bem mais profundo, que está na raiz de todos os fenômenos que considere até aqui. Fundamentalismo, integrista, racismo pseudocientífico são posições que pressupõem uma doutrina. A intolerância coloca-se antes de qualquer doutrina.

na. Nesse sentido, a intolerância tem raízes biológicas, manifesta-se entre os animais como territorialidade, baseia-se em relações emotivas muitas vezes superficiais -- não suportamos os que são diferentes de nós porque têm a pele de cor diferente, porque falam uma língua que não compreendemos, porque comem rãs, cães, macacos, porcos, alho, porque se fazem tatuar... A intolerância em relação ao diferente ou ao desconhecido é natural na criança, tanto quanto o instinto de se apossar de tudo quanto deseja. A criança é educada para a tolerância pouco a pouco, assim como é educada para o respeito à propriedade alheia e antes mesmo do controle do próprio esfíncter. Infelizmente, se todos chegam ao controle do próprio corpo, a tolerância permanece um problema de educação permanente dos adultos, pois na vida cotidiana estamos sempre expostos ao trauma da diferença. Os estudiosos ocupam-se com frequência das doutrinas da diferença, mas não o suficiente da intolerância selvagem, pois esta foge a qualquer definição e abordagem crítica. No entanto, não são as doutrinas da diferença que produzem a intolerância selvagem: ao contrário, estas desfrutam de um fundo de intolerância difusa preexistente. Pensemos na caça às bruxas (ECO, 1998, p. 128).

Na perspectiva do pensamento decolonial, é importante assinalar a questão apontada pelo historiador africano Achile Mbembe, que diferencia as relações de troca da questão do poder, quando aborda as assimetrias das nações decorrentes do passado colonial:

[...] a diferença tem que ser reconhecida, aceita e ao mesmo tempo transcendida. (...) A diferença é um problema apenas se acreditarmos que a uniformidade é o estado normal das coisas. A diferença se tornou um problema político e cultural no momento em que o contato violento entre povos, por meio da conquista, do colonialismo e do racismo, levou alguns a acreditarem que eram melhores que outros. No momento em que começamos a fazer classificações, institucionalizar hierarquias em nome da diferença, como se as diferenças fossem naturais e não construídas, acreditando que são imutáveis e, portanto legítimas (MBEMBE, 2022, p. 96).

Ocorrências de violências raciais e xenofóbicas na cidade de Curitiba e região

“Eu falava pra eles: ‘Você é meu irmão. Sou humano igual a você, criado pelo mesmo Deus’. Mas me bateram, bateram e ninguém se parou” (Maurice*, migrante haitiano de 26 anos, morador de Curitiba).

Casos de racismo, injúria racial e xenofobia têm crescido de forma alarmante na cidade de Curitiba. Atualmente os discursos de ódio ultrapassam limites e se convertem em atos de violência física.

Os relatos das vítimas são de xingamentos, humilhações e espancamentos por parte de colegas de trabalho curitibanos ou por parte de vizinhos curitibanos.

O Ministério Público do Trabalho, assim como algumas organizações da sociedade civil acompanham as denúncias referentes aos refugiados, refugiadas e migrantes que trabalham na construção civil, em bares, restaurantes, hotéis etc.

As agressões têm ocorrido única e exclusivamente em razão da raça e etnia. Eles e elas sofrem duplo preconceito por serem imigrantes e negros. No caso das mulheres, o preconceito é triplo, em razão do gênero.

Um desses exemplos foi relatado pelo imigrante haitiano Maurice* que trabalhava em uma cerealista na região de Curitiba. Era chamado de macaco e crioulo todos os dias pelos colegas de trabalho. Era tratado como escravo, sendo obrigado a carregar mais peso que os demais. Alguns funcionários jogavam cascas de banana em sua direção e atiravam grãos de arroz em seus olhos. Certo dia foi covardemente espancado por três colegas de trabalho que diziam: “Você está apanhando por ser negro e haitiano”.

Referido relato foi veiculado pelo jornal Gazeta do Povo em 19 de outubro de 2014:

Os ferimentos que sofreu por colegas de trabalho (brasileiros) constatados por seis laudos médicos afastaram Maurice* do trabalho por cinco dias. Quando retornou à cerealista, teve uma surpresa: foi demitido por justa causa. Maurice foi jogado ao chão, recebeu inúmeros pontapés na cabeça e nas costas, teve o dedo cortado com um objeto contundente e, ao invés de protegê-lo, o patrão o demitiu. Por mais de um mês, foi chamado diariamente de “escravo” e de “macaco”, aguentava colegas que lhe atiravam bananas, como forma de ofendê-lo. (ANIBAL, 2014).

Manifestações racistas, atualmente, podem ser vistas no mundo esportivo, nas partidas de futebol, em nível global.

O Brasil já teve mais de 30 casos de racismo em 2022 envolvendo o futebol. Em matéria do Portal do Colorado, em 16 de maio de 2022, tem-se:

A injúria de racismo contra o meio-campista Edenilson, do Internacional, não aparece como um caso isolado no futebol brasileiro. Segundo o levantamento feito pelo Observatório Racial no Futebol, ocorreram 32 casos de racismo envolvendo times do Brasil em 2022. Entre os casos citados, quatro aconteceram fora do Brasil e partiram de torcedores estrangeiros em jogos da Sul-Americana ou Libertadores. Os outros 28 foram em território nacional e envolveram torcedores, atletas e dirigentes (SOUZA, 2012).

No tocante ao racismo estrutural, que é algo que está de algum modo, preso às estruturas de poder de nossa sociedade, pode-se citar o exemplo do preconceito praticado por parte de cidadãos da classe média brasileira em face de pessoas pertencentes a classes subalternas, alvo de discriminação.

Na matéria da Revista Carta Capital, de 02 de março de 2020, pode-se verificar essas crueldades e injustiças do cotidiano brasileiro:

Meses depois, aconteceu a cena 2. Ainda estava entendendo o Brasil. Peguei um avião de São Paulo ao Rio de Janeiro. Outro desses momentos pequenos, triviais, nada grandiloquentes nem pomposos para mim, mas que se transformaria num dos maiores socos no estômago que já levei no Brasil. Chego à porta de embarque, embarco, sento na minha cadeira. Ao meu lado estava um casal Vuitton Gucci. Bolsa de Vuitton, ela; camisa Gucci, ele. Nem sei como reparei nesses detalhes, talvez a cena posterior me fez reparar neles com total nitidez. Já estava sentada quando uma família, o pai, a mãe e não lembro se dois ou três filhos, passaram pelo corredor procurando seus assentos. Eles não sabiam ler o cartão de embarque, perguntaram à aeromoça e explicaram que era a primeira vez que subiam num avião. Os meninos estavam tão felizes que dava vontade de chorar compartilhando sua felicidade. Aquela não era uma família Vuitton, não era uma família branca. Era uma família de elevador de serviço. Quando passaram pelo nosso lado, a senhora Vuitton disse para o marido Gucci: “Ultimamente tem um monte de pobre no avião, sinto o cheiro de longe, nem viajar a gente pode mais tranquilo”. Fiquei tão perplexa que passei os 45 minutos de voo para o Rio sem conseguir responder a essa brutalidade que acabava de ouvir (SOLANO, 2020).

Considerações finais

Mediante os elementos teórico-metodológicos apresentados ao longo do texto, constatou-se que o fenômeno das migrações internacionais responde às dinâmicas inseridas no processo de globalização compreendendo aspectos como a internacionalização econômica agrava os mecanismos neocoloniais mais recentes, o que significa aprofundar crises do capitalismo nas sociedades periféricas, tais como, o desemprego, subemprego, mudanças climáticas e os impactos ao meio ambiente, ameaças à segurança alimentar e outros fatores que obrigam à mobilidade humana. Um fator adicional está associado com a exportação e tráfico organizados de homens, mulheres e crianças.

O referencial teórico sintetizado a partir dos pressupostos da obra de Henri Lefebvre, em especial das categorias apoiadas na tríade dos espaços, permite aplicá-lo em estudos concretos diretamente com o (a)s migrantes e refugiado (a)s. Verifica-se em que medida os obstáculos para sua inserção como sujeitos de direito na sociedade receptora operam efetivamente pró ou contra ele(a)s. Além disso, vale verificar igualmente o elenco de fatores sócio-políticos e culturais que estão na origem desses obstáculos.

Em decorrência dos fatores apontados pelos autores no texto, os temas da intolerância ao diferente, discriminações raciais e étnicas, as violações aos direitos humanos são agravadas pelas assimetrias existentes entre as diversas nações de acordo ao pensamento decolonial.

Foram apresentados casos de racismo, injúria racial e xenofobia no espaço urbano de Curitiba e RMC que têm crescido de forma alarmante. Atualmente os discursos de ódio ultrapassam limites e se convertem em atos de violência física.

Os relatos das vítimas são de xingamentos, humilhações e espancamentos por parte de colegas de trabalho curitibanos ou por parte de vizinhos curitibanos. As agressões têm ocorrido única e exclusivamente em razão da raça e etnia. Eles e elas sofrem duplo preconceito por serem imigrantes e negros. No caso das mulheres, o preconceito é triplo, em razão do gênero.

O conjunto dos elementos analisados ao longo do texto permitem constatar que os problemas decorrentes dos obstáculos enfrentados pelos refugiados, refugiadas e migrantes no processo de inserção social se apresentam como desafio para o Estado e sociedade em termos de propostas de políticas públicas migratórias e de um programa educacional voltado à defesa e garantia dos direitos humanos.

Referências

- ANÍBAL, F. **Gazeta do Povo**, 19/10/2014. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/xenofobia-se-converte-em-agressoes-contra-imigrantes-haitianos-ef4atki1925lz2d0e34rtiudq/>. Acesso em: 13 mai. 2022.
- BRASIL. Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949. **Regula a aquisição, a perda e a readquirição da nacionalidade e a perda dos direitos políticos**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10818.htm. Acesso em: 18 mai. 2022.
- BRASIL. Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980. **Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm. Acesso em: 18 mai. 2022.
- BRASIL. Lei 7.716, de 05 de janeiro de 1989. **Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7716.htm. Acesso em: 18 mai. 2022.
- BRASIL. Lei 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a **Lei de Migração**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 18 mai. 2022.
- BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.
- CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.
- ECO, U. **Cinco escritos morais**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.33-50, 2004.
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- MBEMBE, A. **Por que julgamos que a diferença seja um problema?** Entrevista publicada no Portal Geledés, em 22 dez. 2016. <https://www.geledes.org.br/por-que-julgamos-que-diferenca-seja-um-problema/>. Acesso em: 19 jul. 2022.
- RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna, textos selecionados: teorias e modelos de análise**. Fortaleza: BNB, 1980. p. 19-88.
- SAQUET, M. A.; MONDARDO, M. L. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 11, n. 13, p. 118-127, jul./dez. 2008.

SASSEN, S. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SOLANO, E. **Revista Carta Capital, de 02 de março de 2020**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/ultimamente-tem-um-monte-de-pobre-no-avia%CC%83o-sinto-o-cheiro-de-longe/>. Acesso em: 18 mai. 2022.

SOUZA, C. **Portal do Colorado, em 16 de maio de 2022**. Disponível em: <https://portaldocolorado.com.br/brasil-ja-teve-mais-de-30-casos-de-racismo-em-2022-envolvendo-o-futebol/>. Acesso em: 18 mai. 2022.

O ACESSO À JUSTIÇA DAS MULHERES IMIGRANTES NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Access to Justice for Immigrant Women in the State of Mato Grosso do Sul

Francielle Pires Duarte*
César Augusto S. da Silva**

Resumo: O objetivo desse trabalho é pesquisar sobre o acesso à justiça das mulheres imigrantes no Estado de Mato Grosso do Sul. É abordado como as instituições estão atuando na efetivação de acesso à justiça para tutela de direitos humanos dessas mulheres no Estado. Utiliza-se o método de abordagem dedutivo através de procedimento bibliográfico, com pesquisa documental e de casos concretos. Dessa forma, o acesso à justiça pode ter aspecto positivo na garantia e realização de direitos, bem como negativo, tal como a morosidade e a questão nacionalista que perpassa a visão estatal e da sociedade como percebem o fenômeno migratório.

Palavras-chave: Acesso à Justiça, Mulheres Imigrantes, Mato Grosso do Sul.

Abstract: The objective of this work is to research about the access to justice of immigrant women in the State of Mato Grosso do Sul. It is discussed how the institutions are acting in the effectiveness of access to justice for the protection of the human rights of these women in the State. The deductive method of approach is used through a bibliographic procedure, with documental research and concrete cases. In this way, access to justice can have a positive aspect in guaranteeing and fulfilling rights, as well as a negative aspect, such as the slowness and the nationalist issue that

Introdução

O processo migratório faz parte das atividades humanas desde tempos imemoriais e os fatores que levam pessoas a saírem de seus estados de origem são muitas vezes fome, violências, desastres naturais, perseguições, guerras entre tantos outros. Os Estados que recebem pessoas se preocupam primariamente com a segurança nacional e sob um viés utilitarista, normalmente decidem expulsar ou receber essas pessoas de forma restrita. Segundo o Relatório Tendências Globais do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) a respeito do ano de 2019, 82,4 milhões era a estatística a respeito das pessoas obrigadas a se deslocar, encontrando-se nessa situação até o final daquele ano, sendo que 26,4 milhões eram refugiadas propriamente ditas (UNHCR, 2020). Estatísticas e números que continuaram

* Mestranda em Processo Civil e Cidadania pela Unipar (PR). Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Pós-graduada em Processo Civil. Atualmente é Assessora Jurídica do Tribunal de Justiça do MS, atuando na 5ª Vara Cível Comarca de Dourados-MS. Email: francielle.sommer@tjms.jus.br.

** Doutor em Ciência Política pela UFRGS. Professor da Faculdade de Direito da UFMS, em Campo Grande-MS, e do Mestrado Interdisciplinar Fronteiras e Direitos Humanos da UFGD, em Dourados-MS. Coordenador da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFMS. Pesquisador do Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais. Email: cesar.a.silva@ufms.br.

permeates the state and society vision as they perceive the migratory phenomenon.

Keywords: Access to Justice, Immigrant Women, Mato Grosso do Sul.

crescendo nos anos seguintes (UNHCR, 2022).

Ou seja, refugiadas são pessoas que de acordo com a Convenção de Genebra de 1951 da Organização das Nações Unidas (ONU) se deslocam de maneira forçada por fundados temores de perseguição por raça, religião, nacionalidade, opinião política ou grupo social, atravessando fronteiras nacionais, indo para fora de seu país, ou já se encontrando fora dele. E não podendo retornar ou não podendo valer-se da proteção de seu país, exatamente por esses fundados temores.

Nesse contexto de crescimento das migrações, conforme o Relatório da Organização Internacional das Migrações (OIM), até o ano de 2019, as migrações internacionais femininas vinham crescendo cada vez mais, perfazendo um total de 48%. De um universo de 272 milhões de migrantes internacionais ao final daquele ano, quase metade correspondia a migração feminina (OIM, 2020, p.3), tornando evidente o protagonismo das mulheres nos atuais fluxos migratórios.

Tal protagonismo também aparecia levando-se em conta os dados divulgados pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, cuja Divisão de População divulga estatísticas sobre a população em condições migratórias em todo o mundo, em que 47,9% do total eram mulheres, ao final de 2019.

E no Relatório do ACNUR a respeito das migrações internacionais força-

das, naquele mesmo ano elas também correspondiam a 48% das migrações forçadas, ou seja, dos refugiados propriamente ditos, quase metade eram de mulheres refugiadas. (UNCHR, 2020, p. 4)

Por outro lado, temos a busca pelo respeito aos direitos humanos de homens e mulheres imigrantes que vem em busca de uma vida mais digna em situação de vulnerabilidade, diante da legislação internacional e nacional que tutela os direitos desse grupo de pessoas. No caso o Estado do Mato Grosso do Sul vem recebendo muitos imigrantes, pois é um estado limítrofe, com fronteira “seca”, e neste viés será abordado sobre o acesso à justiça das mulheres no fluxo migratório do Estado.

Inicialmente será verificado sobre o processo migratório feminino, que se modificou com a presença mais significativa da mulher no mercado de trabalho e está se deslocando não só para acompanhar seus cônjuges, mas muitas vezes estão vindo sozinhas ou acompanhadas apenas por seus filhos. Com base em levantamento bibliográfico nacional e internacional, a partir de uma abordagem dedutiva, de maneira qualitativa e exploratória busca-se delinear os contornos de uma mudança de perspectiva sobre as migrações internacionais femininas, particularmente em Mato Grosso do Sul.

Em continuidade será abordado sobre o nacionalismo exacerbado dos governos e da sociedade em geral em detrimento à realização dos direitos humanos. Para finalizar, será discutido sobre o acesso à justiça como direito humano e a nova Lei de Migração brasileira. Ou seja, investigar como o Poder Judiciário e os demais órgãos vem atuando na unidade federativa de Mato Grosso do Sul na efetivação de direitos e no recebimento de mulheres que muitas vezes se encontram em situações de vulnerabilidade.

O acesso à justiça das mulheres imigrantes no estado de Mato Grosso do Sul: processo migratório feminino

Primeiramente falar em migração nos remete a uma constatação impactante, que somos todos migrantes, de uma forma ou de outra. Os seres humanos são seres migratórios por natureza, pois sempre se deslocam e as pessoas desta época e das próximas gerações se movimentarão quando o clima mudar, o nível do mar subir, surgirem guerras, quando um modo de atividade econômica desaparecer e surgir outra, pois a transitoriedade faz parte da vida humana.

De acordo com estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), mais de um bilhão de pessoas, um a cada sete habitantes do planeta hoje, estão abandonando suas terras, migrando dentro do próprio país ou para fora, por motivo de

fome, violências, caos político, guerra, perseguição, mudanças de climas, desemprego. As migrações forçadas alcançaram 1% de toda a humanidade (UNHCR, 2020) e continuaram crescendo (UNHCR, 2022). Neste viés, consoante a lei de migração e do acesso à justiça, será investigado como ocorre na prática a tutela de direitos das mulheres migrantes que têm se instalado no Estado do Mato Grosso do Sul.

Conforme Sassen (1998), a migração feminina tem relação com um processo histórico de complexidade das migrações e de no número de mulheres que estão migrando e suas especificidades. Assim, a “migração feminina” é o conjunto de condições, causas, trajetórias, etapas e inserção particulares das mulheres, que se movimentam com natureza diferente da movimentação masculina. O aumento de migrações femininas se deu pela maior presença da mulher no mercado de trabalho de maneira global, e da própria feminização deste mercado.

A relação de poder envolvendo migrações femininas e masculinas significa um processo ligado ao conceito de família e de domicílio. Peres (2016, p. 273) ressalta especificamente a análise da migração:

Independentemente das expectativas construídas no lugar de origem, as trajetórias migratórias são dependentes do ciclo de vida das mulheres migrantes. Um fator importante é sem dúvida a nupcialidade. Mas o planejamento do ciclo de vida, tanto individual quanto familiar, é a questão central que define as trajetórias migratórias. Os usos dos espaços de acordo com esse planejamento orientam a mobilidade das mulheres migrantes.

O processo de migração feminina não é homogêneo, conforme Peres (2016), pois mulheres com raça e classe social diferentes têm experiências migratórias distintas. A migração haitiana, por exemplo, no Mato Grosso do Sul se deu em meados de 2012 e 2013 com a contratação de haitianos em abrigo público de Brasília, em Manaus e em São Paulo para trabalharem nas cidades de Três Lagoas, Itaquiraí e Campo Grande. Após isso, houve uma mobilidade interna tendo em vista o desemprego que atingiu este grupo de pessoas. Em meados de 2017 e 2018, ocorreu uma migração de haitianos diretamente do país de origem para o Estado, de modo a encontrar amigos e familiares.

De acordo com SILVA (2016), a maioria das mulheres que estão migrando são solteiras, ou seja, elas não estão vindo para acompanhamento de cônjuge, como já ocorreu no passado. Assim, conforme PERES (2016), o perfil de migração feminina está se alterando, já que não está acontecendo mais um acompanhamento destas mulheres dos seus companheiros que eram os provedores economicamente do lar no país de origem.

Pois bem, sobre o fenômeno da migração válido mencionar a Lei n. 13.445/2017 que regulamenta sobre migração e estabelece novas diretrizes às políticas migra-

tórias do país e revogou o antigo Estatuto do Estrangeiro, a Lei n. 6.815/1980. Verifica-se um avanço normativo no reconhecimento do imigrante como um sujeito de direito. Quando estes imigrantes chegam no país de acolhida, diante da complexidade de agregação das necessidades migratórias à dinâmica social do país, acontece muito das imigrantes se depararem com situações de vulnerabilidade, como precária rede de atendimento, falta de informação e documentação, fazendo com que elas aceitem qualquer tipo de trabalho, com violações de seus direitos.

No caso de Mato Grosso do Sul, há algum tempo o trabalho da Pastoral do Migrante, entidade ligada ao trabalho da Igreja Católica, é fundamental para o auxílio aos imigrantes internacionais, existindo há 35 anos na região. A entidade promove ações como acolhida dos recém-chegados, oferecendo cursos de capacitação, eventos e encontros culturais para ajudá-los na ambientação ao novo país. Outros serviços de apoio são realizados em parceria com essa Pastoral, podendo ser citados o Centro de Apoio ao Migrante (CEDAM), universidades públicas e privadas com projetos de pesquisas e extensão, além de organismos oficiais como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Ministério Público do Trabalho (ALMEIDA; SOUZA, 2021).

Como narra a própria representante da Pastoral do Migrante em Mato Grosso do Sul, Irmã Rosane Rosa, o papel preponderante do voluntariado e das parcerias com entidades da sociedade civil organizada é estratégico no auxílio aos imigrantes para renovação de passaportes, regularização migratória, tradução de certidões de nascimento, auxílio em cartórios, acompanhamentos aos postos de saúde, exames admissionais, encaminhamentos para abrigos e para Fundação do Trabalho, por exemplo. Com a entidade focando nos últimos anos no trabalho de auxiliar o intenso fluxo da chegada de haitianos e venezuelanos que desembarcaram no Estado (AMARAL; ROSA *et al.*, 2020, p.56-57).

Essas atividades acontecem em quase todas as cidades que os imigrantes fixaram-se no Estado, particularmente nos municípios de Três Lagoas, Dourados, Itaquiraí, Corumbá, Naviraí, além da capital, Campo Grande. As chamadas Casas de Acolhida têm sido essenciais para o acolhimento: CEDAMI, CETREMI, Casa de Apoio à Situação de Rua, Centro de Referência Acolhida Municipal – Centro POP. (AMARAL; ROSA *et al.*, 2020, p. 58). De modo que os imigrantes consigam até mesmo tomar iniciativas para criar grupos e associações entre eles, para se organizar melhor e conseguirem se transformar em protagonistas de suas próprias demandas, mantendo suas dignidades e seus processos específicos.

Conforme o pensamento de Arendt (2012), quando o Estado de origem se torna um Estado ausente e insignificante para a vida e o direito de seu povo, o indivíduo perde seus direitos como nacional de determinado país, bem como

direitos como próprio ser humano, como por exemplo a perda da identidade com determinada nação, gerando um sentimento de não pertencimento e nem reconhecimento do próprio indivíduo diante do lugar em que vive.

Dessa forma, é importante que estas imigrantes sejam aceitas pelo país de destino para que tenham seus direitos e consigam exercê-los, principalmente no mercado de trabalho, para que tenham uma vida digna e convivência com a população local. Oportuno falar do princípio da hospitalidade e a integração da trabalhadora migrante. Assim, o trabalho representa uma ferramenta para o reconhecimento social dessas mulheres que estão vindo de outros países.

Para tanto Arendt (2016) realiza um estudo da condição humana do trabalho “a vida humana na medida em que está ativamente empenhada em fazer algo” (2016, p. 27). Para autora, a condição humana está ligada à própria sociedade em que as pessoas se conectam e as relações sociais que desenvolvem e entram com um planeta que não têm vestígios de vida social. Portanto, os movimentos migratórios têm interferência na fusão e modificação das formas sociais. E a vida ativa, relatada pela autora, é composta pelo trabalho do corpo, obra de suas mãos e a ação.

Lisboa (2006) escreve sobre a negligência sofrida pelas mulheres no processo migratório, já que eram vistas apenas como coadjuvantes sem liberdade para escolher o melhor sobre suas vidas em decorrência do sistema patriarcal. Vejamos:

Por sua vez, o número de mulheres que migram, sozinhas ou acompanhadas de seus familiares, tem aumentado significativamente nas estatísticas nacionais e internacionais, dado o caráter multidimensional dos papéis atribuídos à mulher na família, incluindo sua maior responsabilidade em relação aos filhos, ao sustento da família e o seu deslocamento em função de casamentos (LISBOA, 2006, p. 152).

Os motivos que levam mulheres a migrarem são situações econômicas negativas, problemas conjugais, a violência física, a discriminação contra grupos femininos específicos ou ausência de oportunidades por questões de gênero, sem olvidar que não são os únicos. Muitas vezes se deslocam como forma de se libertarem da sociedade que as oprimem, que as fazem se sentirem inferiores, diante do patriarcado que ainda se faz realidade em grande parte da comunidade internacional, colocando a mulher em situação de inferioridade perante o homem, consoante Dutra (2013).

Bauman (2017, p. 9) retrata que a migração em massa não é um fenômeno recente:

Assim fatores subjacentes aos atuais movimentos de massa nos pontos de partida são bifformes, mas também o são seus impactos nos pontos de chegada e as reações dos países receptores. Nas partes desenvolvidas do planeta, em que tantos migrantes econômi-

cos quanto refugiados buscam abrigos, os interesses empresariais desejam com firmeza (e dão boas-vindas ao) influxo de mão de obra barata e de habilidades lucrativamente promissoras.

Dessa forma, o questionamento pertinente diz respeito ao papel do acesso à justiça na busca pela garantia de direitos às mulheres imigrantes e refugiadas que se instalam no Brasil. Assim como, se há a concretização desse direito, analisando se a imigrante tem tido a possibilidade de buscar a tutela de seus direitos por meio da justiça brasileira, com um atendimento integral e gratuito, como lhe é assegurado por meio da lei, tanto constitucional quanto infraconstitucional.

Nacionalismos exacerbados em detrimento dos direitos humanos

Vários países adotam uma postura nacionalista restrita em relação aos fluxos migratórios, ou seja, visualizam os imigrantes como uma ameaça à segurança nacional de seu território. Santos (2016) disserta que os países investem em segurança e o tratamento dos imigrantes diz respeito apenas à condição de sua nacionalidade e a irregularidade.

Assim, em um contexto de globalização econômica ou generalização do sistema de mercado (MÁRMORA, 2002) onde circulam rapidamente os capitais, não há inclusão e recebimento adequado de pessoas que vem de outros países, pois são considerados estranhos ou descartáveis e os nacionais são priorizados em detrimento dos imigrantes internacionais, tendo em vista a simbologia da defesa do familiar em relação ao “estranho” (ROULAND, 2004).

Conforme se infere da resolução 2/2018 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) que trata sobre a migração forçada venezuelana, a realidade é retratada por violações que os venezuelanos vem sofrendo no país que se deslocam. Segue trecho da norma:

A CIDH também tem informação sobre graves práticas xenofóbicas e discriminatórias contra pessoas venezuelanas em países de passagem e de destino, entre elas se destacam insultos, abusos de autoridades e particulares, extorsão, assim como discursos que estigmatizam e criminalizam as pessoas venezuelanas ao culpa-las de aumentar os índices de violência em seus países e tirar empregos dos nacionais. Além disso, como consequência de sua situação de extrema vulnerabilidade e pobreza, muitas pessoas venezuelanas se encontram mais expostas a serem vítimas de tráfico de pessoas com fins de exploração sexual, prostituição forçada, exploração laboral, servidão, práticas análogas à escravidão, entre outras.

Por conseguinte, percebe-se que as mulheres que se deslocam em busca de uma chance de vida sofrem discriminação e violências de todos os tipos, muitas vezes em decorrência de nacionalismos extremistas em detrimento ao regime de

proteção de direitos humanos. Portanto, necessário uma conscientização social e política para descriminalizar as migrações, para que estas mulheres, independente do seu status ou cidadania política, sejam tratadas com dignidade quando chegam em um país diverso.

As autoridades migratórias precisam compreender que migrar para um país diferente não é um ato criminoso em si, mas um direito que todo ser humano tem em busca de um lugar que traga mais segurança e acolhimento, conforme os parâmetros promovidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, de 1948. A criminalização das migrações não parece um caminho que leve ao fim desse fenômeno, ainda que exista o legítimo direito dos Estados modernos de controlar quem entra e sai de seu território (MURILLO, 2009).

É perfeitamente compatível o regime internacional de proteção aos direitos humanos e os interesses de segurança e controle por parte dos Estados. Ambas as questões se complementam, na medida que os Estados tenham procedimentos operacionais justos e eficazes para a determinação da condição do imigrante ou de refugiado, com base política e normativa coerente e consistente para aplicação dos diplomas nacionais e internacionais, com objetivo de identificar aqueles que necessitam e merecem a proteção internacional. (MURILLO, 2009).

Em suma, após esta narrativa das nuances sobre os fluxos migratórios femininos e a visão nacionalista restrita que os estados e a sociedade tratam mulheres imigrantes, será abordado como essas mulheres têm acesso ao Poder Judiciário no Estado de Mato Grosso do Sul e a Lei de migração.

Acesso à justiça das mulheres no estado de Mato Grosso do Sul e a lei de migração

Para a garantia e efetivação de direitos das mulheres imigrantes foram criados vários mecanismos e legislação como a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 e o Pacto de São José da Costa Rica de 1969. O acesso à justiça é uma garantia fundamental para o exercício dos demais direitos. Os autores Cappelletti e Garth (1988, p. 13) tratam sobre o assunto:

O acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental- o mais básico dos direitos humanos- de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretende garantir, e não apenas proclamar o direito de todos.

O enfoque sobre o acesso – o modo pelo qual os direitos se tornam efetivos- também caracteriza crescentemente o estudo do moderno processo civil. A discussão teórica, por exemplo, das várias regras do processo civil e de como elas podem ser manipuladas em várias situações hipotéticas pode ser instrutiva, mas sob essas descrições neutras, costuma-se ocultar-se o sistema o modelo frequentemente irreal de duas (ou mais) partes em igualdades de condições perante a corte, limitadas apenas pelos argumentos jurídicos

que os experientes advogados possam alinhar. O processo, no entanto, não deveria ser colocado no vácuo. Os juristas precisam, agora, reconhecer que as técnicas processuais servem a funções sociais.

O acesso à justiça é um instrumento fundamental na concretização de direitos tanto dos nacionais quanto dos estrangeiros e a lei nº 13.445/2017 regulamenta o instituto no artigo 3º: “A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes: (...) IX - amplo acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos” (BRASIL, 2017).

A lei de migração rompeu com o viés exclusivo de segurança nacional e do utilitarismo econômico que estavam presentes nas legislações anteriores e garantiu um maior acesso às mulheres migrantes que escolheram o Brasil como um país para construção de uma nova vida, como por exemplo, com os vistos humanitários concedidos aos haitianos em 2010, diferente da postura dos EUA e outros países europeus que estavam fechando suas fronteiras.

Após a criação da nova lei de migração foi editado o decreto n.º 9.199/2017 que foi alvo de várias críticas, diante de sua contradição com a lei de migração. Por exemplo, contradição quanto ao visto humanitário previsto no artigo 14, §3º da Lei 13.445/2017 e o artigo 36, §2º do Decreto 9.199/2017, que torna mais burocrática a concessão dos vistos.

A vulnerabilidade das mulheres imigrantes quando chegam no país não decorre da ausência de leis, mas na necessidade de judicialização dos casos que surgem para o cumprimento da legislação. Por isso buscam auxílio na Defensoria Pública, no Ministério Público, nos Centros de Acolhimento, ONGS e outros órgãos. Quando chegam em outro país, não têm conhecimento ou domínio da língua nativa, da estrutura social e organizacional e estão chegando de seu país de origem, muitas vezes, fugindo de uma situação de risco.

A localização do Mato Grosso do Sul está nos limites estaduais e internacionais, com fronteira seca em que há grande circulação de pessoas, ocorrendo que somente em 2016 foi promulgado o Decreto n.º 14.558 que criou o CERMA/MS, para criação de um espaço destinado à discussão sobre migração, substituído recentemente pelo Decreto n. 15.697, de 16 de junho de 2021, que reorganizou o Comitê. Portanto, até então não havia uma rede articulada estatal para atendimento dessas demandas. Alguns órgãos públicos exercem papel fundamental nas demandas das mulheres imigrantes como a Defensoria Pública da União, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) por meio da Cátedra Sérgio Vieira de Mello¹, o Centro de Atendimento de Direitos Humanos (CADH), o Ministério

¹ Acordo de cooperação com as universidades interessadas em que o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados estabelece um Termo de Referência com objetivos, responsabilidades

Público e o Ministério Público do Trabalho, conforme o trabalho de pesquisa de Pires (2019, p. 116).

O trabalho da Cátedra da UFGD concentra-se em atividades de ensino, pesquisa e extensão a favor dos refugiados presentes no Estado e no país. Particularmente, a atuação em *advocacy* e parcerias que resultam em projetos no município de Dourados que procuram favorecer os imigrantes. Projetos como “Ações de Facilitação para Inserção Social de Haitianos em Dourados”, “Atendimento Jurídico e Integração de Migrantes e Refugiados em Dourados” têm colaborado para colocar o tema na pauta dos desafios acadêmicos e institucionais da cidade (NICOLAU; MOREIRA JR., 2020, p.86-87). Da mesma maneira que as parcerias da UFGD com instituições de apoio que promovem *advocacy* sobre as políticas e direitos da população migrante tem evidenciado a importância de debater a temática.

Neste viés, é relevante a função do CADH que faz parte da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (SEDHAST) e atende além dos migrantes, bem como todas as pessoas que sejam consideradas vulneráveis e precisam de atendimento assistencial, jurídico ou administrativo, sobre violações de direitos humanos. As mulheres que chegam no Estado de Mato Grosso do Sul enfrentam o maior problema que é a informalidade de suas relações de trabalho e emprego.

Nesse sentido, buscam a Defensoria Pública para ter acesso às vagas de creches para seus filhos, medicamentos, medidas preventivas contra seus companheiros por sofrer algum tipo de violência doméstica. Portanto, o trabalho da Defensoria Pública tem sido primordial, conforme se infere da impetração do *habeas corpus* em favor dos venezuelanos pela Defensora Pública Roberta Pires Alvim que evitou a deportação em massa de 450 venezuelanos em dezembro de 2016 (CARTA CAPITAL, 2016).

Por fim, apesar das mulheres imigrantes terem garantia de acesso à justiça e dos órgãos institucionais que atuam em suas defesas, há obstáculo do Estado e da sociedade que são nacionalistas e muitas vezes têm um olhar sobre o imigrante internacional como um criminoso que está vindo ao território para tomar seus direitos. Outro entrave é a falta de informação dessas mulheres que chegam ao estado muitas vezes sem saber falar a língua portuguesa e são impedidas a ter acesso à justiça.

e critérios para adesão à iniciativa dentro das três linhas de ação: ensino, pesquisa e extensão. Além de difundir o ensino universitário sobre temas relacionados ao refúgio, a Cátedra também visa promover a formação acadêmica e a capacitação de professores e estudantes dentro desta temática. O trabalho direto com os refugiados em projetos comunitários também é definido como uma grande prioridade. Como exemplos de iniciativas, diversas universidades têm desenvolvido ações para fomentar o acesso e permanência ao ensino, a revalidação de diplomas, assim como o ensino da língua portuguesa à população de refugiados.

Em que pese a existência de uma legislação que promova a efetivação dos direitos das mulheres imigrantes, existem vários fatores que dificultam essas mesmas mulheres de terem uma vida digna. Portanto, relevante a cooperação entre vários órgãos e instituições para o acolhimento destas mulheres que estão em busca de uma chance e acolhimento no país que escolheram para se estabelecer.

Considerações finais

O acesso à justiça era tido apenas como um direito de ajuizamento de uma ação e o acesso era limitado. Após, com o Estado Social houve uma preocupação do processo sob o aspecto da justiça social. Com o Estado Democrático de Direito, o aspecto do acesso ao Poder Judiciário é para respeitar os direitos indivíduo. Passou-se a tratar o acesso à justiça como um direito humano fundamental de caráter universal. Verificou-se neste estudo que o direito abrange tantos os nacionais como os estrangeiros.

As mulheres que estão migrando para o Estado de Mato Grosso do Sul se deparam com vários problemas, tais como discriminação, violência de gênero, trabalho informal, falta de informação, ausência de documentação e pouca compreensão da burocracia local. Com a promulgação da Lei 13.445/17, houve um progresso na tutela dos direitos dos migrantes, que buscam nos órgãos e instituições como a Defensoria Pública a judicialização de suas demandas.

Em suma, o estado de Mato Grosso do Sul vem recebendo muitas mulheres migrantes e por meio de órgãos criados como o CADH e o trabalho da Defensoria Pública, do Ministério Público, da Pastoral do Migrante e de outras entidades da sociedade civil organizada, as mulheres estão sendo mais bem acolhidas, pois relevante que se permita acesso ao Poder Judiciário e a questão humanitária prevaleça em contexto de violação aos direitos humanos para além das fronteiras.

As principais cidades de fixação dessas migrantes são Campo Grande, a capital, Dourados, Três Lagoas e Itaquiraí. E nesse sentido, políticas municipais e estaduais precisam ser desenvolvidas na construção de locais específicos para o tratamento e desdobramento dessas demandas.

Assim, o espaço institucional criado para todos os migrantes internacionais no Estado, por meio do Comitê para Refugiados, Migrantes e Apátridas do Estado do Mato Grosso do Sul (CERMA-MS) parece ter sido o primeiro passo, de fundamental importância para retirar essas demandas da invisibilidade, além das iniciativas municipais. Assim como as iniciativas produzidas pelas universidades locais em torno da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, parceria acadêmica com o Alto

Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, de modo a promover o tema dos migrantes e refugiados.

Referências

- ALMEIDA, Luciane Pinho de; SOUZA, Francisca Bezerra de (orgs.) **Expressões acadêmicas e diálogos sobre migração, refúgio e políticas sociais**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.
- AMARAL, Ana Paula Martins do; ROSA, Rosane Costa; COSTA, Luiz Rosado; ZEPHYR, Marisa Ferreira Neves. **Migração, Carisma Scalabriniano e Pastoral dos Migrantes no Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Life Editora, 2020
- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 12. ed. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- BRASIL. Lei n. 13.445 de 24 de maio de 2017. **Institui a Lei de Migração**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.
- CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryan. **Acesso à Justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Fabris Editor, 1988.
- CARTA CAPITAL. **DPU impetra HC e evita deportação em massa de 450 venezuelanos em Roraima**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/tag/justificando/> 2016. Acesso em: 27 out. 2021.
- DUTRA, Délia. Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho. **REHMU- Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, Ano XXI, n. 40, p. 177-193, jan./jun. 2013.
- IOM (INTERNATIONAL ORGANIZATION MIGRATION). **World Migration Report 2020**. Geneva: IOM, 2020.
- LISBOA, Teresa Kleba. Gênero e Migrações: trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. **REHMU- Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, Ano XIV, n. 26 e 27, p. 151-166, 2006.
- MÁRMORA, Lélío. Migrações e Política na América Latina: novos espaços e cenários. In: SALLES, Teresa; SALLES, Maria do Rosário R. **Políticas Migratórias – América Latina, Brasil e brasileiros no exterior**. São Carlos-SP: UFSCar/Sumaré, 2002.
- MATO GROSSO DO SUL (MS). **Decreto n. 14.558, de 12 de setembro de 2016**. Institui o Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas no Estado do Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS, 2016. Disponível em: https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO9247_13_09_2016. Acesso em: 21 fev. 2022.
- MATO GROSSO DO SUL (MS). **Decreto n. 15.697, de 16 de junho de 2021**. Reorganiza o Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas (CERMA-MS). Campo Grande, MS, 2021. Disponível em: https://www.tjms.jus.br/legislacao/public/pdf-legislacoes/decreto_n._15.697.pdf. Acesso em: 11 fev. 2022.
- MURILLO, Juan Carlos. Os legítimos interesses de segurança dos Estados e a proteção internacional de refugiados. **Sur, Rev. int. direitos human.**, São Paulo, v. 6, n. 10, p. 120-137, jun. 2009.

NICOLAU, Paola Cristina; MOREIRA JR., Hermes. Cátedra Sérgio Vieira de Mello da Universidade Federal da Grande Dourados. In: SALA, José Blanes; PERES, Roberta Guimarães; JUBILUT, Liliana Lyra; WALDELY, Aryadne Bittencourt; DA ROSA, William Torres Laureano. **15 Anos de Cátedra Sérgio Vieira de Mello no Brasil: universidades e pessoas refugiadas**. São Bernardo do Campo-SP: UFABC, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Assembleia Geral das Nações Unidas. **Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher**. 18 de dezembro de 1979. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/estudo-da-onu-aponta-aumento-da-populacao-de-migrantes-internacionais>. Acesso em: 23 out. 2019.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Resolução 2/2018**. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/pdf/Resolucao-2-18-pt.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

PERES, Roberta. Imigração e gênero: as mulheres haitianas no Brasil. In: BAENINGER, Rosana *et al.* (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

PIRES, Julia Stefanello. **Migrantes vulneráveis e o trabalho como direito humano: o caso do Mato Grosso do Sul**. 2019. Dissertação (Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos) – Faculdade de Direito, UFGD- Dourados-MS, 2019.

ROULAND, Norbert (org). **Direito das minorias e dos povos autóctones**. Tradução de Ane Lize Spaltemberg. Brasília: UNB, 2004.

SANTOS, André Leonardo Copetti. Controle social das migrações e gestão da diversidade. In: JULIOS-CAMPUZANO, Alfonso de; LUCAS, Doglas Cesar; SANTOS, André Leonardo Copetti (Org). **Direitos humanos, imigração e diversidade: dilemas da vida em movimento na sociedade contemporânea**. Ijuí: Unijuí, 2016.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo, Studio Nobel, 1998.

UNHCR. **Tendencias Globales – desplazamiento forzado en 2019**. Genebra: UNHCR, 2020.

UNHCR. **Tendencias Globales – desplazamiento forzado en 2021**. Genebra: UNHCR, 2022.

CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS DE GÊNERO E DA DECOLONIALIDADE PARA OS DEBATES SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Contributions of Gender Studies and Decoloniality to the Debates on International Migration

Vivian da Veiga Silva*

Resumo: As migrações internacionais, assim como outras formas de deslocamentos humanos, se consolidaram como importantes objetos de estudos e de reflexões no campo das Ciências Humanas e Sociais. No entanto, percebe-se algumas lacunas nesse campo, como as múltiplas facetas da questão de gênero e um olhar aprofundado das consequências da colonialidade que atravessa o Brasil e determina como a sociedade percebe imigrantes e refugiados. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo apresentar contribuições dos estudos de gênero e da perspectiva decolonial para os debates sobre migrações internacionais.

Palavras-chave: Migrações internacionais, gênero, decolonialidade, mulheres, LGBTQI+.

Abstract: International migrations, as well as other forms of human displacement, have consolidated themselves as important objects of study and reflection in the field of Human and Social Sciences. However, there are some gaps in this field, such as the multiple facets of the gender issue and an in-depth look at the consequences of coloniality that crosses Brazil and determines how society perceives immigrants and refugees. In this sense, this article aims to present contributions from gender studies and the decolonial perspective to debates on international migration.

Keywords: International migrations, gender, decoloniality, women, LGBTQI+.

Introdução

As migrações internacionais, assim como outras formas de deslocamentos humanos, se consolidaram como importantes objetos de estudos e de reflexões no campo das Ciências Humanas e Sociais. Com o fortalecimento das pesquisas sobre gênero a partir dos anos 2000, consolidou-se o entendimento da necessidade de estabelecer diálogos entre esses dois campos de estudos, visto que as relações de gênero irão impactar diretamente nos fenômenos migratórios.

Ao pensarmos essas questões no contexto brasileiro, é importante situarmos o país nas hierarquias mundiais e compreendermos os processos históricos que nos afetaram. Nesse sentido, o Brasil está inserido de maneira subalternizada em uma estrutura de poder mundial, resultado do colonialismo e cuja hegemonia ainda está concentrada nas mãos das sociedades do Norte

* Professora adjunta das áreas de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus do Pantanal. Socióloga e doutora em História pela Universidade Federal da Grande Dourados. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Inovação Social da Fronteira (NEISF) e coordenadora do Laboratório de Gênero, Migrações e Fronteiras (LABGEM), que compõe o Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (MIGRAFRON). E-mail: vivian.veiga@ufms.br.

Global. Esses processos irão influenciar diretamente nos fluxos migratórios que atuam no Brasil, assim como as relações de gênero e a produção de masculinidades e feminilidades.

A perspectiva decolonial emergiu no final da década de 1990 como uma importante crítica às consequências das práticas coloniais executadas pelo Norte Global em relação ao Sul Global, buscando estabelecer um giro epistemológico, de maneira a permitir a produção e a visibilização de conceitos e teorias produzidos na América Latina, a partir de seus próprios pressupostos políticos e epistemológicos. No campo dos estudos decoloniais, destacamos as produções teóricas de pesquisadoras feministas latino-americanas que se empenharam em levar as ideias sobre colonialidade para os estudos de gênero, fornecendo uma importante contribuição para compreendermos os impactos das intrusões coloniais na construção das feminilidades, das masculinidades e das sexualidades.

Partindo desses apontamentos, o objetivo do presente artigo é apresentar uma reflexão sobre as contribuições dos estudos de gênero e da decolonialidade para os debates sobre migrações internacionais. No primeiro tópico, apresentaremos a reelaboração da categoria gênero a partir da abordagem decolonial, o que nos permite pensar essas relações a partir de um contexto moldado pelas práticas e pelos discursos coloniais. No segundo tópico, buscaremos lançar um

olhar decolonial na intersecção gênero e migrações, ou seja, refletir sobre as contribuições teóricas desse campo político e epistemológico na compreensão desses dois fenômenos que se entrecruzam na realidade social brasileira.

A categoria de gênero a partir da perspectiva decolonial

A categoria de gênero passará a ser utilizada com mais expressividade a partir de 1986, com a publicação do texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, de autoria da historiadora estadunidense Joan Scott. Para a autora (1995), gênero é o significado social e cultural atribuído ao caráter biológico (podendo incluir o sexo, mas não sendo diretamente determinado), constituindo uma categoria analítica que nos permite visualizar como as relações humanas funcionam. Ainda de acordo com a autora (1995, p. 86), gênero pode ser compreendido como “[...] um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. [...]”. Essas relações, por sua vez, são expressas no plano simbólico, nos conceitos normativos expressos nas mais diversas doutrinas (religiosa, educativa, científica, política ou jurídica), tomando forma típica de uma oposição binária fixa, assim como na construção de identidades subjetivas.

Portanto, para Scott, gênero é, antes de tudo, uma categoria analítica que nos permite visualizar como as relações humanas funcionam, sendo estritamente relacional. Ou seja, adotamos essa categoria para analisar como cada sociedade e cada contexto histórico constrói formas específicas de masculinidade e de feminilidade a partir de relações igualitárias ou hierarquizadas, e de distribuição de poder. Nesse ponto, é importante salientar que, embora a conceitualização de Scott seja um importante divisor de águas nos estudos feministas, a categoria de gênero não é unívoca, ou seja, não tem um significado único nesse campo científico, conforme nos aponta Saffioti (2015, p. 47):

Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (Lauretis, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (Scott, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (flax, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher (Saffioti, 1992, 1997b); Saffioti e Almeida, 1995) etc. Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino.

A autora também nos alerta para a necessidade de conciliarmos as categorias patriarcado e gênero, justamente para garantirmos que as especificidades das mulheres não se percam no campo maior dos estudos de gênero (que também compreende os debates sobre sexualidade), assim como para não mascararmos as relações de exploração/dominação masculina nas mais diversas sociedades. Diante disso, Saffioti e Almeida (1995, p. 32), concluem que as relações desiguais de gênero permitem a emergência e a continuidade das práticas violentas contra os corpos femininos:

O gênero constitui uma verdade gramática sexual normatizando condutas masculinas e femininas. Concretamente, na vida cotidiana, são os homens, nesta ordem social androcêntrica, os que fixam os limites da atuação das mulheres e determinam as regras do jogo pela sua disputa. Até mesmo as relações mulher-mulher são normatizadas pela falocracia. E a violência faz parte integrante da normatização, pois constitui importante componente de controle social. Nestes termos, a violência masculina contra a mulher inscreve-se nas vísceras da sociedade com supremacia masculina. Disto resulta uma maior facilidade de sua naturalização, outro processo violento, porque manietta a vítima e dissemina a legitimação social da violência [...]

Na atualidade, temos um importante resgate do conceito de patriarcado por autoras feministas como Rita Segato (2021), que constrói uma perspectiva historicizada desse sistema opressor, compreendendo-o como um elemento que apresenta características diferentes em sistemas culturais diferentes, não sendo unificado e homogêneo. Para a autora, suprimir o conceito de patriarcado é um grande risco para invisibilizar as práticas e as instituições que oprimem as mulheres, sendo necessária a compreensão de que esse sistema opressor apresenta facetas diferentes no decorrer da história humana e com variações culturais.

Diante do que foi exposto, compreendemos que a emergência da categoria de gênero nos permite desmistificar as estruturas de poder que criam e mantêm determinadas desigualdades dentro das sociedades, demonstrando como os papéis sociais e sexuais são construções sociais, culturais e históricas. Tudo isso nos permitirá também colocar em xeque os essencialismos relacionados à sexualidade, assim como estabelecer diálogos e intersecções de gênero com outras categorias, como classe social, raça/etnia e colonialidade, sendo essa última central para a perspectiva decolonial. Trata-se de uma elaboração teórica do sociólogo peruano Aníbal Quijano para se referir à estrutura mundial de poder estabelecida com o colonialismo e que se estende até a contemporaneidade.

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América. (QUIJANO, 2009, p. 73)

Com isso, visa-se garantir a hegemonia do Norte Global em relação ao Sul Global em termos econômicos, políticos, culturais, sociais e epistemológicos, conforme destaca Ballestrin (2013, p. 100): “A colonialidade se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser. E mais do que isso: a colonialidade é o lado obscuro e necessário da modernidade; é a sua parte indissociavelmente constitutiva [...]”.

De acordo com Silva (2021, p. 342), teóricas feministas latino-americanas levaram essa categoria para o campo dos estudos de gênero, como “[...] um exercício político e epistemológico de desconstruir as categorias coloniais e reconstruí-las de maneira a inserir as vivências e as experiências das mulheres colonizadas, superando o sentido universalista da categoria mulher e enervando-a com a diferença e a diversidade colonial”. Portanto, trata-se de pensar a categoria de gênero de maneira descolonizada, visibilizando as experiências e as vivências das mulheres de passado colonial, reconhecendo a potência dos conhecimentos e das práticas produzidos por elas.

Nessa perspectiva, considerando que a categoria gênero emerge no imaginário social do Norte Global, enquanto uma produção do feminismo hegemônico (branco e eurocentrado), é importante traduzi-la para o contexto das sociedades que sofreram as intrusões coloniais, de maneira a preservar a criticidade e a politicidade, conforme nos alerta Paredes (2010, p. 62-63):

El género desde nuestra reconceptualización teórica es una categoría política relacional de denuncia, de una injusta, opresora y explotadora relación, que los hombres establecen con las mujeres para beneficio del sistema de opresiones que es el patriarcado, en la actualidad es patriarcado colonial-neoliberal. El género devela la valoración inferior que el patriarcado asigna a los cuerpos de las mujeres desde que nacemos hasta que morimos, incluso antes que nazcamos y después que nos morimos. Este instrumento tan valioso conceptualizado así a finales de los 60s y principios de los 70s fue despojado de su posibilidad revolucionaria, al punto que les sirvió a las mujeres de clase media latinoamericana para imponer políticas *públicas neoliberales*.

A filósofa argentina María Lugones percebe gênero como sendo uma categoria inteiramente colonial, criando não somente hierarquizações raciais, como também um processo ativo de desumanização do colonizado.

Acredito que a hierarquia dicotômica entre seres humanos e não humanos é a dicotomia central da modernidade colonial. Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção hierárquica e dicotômica entre humanos e não humanos foi imposta sobre os colonizados, a serviço dos interesses do homem ocidental – e ela foi acompanhada por outras distinções que obedeciam a mesma lógica, como aquela entre homens e mulheres. Esse tipo de diferenciação se tornou uma marca da humanidade e da civilização. Somente homens e mulheres civilizados são humanos; povos indígenas das Américas e escravos africanos eram classificados como não humanos – animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. [...] (LUGONES, 2019, p. 358)

Para a autora, as sociedades que sofreram invasões coloniais não apresentavam um sistema de gênero, sendo que esse foi imposto a partir do processo de colonização. Portanto, a dualidade opositiva entre homens e mulheres é uma imposição colonial, em um processo de leitura e de compreensão dessas sociedades a partir de uma lógica eurocentrada. Logo, longe de se constituir enquanto uma categoria analítica, gênero é uma imposição colonial e um apagamento da identidade das sociedades colonizadas, na perspectiva de Lugones:

[...] Entender o lugar de gênero nas sociedades pré-colombianas faz rotacionar nosso eixo de compreensão da importância e magnitude do gênero na desintegração das relações comunais e igualitárias, do pensamento ritual, da autoridade e do processo coletivos de tomada de decisões, e das economias. De um lado, o reconhecimento do gênero como uma imposição colonial – a colonialidade do gênero complexificada – afeta profundamente o estudo das sociedades pré-colombianas, questionando o uso do conceito “gênero” como parte da organização social. Por outro lado, uma compreensão da organização social pré-colonial feita a partir das cosmologias e práticas pré-coloniais é fundamental para entendermos a profundidade e o alcance da imposição colonial. Mas não podemos fazer um sem o outro. E, portanto, é importante entender o quanto a imposição desse sistema de gênero forma a colonialidade do poder, e o tanto que a colonialidade do poder forma esse sistema de gênero. A relação entre eles segue uma lógica de formação mútua. [...] (LUGONES, 2020, p. 72)

Em uma perspectiva descolonizadora, mas oposta à Lugones, a antropóloga argentina Rita Segato compreende que a dualidade entre homens e mulheres já existia nas sociedades colonizadas em períodos anteriores às intrusões, caracterizando um patriarcado comunitário de baixa intensidade.

[...] A colonial-modernidade infiltra-se na estrutura de relações da aldeia e as reorganiza a partir de dentro, criando a ilusão de continuidade ao mesmo tempo em que transforma seu significado, ao introduzir uma ordem agora regida por normas diferentes. [...] Em primeiro lugar, há uma superinflação da importância dos homens dentro da comunidade, dado seu papel de intermediários com o mundo externo – tradicionalmente, com os homens de outras casas e aldeias e, agora, com a administração branca. Em segundo lugar, os homens enfrentam a emasculação e a perda de status quando se aventuram fora de sua comunidade e enfrentam o poder da administração branca. Por fim, há uma superexpansão do espaço público ancestralmente ocupado pelos homens na comunidade, bem como um dismantelamento e privatização da esfera doméstica. Como consequência disso, a dualidade torna-se binarismo porque a esfera dos homens é definida como a epítome do que é público e político, em oposição à esfera das mulheres, que é despolitizada por ser definida como privada. (SEGATO, 2021, p. 101-102)

Com o processo de colonização, essa dualidade se transformará em um binarismo, radicalizando as diferenças entre homens e mulheres e acentuando as hierarquizações sociais e as violências, caracterizando o que a autora denomina de patriarcado colonial moderno de alta intensidade. Com isso, para Segato, o gênero não é uma invenção colonial, pois essas relações já existiam nas sociedades pré-intrusão; no entanto, a colonização acentua essas hierarquizações.

Embora as autoras discordem sobre a origem do gênero nas sociedades que sofreram intrusões, ambas adotam a perspectiva decolonial, enfatizando que as práticas coloniais impactaram e ainda impactam na maneira como homens e mulheres constroem suas subjetividades e estabelecem suas relações. Dessa forma, ao utilizarmos a categoria de gênero é importante não perdermos de vista seu lugar social de origem, assim como a colonialidade de poder que ainda opera no mundo contemporâneo. Conforme foi exposto anteriormente, demanda-se operacionalizar essa categoria de maneira dialógica, para dessa forma, superarmos a visão simplista que invisibiliza as práticas coloniais em relação às sociedades que sofreram intrusões e desconsidera que esses processos afetaram na construção das masculinidades, das feminilidades e das sexualidades.

Um olhar decolonial sobre a intersecção gênero e migrações

A partir dos anos 2000, com o fortalecimento dos estudos de gênero enquanto campo acadêmico e científico, pesquisadoras e pesquisadores apontaram a necessidade de utilizarmos essa categoria como um recurso analítico para compreendermos as relações sociais estabelecidas nos mais diversos contextos, nas mais diversas sociedades e em fenômenos sociais da contemporaneidade. Dessa maneira, produziu-se pesquisas, debates e reflexões acerca das questões de gênero no campo das migrações internacionais.

No entanto, ao pensarmos a realidade brasileira, não basta apenas incluir gênero nos estudos sobre migrações internacionais, considerando que o país é atravessado pela colonialidade, resultante das intrusões coloniais sofridas no século XV. Nesse sentido, é fundamental compreendermos gênero e colonialidade como uma intersecção, ou seja, um intercruzamento de desigualdades sociais (GIDDENS; SUTTON, 2017) que produz práticas e discursos específicos acerca das migrações internacionais. Para Bidaseca (2016, p. 16), a interseccionalidade pode ser compreendido como um sistema complexo de estruturas de opressão, que são múltiplas e simultâneas, explicitando a lógica colonial e patriarcal:

[...] el acto de habitar un cuerpo de mujer, indígena, migrante, pobre, en un mundo de degradación material, donde en él se intersectan múltiples opresiones (de classe/género/raza/etnia), corre el riesgo de ser capturado y devorado por las reglas de la cofradía masculina [...]

De acordo com Assis (2007) e Pinheiro *et al.* (2020), de maneira geral, os estudos migratórios tendem a reduzir a figura do migrante ao trabalhador masculino e heterossexual que sai do seu local de origem em busca de melhores oportunidades de vida. Com isso, consolida-se a ideia do migrante enquanto substantivo

masculino e cisheteronormativo, invisibilizando-se mulheres e pessoas das mais diversas identidades de gênero. Ao tirarmos das sombras os variados sujeitos que protagonizam as migrações internacionais, torna-se possível compreender as diferentes motivações para o deslocamento, possíveis violências e discriminações sofridas durante o processo migratório e as possibilidades/dificuldades de inserção na sociedade de destino.

No que se refere às motivações, a questão de gênero emerge como um fator importante para o deslocamento desejado e/ou forçado de mulheres e de pessoas LGBTQI+. Perseguições, violências e discriminações empurram esses grupos para a condição de migrantes e, sobretudo, de refugiados, que pode ser definido como “[...] pessoas que deixaram seus países de origem em virtude de conflitos armados, de violações de direitos humanos e de outras situações de violência, buscando a proteção em outro Estado.” (JUNGER *et al.*, 2022, p. 6).

Exemplo recente relacionado às mulheres é a tomada de poder, em agosto de 2021, por parte do Talebã no Afeganistão e o resultante êxodo de refugiados. Dentre inúmeras violações de direitos humanos, o grupo fundamentalista islâmico (que já esteve no poder entre 1996 e 2001) restringe direitos das mulheres e impõe severas restrições a esse grupo social. Temendo essa situação, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) calcula que do contingente total de refugiados afegãos, 80% são mulheres e crianças. Portanto, a violência de gênero contra as mulheres é uma motivação contundente para deslocamentos forçados e migrações internacionais.

Ainda sobre as motivações ligadas à questão de gênero, temos os indivíduos que são forçados a se deslocarem e se refugiarem em virtude da identidade de gênero, conforme indica Pinheiro *et al.* (2020, p. 234):

Com isso, exemplifica-se a motivação da migração dos LGBTTI e por que estes se deslocaram do lugar no qual construíram sua identidade e suas noções de mundo para novos ambientes, em busca de sobrevivência e motivados pela vontade de poderem ser quem quiserem ser. A agressão sofrida atenta contra a vida – o bem maior que o Estado deveria proteger – mas, em alguns casos, o próprio Estado, com base em um conjunto de crenças e valores (como a liberdade sexual como pecaminosa ou criminosa), utiliza sua força e poder contra os LGBTTI.

Embora a Convenção relativa ao estatuto dos refugiados tenha sido promulgada em 1951, apenas em 2012 o ACNUR definiu diretrizes para as situações de refúgio desse grupo. A vulnerabilidade da população LGBTQI+ também se revela em dados e, sobretudo, na ausência desses. De acordo com Pinheiro *et al.* (2020), cerca de 72 países criminalizam a existência de relações homoafetivas ou a transição de gênero. Do montante de 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), somente 37 países tentam conceder asilo para os reque-

rentes, o que expressa a dificuldade dos refugiados LGBTTQI+ em conseguir um destino seguro para reconstruírem suas vidas.

A ausência de dados revela a persistência da invisibilização desse grupo nos processos migratórios e de refúgio. De acordo com o relatório Refúgio em Números (2022), o Brasil recebeu 297.712 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no período de 2011-2021. Desse total, calcula-se 46,3% são de mulheres e o restante de homens, o que não nos permite saber sobre a identidade de gênero ou a orientação sexual. Aliado a isso, ao listarem as motivações para as solicitações, não consta perseguições em virtude de identidade de gênero ou de violência de gênero. Portanto, percebemos que os dados sobre refugiados no Brasil ainda silenciam sobre esse aspecto, que se mostra expressivo em termos de motivações de mulheres e da população LGBTTQI+.

No que se refere às possíveis violências e discriminações sofridas durante o processo migratório e as possibilidades/dificuldades de inserção na sociedade de destino, é perceptível a intersecção gênero e colonialidade. Conforme destacado acima, 46,3% das solicitações de refúgio às autoridades brasileiras são de mulheres; no que se refere às migrações internacionais, de acordo com o OBMigra (CAVALCANTI *et al.*, 2021), no período de 2011 a 2020, 30,83% do contingente total de imigrantes eram de mulheres. Portanto, existe expressividade no deslocamento feminino até o Brasil.

Ao analisarmos os dados do OBMigra (CAVALCANTI *et al.*, 2021), é importante utilizar a perspectiva decolonial como uma ferramenta analítica. De acordo com o relatório, no período de 2011-2020, do contingente total de imigrantes (971.806), quase 80% são pessoas provenientes de países do Sul Global, ou seja, sociedades que, tais quais o Brasil, sofreram intrusões coloniais no passado e que ainda sofrem as consequências da colonialidade do poder (guerras civis, escassez de alimentos e de recursos ambientais, fome e miséria, desigualdades sociais etc.). Esse aspecto também é ressaltado pelos autores do relatório:

A presença de imigrantes e refugiados no País cresceu de forma exponencial ao longo dessa série histórica. De acordo com os dados e informações discutidos neste documento, durante o período 2011-2020, constata-se a consolidação do Brasil como País destino, marcado pela pluralidade de nacionalidades de imigrantes e refugiados. Um elemento singular da década foi a chegada dos chamados novos fluxos migratórios no Brasil, primeiramente procedentes de diferentes regiões do Sul Global e, nos últimos anos, com a consolidação dos imigrantes latino-americanos, liderados por haitianos e venezuelanos, que compõem as principais nacionalidades em termos numéricos no País. (CAVALCANTI *et al.*, 2021, p. 6)

No que se refere aos refugiados, o relatório Refúgio em números (2022) aponta que as solicitações de refúgio no período de 2011 a 2021 são inteiramente

provenientes de pessoas advindas de países do Sul Global, majoritariamente de venezuelanos e haitianos. Portanto, os debates sobre migrações internacionais no Brasil não podem desconsiderar o fato de que estamos situados no Sul Global e somos um polo atrativo para pessoas advindas de outros países no Sul Global. No entanto, essa constatação não impede as múltiplas violências contra imigrantes na sociedade brasileira, como o caso representativo do refugiado congolês Moïse Kabagambe, brutalmente assassinado no Rio de Janeiro, em janeiro de 2022.

A partir desse caso emblemático, é possível afirmar que a hierarquização racial estabelecida pela lógica colonial firmou no Brasil práticas e discursos preconceituosos que discriminam e violam os corpos racializados, que segundo Bidaseca (2010) são aqueles que são vistos e lidos sob a ótica da classificação racial imposta pelo colonizador e pelo eurocentrismo; corpos considerados não-brancos de acordo com os critérios eurocentrados, classificados a partir da lógica colonial e alvo dos mais diversos poderes, práticas e discursos normatizadores e estigmatizantes. Nesse sentido, as populações pertencentes aos países do Sul Global são vistas como racializadas e, muito embora, o Brasil ocupe esse espaço geopolítico, a sociedade brasileira acaba por reproduzir essa lógica perversa, discriminando e violando os direitos de imigrantes e refugiados.

A colonialidade também se revela na questão de inserção de pessoas imigrantes no mercado de trabalho. De acordo com OBMigra (2021), majoritariamente, os imigrantes se inserem no mercado formal de trabalho em serviços de vendas, comércio e mercados, produção de bens e serviços industriais, sendo que nos últimos anos a média salarial decresceu. Ainda de acordo com o relatório, no período de 2011-2021, 72% dos imigrantes registrados tinham cadastro no CadÚnico (2021), que é a ferramenta de identificação dos beneficiários de baixa renda de programas do Governo Federal. Ao cruzarmos com os dados que indicam a origem desses imigrantes, é possível afirmar que praticamente a totalidade de imigrantes em situação de vulnerabilidade e dependentes de programas sociais são provenientes de países do Sul Global. A disparidade salarial em virtude do país de origem também é apontada no relatório:

Fazendo a análise sobre os rendimentos durante a década passada (2011-2020), os cinco maiores foram para os homens dos países do Norte Global, dentre eles, Noruega, Suécia, Austrália, França e Holanda. Entre as mulheres foram as norueguesas, australianas, francesas, holandesas e suecas, que ficaram com os cinco maiores rendimentos. Entretanto, notamos que a soma dos dez maiores rendimentos entre as mulheres, em média, ficou sendo a metade dos rendimentos dos homens, ou seja, mesmo quando provenientes dos países do Norte Global, as mulheres recebem menos que os homens daquelas mesmas regiões. Outro ponto de destaque, é que não há nenhum país da América do Sul e do Caribe entre os dez países com trabalhadores com os dez maiores rendimentos. (CAVALCANTI *et al.*, 2021, p. 179)

Fica perceptível que o mercado de trabalho brasileiro está organizado a partir da lógica da colonialidade, reservando os melhores cargos e remunerando melhor aqueles e aquelas que pertencem às sociedades eurocentradas. Da citação, é possível projetarmos uma pirâmide salarial de imigrantes, sendo que no topo estão os homens dos países do Norte Global, seguido pelas mulheres dessas localidades; abaixo, na base da pirâmide, os homens dos países do Sul Global, seguido pelas mulheres dessas localidades.

Atuando de maneira complementar, é perceptível que mercado de trabalho brasileiro também se organiza a partir da lógica patriarcal, que determina um lugar social de inferioridade e subordinação às mulheres. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que no Brasil, mulheres ganham 20% a menos que os homens, mesmo em ocupações similares e com mesmo grau de escolaridade (2022).

No entanto, a lógica patriarcal não se restringe ao contexto de trabalho, o que fica explícito nos registros cotidianos de violências contra as mulheres. De acordo o Cronômetro da violência da Agência Patrícia Galvão (2022), três mulheres são vítimas de feminicídio a cada dia; 30 mulheres sofrem agressão física por hora; 01 mulher é estuprada a cada 10 minutos; a taxa de assassinato de mulheres negras cresceu 54%. Portanto, a intersecção colonialidade/gênero/imigração impõe às mulheres imigrantes e refugiadas múltiplas vulnerabilidades, fazendo com que estejam mais expostas a violências e discriminações, expressando o que teóricas feministas decoloniais denominam de colonialidade de gênero: violências e invisibilizações impostas às mulheres das sociedades que sofreram intrusões coloniais, visto que as desigualdades se acentuam em relação às mulheres colonizadas e racializadas, percebidas como o subalterno do subalterno.

Os dados dos relatórios sobre migração internacional e refúgio aqui citados nos permitem tecer considerações importantes sobre a condição e as vulnerabilidades das mulheres imigrantes e refugiadas. No entanto, esses relatórios silenciam sobre a população LGBTTQI+, demonstrando a invisibilização sofrida por esse grupo nos processos migratórios.

De acordo com mapeamento realizado pelo ACNUR Brasil (2022), ainda persiste a inexistência de dados sobre o percentual de imigrantes e refugiados LGBTTQI+ no Brasil, revelando que esse segmento ocupa um não-lugar, ou seja, existem, sofrem preconceitos e violências, mas não são identificados, impedindo a elaboração de políticas públicas de atenção e dificultando que essas pessoas acessem serviços e medidas protetivas. Fica perceptível a ausência da intersecção entre as políticas de atenção à população LGBTTQI+ e as políticas de atenção às

pessoas imigrantes e refugiadas, o que faz com que pessoas pertencentes a esses dois grupos permaneçam invisíveis, desassistidas e vulnerabilizadas.

Além de todas as questões expostas acima acerca de imigração e colonialidade, o Brasil está no topo do *ranking* de países onde mais se registram crimes violentos contra a população LGBTTTQI+. De acordo com relatório elaborado pelo Grupo Gay da Bahia (2022), no ano de 2021 foram registradas 300 mortes violentas de pessoas LGBTTTQI+, sendo 276 homicídios e 24 suicídios. Portanto, tal qual as mulheres imigrantes e refugiadas, impõe-se a esse segmento múltiplas vulnerabilidades por estarem na condição de imigrante ou refugiado, racializado e ser LGBTTTQI+.

Considerações finais

As migrações internacionais na contemporaneidade apresentam-se enquanto um fenômeno complexo e multifacetado, que demanda do pesquisador e da pesquisadora um olhar transdisciplinar, de maneira a considerar todas as intersecções que atravessam essa ocorrência e as especificidades de todos os sujeitos envolvidos nessa forma de deslocamento humano. Portanto, é necessário se utilizar de todas as ferramentas teóricas disponíveis para escapar das armadilhas da homogeneização da figura do imigrante/refugiado e garantir uma compreensão complexa das migrações internacionais.

No presente artigo, propomos uma reflexão acerca das contribuições dos estudos de gênero e da perspectiva decolonial para os debates sobre migrações internacionais como estratégia para visibilizar e compreender as especificidades da migração/refúgio para mulheres e para a população LGBTTTQI+, além de situar o Brasil como uma localidade atravessada pela colonialidade, o que impacta diretamente a vida de imigrantes e refugiados.

No entanto, mais do que conclusões, o presente artigo tem como objetivo destacar lacunas no campo das migrações internacionais, que podem e devem ser aprofundadas em pesquisas, assim como transformadas em ações efetivas pelos órgãos responsáveis pelo atendimento de imigrantes e refugiados no Brasil, de maneira a garantir a atenção integral das pessoas que se encontram vulnerabilizadas pelos deslocamentos internacionais e em busca de formas de reconstruírem suas vidas.

O Brasil se consolidou nos últimos anos como um importante polo atrativo para imigrantes e refugiados de outros países do Sul Global. No entanto, o que se percebe a partir de estatísticas e relatos, é o agravamento de violências e discriminações contra pessoas racializadas que chegam ao país, em virtude da

permanência da hierarquização racial estabelecida pela lógica colonial e a negação por parte da sociedade brasileira de que, tal qual as pessoas que buscam refúgio no país, somos resultado de um passado colonial e de um presente marcado pela colonialidade. Portanto, para garantir a segurança e o bem-estar de imigrantes e refugiados advindos de outros países do Sul Global, o Brasil precisa reconhecer a nossa localização nesse espaço geopolítico e buscar superar as práticas e os discursos coloniais que ainda permanecem em nosso imaginário social.

Arelado a isso, a perspectiva decolonial nos permite lançar luz sobre os dados e as estatísticas de migrações internacionais no Brasil, visibilizando violências e discriminações que vitimam pessoas advindas de outros países do Sul Global. Além disso, é fundamental adotarmos nossos próprios conceitos e nossas próprias teorias para compreendermos a complexidade e a especificidade dos fenômenos sociais que se desenrolam na nossa realidade social. Portanto, a intersecção colonialidade/migração nos permite garantir uma abordagem potente para analisar as migrações internacionais no Brasil.

Acerca da questão de gênero, destacamos a importância de dados detalhados acerca das mulheres e da população LGBTTQI+, sobretudo desse último grupo, que ainda permanece invisibilizado nos relatórios oficiais sobre imigração e refúgio. Destacamos a necessidade de adotar a intersecção gênero/migrações como forma de compreender as dinâmicas sociais que impulsionam mulheres e pessoas LGBTTQI+ a saírem de seus países e buscarem reconstruírem suas vidas no Brasil para, dessa forma, compreender a complexidade que envolve o deslocamento internacional desses dois grupos. Aliado a isso, dados completos permitem garantir a formulação de políticas públicas migratórias com foco na questão de gênero e nas múltiplas desigualdades e violências que emanam dessas questões.

Referências

ACNUR BRASIL. **Mapas de Redes Comunitárias e de Serviços para Pessoas Refugiadas e Migrantes LBG TQI+**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p8CkoUemwIM>. Acesso em: 05 jul. 2022.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Cronômetro da violência**. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/>. Acesso em: 05 jul. 2022.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 745- 772, set./dez. 2007.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, mai./ago. 2013.

BIDASECA, Karina. Fuga contra violencia sexual, potlach y derechos humanos. Ensayo sobre la moneda y el exilio del mundo. **Revista Sociedad**, Buenos Aires, 35-36, p. 15-33, 2016.

BIDASECA, Karina. **Perturbando el texto colonial: los estúdios (pos)coloniales en América Latina**. Buenos Aires: SB, 2010.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

CONGRESSO EM FOCO. Brasil é o país com maior número de pessoas LGBT+ assassinadas. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/brasil-e-o-pais-com-maior-numero-de-pessoas-lgbt-assassinadas/>. Acesso em: 05 jul. 2022.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da Sociologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

G1. **Mulheres ganham em média 20,5% menos que homens no Brasil**. Disponível: <https://g1.globo.com/dia-das-mulheres/noticia/2022/03/08/mulheres-ganham-em-media-205percent-menos-que-homens-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 05 jul. 2022.

JUNGER, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; SILVA, Bianca G. **Refúgio em Números**. 7. ed. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.) **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 357-377.

PAREDES, Julieta. **Para descolonizar el feminismo**. La Paz: Feminismo Comunitario Abya Yala, 2020.

PAREDES, Julieta. **Hilando Fino**. Desde el feminismo comunitario. La Paz: Comunidad Mujeres Creando Comunidad, 2010.

PINHEIRO, João Marcos; LOBO, Jonnatan; JUNQUEIRA, Karina. Refugiados LGBTTI: o papel da ONU e a invisibilização dos LGBTTI sob o conceito de Refugiado. **Periódicus**, Salvador, n. 12, v.1, p. 223-244, nov. 2019/abr. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 73-117.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero – Poder e Impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n.02, p. 71-99, 1995.

SEGATO, Rita. Gênero e colonialidade: do patriarcado comunitário de baixa intensidade ao patriarcado colonial-moderno de alta intensidade. In: SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. p. 85-120.

SILVA, Vivian da Veiga. Dialogando com as línguas selvagens: contribuições de Gloria Anzaldúa para pensar o feminismo decolonial. **Revista Ártemis**, v. XXXI, n. 1, p. 336-353, jan./jun. 2021.

CRUZANDO FRONTEIRAS EM BUSCA DA FORMAÇÃO MÉDICA

Cruzando Fronteras en Busca de Formación Médica

Maria Aparecida Webber*

Resumo: A mobilidade na fronteira Brasil–Paraguai (Foz do Iguazu e *Ciudad del Este*) é um fenômeno observado por moradores locais, turistas, pesquisadores e pesquisadoras. Esse contexto fronteiriço tão singular foi tema de inúmeros trabalhos acadêmicos, sobretudo centrados nos tópicos relacionados ao comércio, contrabando e descaminho. Entretanto, outros fluxos vêm ganhando espaço no *cruce* cotidiano da Ponte da Amizade, com milhares de brasileiros e brasileiras buscando no Paraguai a formação superior em medicina nas instituições de ensino superior privadas. O presente trabalho contextualiza essa fronteira tão singular e apresenta o cenário da educação superior em medicina atual na região.

Palavras-chave: Fronteira; Educação Superior; Medicina.

Resumen: La movilidad en la frontera Brasil-Paraguay (Foz de Iguazú y Ciudad del Este) es un fenómeno observado por personas locales, turistas, investigadores e investigadoras. Este singular contexto fronterizo ha sido objeto de numerosos trabajos académicos, principalmente enfocados en temas relacionados con el comercio, contrabando y desfalco. Sin embargo, otros flujos han ido ganando terreno en el nudo cotidiano del Puente de la Amistad, con miles de brasileños que buscan la educación superior en medicina en Paraguay en instituciones educativas de grado privadas. El presente trabajo contextualiza esta frontera única y presenta el escenario actual de la educación superior en medicina en la región.

Palabras-clave: Frontera; Educación Superior; Medicina.

Introdução

Estudar as fronteiras requer um constante aprimorar do olhar de pesquisadora, a fim de apreender suas dinâmicas e mudanças. Em 2016, recém-ingressante no Mestrado em Antropologia da UFPR, minhas intenções de pesquisa sobre a fronteira estavam ligadas às relações entre brasileiros e paraguaios, em como a fronteira figurava na construção dessas relações entre diferentes nacionais. Ao iniciar as incursões pré-campo, para melhor definição dos caminhos etnográficos a serem tomados, deparei-me com um movimento novo: um fluxo em direção ao Paraguai pela formação superior em Medicina.

Na fila do mercado, nos comércios, no transporte coletivo, na mesa ao lado no restaurante, na conversa com os vizinhos - o assunto era o volume de brasileiros que chegavam para se tornar estudantes de Medicina. Entendi nesse momento, a importância de estar nessa fronteira, de ouvi-la. Desde então, acompanho presencial e virtualmente

* Doutoranda do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Servidora TAE na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: webber.cidamaria@hotmail.com.

os inúmeros desdobramentos que esse fenômeno infere, trazendo à reflexão acadêmica a realidade experienciada por esses grupos e também por mim, enquanto moradora da fronteira e pesquisadora.

É notável ressaltar que os anos de 2020 e 2021 foram especialmente desafiadores para a pesquisa, em razão das questões sanitárias decorrentes da Pandemia de Covid-19. Diferentes protocolos foram adotados ao longo do tempo e, por 7 meses, tivemos inclusive o fechamento total da Ponte da Amizade, que liga Brasil e Paraguai sobre o rio Paraná. O bloqueio da fronteira paraguaia foi decretado em 18/03/2020, pelo presidente do Paraguai Mario Abdo Benítez, e sua reabertura foi acordada bilateralmente em 15/10/2022. Como pontuam Mascarenhas & Klauck (2021), o fechamento da ponte é um fato recorrente com cunho de manifestação e organização de algum segmento da população, porém, com características de menor tempo de duração dos bloqueios e produto de uma demanda específica de negociação, em geral entre Estado e manifestantes.

No ano de 2020, a decisão de bloqueio total estendeu-se por um período nunca antes visto, na tentativa de conter a disseminação do coronavírus e reduzir o fluxo de pessoas transitando entre os dois países. Na época, observamos por um lado um grande movimento de brasileiros deixando o Paraguai, sobretudo nessa região, os estudantes das

faculdades de Medicina que retornavam às suas casas no Brasil; por outro lado um grande volume de paraguaios que, vindos de São Paulo e de outros centros urbanos, buscavam entrar de volta no país e regressar às suas famílias no Paraguai. Neste contexto inédito e extremamente tenso, Silva & Dorfman (2020) ressaltam a discordância dos atores locais mediante o tipo de medida restritiva de controle adotada na mobilidade dessa fronteira.

Durante esse período de fronteiras fechadas, e depois, até a vacinação da maior parte da população e o decréscimo dos números de casos de Covid-19, as faculdades privadas paraguaias pesquisadas adotaram o ensino remoto ou híbrido como estratégia educacional de continuidade das atividades. As turmas de períodos iniciais, com maior carga horária teórica, mantiveram as aulas totalmente em ambiente virtual; já turmas de semestres mais avançados do curso, adotaram escalonamento ou esquema rotativo no sistema híbrido de aprendizagem (parte presencial e parte remoto), para cumprimento de carga horária em laboratórios e hospitais.

O fato extraordinário do fechamento das fronteiras, juntamente com a crise sanitária que se desdobrou em dificuldades financeiras e perdas familiares, parece a princípio causar somente dificuldades e evasão. Contudo, constatei junto aos estudantes uma facilitação de acesso a novos alunos que se encontravam fisicamente distante dessa fronteira, e que cursaram os primeiros semestres desde suas cidades de origem (no Brasil), para somente agora em 2022, com a retomada das aulas majoritariamente presenciais, deslocarem-se e de fato, migrarem a essa região fronteiriça para continuidade do curso de medicina.

Dentre as estudantes e os estudantes que hoje residem nessa fronteira e se dedicam ao estudo superior em medicina no Paraguai, há uma diversidade de perfis, faixa etária, nível escolar, condição socioeconômica. Esse grande volume e variedade estão conectados a uma grande oferta de vagas em diferentes faculdades privadas. Neste trabalho, busco compartilhar alguns apontamentos sobre esse espaço fronteiriço tão singular, bem como apresentar dados relevantes sobre as Instituições de ensino privadas que disponibilizam vagas para o curso superior em medicina na região.

Contexto fronteiriço: as três fronteiras AR-BR-PY

Longe do mar, mas cercada de potentes rios, a região das três fronteiras está localizada em uma área de rica vegetação e diversidade biológica, sendo casa do Parque Nacional do Iguaçu. Comporta ainda, a maior hidrelétrica em geração de energia do Mundo, a ITAIPU Binacional; e serve de destino turístico a milhões de pessoas anualmente.

Figura 1 - Mapa amplo: localização da região das três fronteiras (AR-BR-PY)



Fonte: Google Maps. Consulta em: 12 jul. 2022.

A Oeste do Brasil, no Estado do Paraná, a cidade de Foz do Iguaçu comporta a margem brasileira dessa fronteira. Com uma população estimada em 257.971¹ pessoas, a cidade é conhecida pelos atrativos turísticos, alguns já citados, mas também vem se tornando referência como polo educacional. Possui uma Universidade Federal, a UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-americana); uma Universidade Estadual, a UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná); um Instituto Federal de Educação, o IFPR; além de várias faculdades

¹ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/foz-do-iguacu/panorama>. Consulta em: 14 jul. 2022.

privadas. É residência, portanto, de um grande público estudantil local, vindos de diferentes cidades e países, que se soma ainda aos brasileiros e brasileiras que estudam do outro lado da fronteira e vivem em Foz do Iguazu.

A leste do Paraguai está Ciudad del Este (CDE), antes chamada de Puerto Presidente Strossner, e antes ainda chamada de Puerto Flor de Lis. Presenciou as diferentes etapas do desenvolvimento econômico paraguaio, e é considerada uma importante porta de entrada nos fluxos migratórios Brasil – Paraguai. Segundo informações do site oficial do Departamento (equivalente a unidade federativa estado no Brasil) de Alto Paraná:

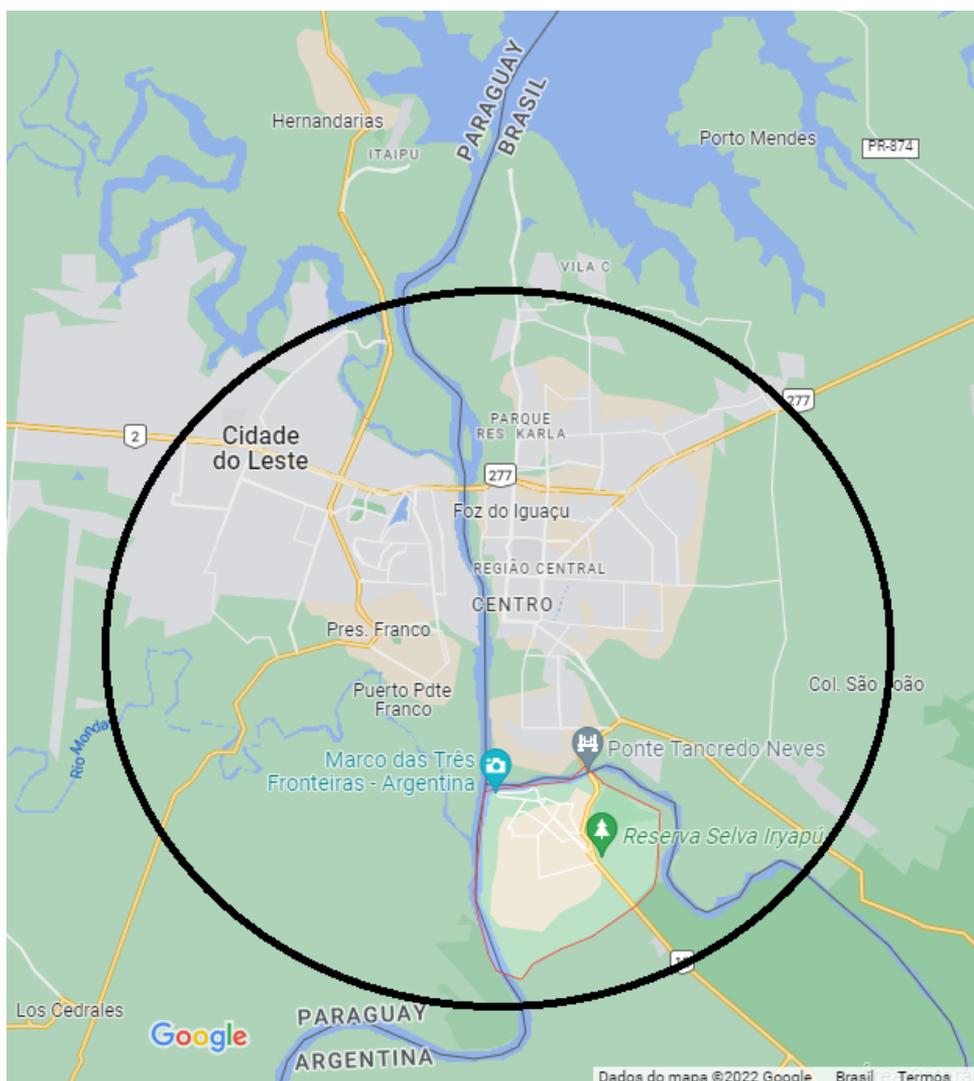
Por su población y por su desarrollo económico, es la segunda ciudad más importante del Paraguay, contando con 312 652 habitantes, y su área metropolitana con más de 800 000 habitantes (si se incluye la ciudad de Foz de Iguazú) y superior a 500 000 habitantes si se habla sólo dentro del departamento². (PY, 2022)

Na região nordeste Argentina, Puerto Iguazú figura como uma das mais importantes cidades da Província (unidade federativa equivalente ao estado, no Brasil) de Misiones, cuja capital é Posadas. Com uma população estimada em 74 mil habitantes, pelos dados do Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC) de 2010, é a menor cidade das três fronteiras. Apesar de um histórico importante do fluxo de estudantes brasileiros que buscam a formação médica na Argentina, principalmente a partir da primeira década dos anos 2000, essa presença ocorre na capital Buenos Aires, nas cidades de La Plata, Cordoba, Rosario, entre outras; porém não em Puerto Iguazú.

A dinâmica e sistema de funcionamento do ensino superior na Argentina são diferentes do Paraguai e Brasil, com características específicas de ensino. Apesar de existirem faculdades privadas, a grande busca por parte dos brasileiros é no acesso às IES públicas localizadas nas cidades citadas. A cidade argentina de Puerto Iguazú, portanto, não figura diretamente como ator nesse cenário educacional fronteiriço por não oferecer o curso, porém certamente contribui no contexto ampliado das possibilidades e características regionais das três fronteiras. Além de ser um acesso terrestre às cidades universitárias argentinas, há um fluxo cotidiano à cidade. Os deslocamentos para Puerto Iguazú têm “caráter festivo” (SILVA, 2013, p. 12), para utilização da rede de serviços – restaurantes e bares, e compra de artigos importados – como vinhos, roupas, apesar do rígido controle de fronteira, havendo parada e identificação obrigatória tanto na entrada quanto na saída do país.

² Site do Departamento de Alto Paraná. Disponível em: <http://www.altoparana.gov.py/v0/index.php/ciudad-del-este>. Consulta em: 14 jul 2022.

Figura 2 - Região das três fronteiras (AR-BR-PY)



Fonte: Google Maps. Consulta em: 12 jul. 2022.

Afunilando geograficamente o olhar à região das três fronteiras, percebemos uma composição mista entre fronteiras terrestres e fluviais. Temos duas pontes figurando como importantes caminhos de integração entre os países. A Ponte Internacional da Amizade, inaugurada em 1965, liga Foz do Iguaçu (BR) a Ciudad del Este (PY) sobre o rio Paraná; já a Ponte Internacional da Fraternidade (também chamada de Ponte Tancredo Neves), une os municípios de Foz do Iguaçu (BR) e Puerto Iguazú (AR), sobre o rio Iguazu. Argentina e Paraguai estão conectados também por terra, porém o trânsito principal entre os países se dá também pelas pontes, passando por Foz do Iguaçu.

Muitas pesquisas já tomaram a região como *locus* de análise, porém ainda há muito a ser problematizado e estudado no campo de estudo de fronteiras, principalmente nas relações entre países latino-americanos. Segundo Albuquerque (2010)

Faltam estudos que analisem as relações de poder e as diferenças econômicas, políticas e culturais entre as nações da América Latina. Novos trabalhos sobre imigrações fronteiriças podem se constituir num caminho profícuo de reflexão sobre o Brasil e sua tensa relação com os países vizinhos. (Ibid, p. 244)

O cenário estudantil dessa fronteira, pois, configura-se como um universo complexo e extremamente frutífero de pesquisa para diversas áreas do conhecimento. Os reflexos da migração em direção a essa fronteira, na busca pelo acesso à formação superior em Medicina no Paraguai, são sentidos em seus aspectos econômicos e sociais.

O valor dos aluguéis passou por um aumento significativo nos últimos anos, tanto em Foz do Iguaçu quanto em CDE. A oferta de serviços, produtos, aumentou consideravelmente para atender a esse público. Junto com esse movimento, ou gerando esse movimento, há uma grande oferta de vagas e abertura de novas instituições de ensino superior privadas com oferta de medicina na região, que será tratado com maior detalhamento na sequência do texto.

Instituições privadas de medicina – CDE PY

De acordo com dados coletados ao longo da pesquisa de campo, desde 2014 nota-se um aumento expressivo do fluxo de estudantes na região, majoritariamente em busca da formação médica. Também há oferta de outros cursos superiores, em nível de graduação e pós-graduação, porém com menor expressividade numérica. No primeiro semestre do ano de 2017, contabilizei por meio de dados de campo quase 8 mil estudantes, sendo a maioria brasileiros (WEBBER, 2018).

Segundo fontes jornalísticas, em 2019 (período pré-pandemia) existiriam entre 15 e 20 mil estudantes brasileiros matriculados em cursos de Medicina no Paraguai, somente nesta fronteira³. É importante destacar que outras localidades, como a fronteira Pedro Juan Caballero (PY)/Ponta Porã (MS), a capital Asunción, e outras cidades paraguaias, são destinos educacionais semelhantes. Não foi possível, até o momento, ter acesso a nenhum relatório específico expedido pelas instâncias de controle migratório ou órgãos de controle da educação superior, que de fato precisassem o número de estudantes brasileiros matriculados no curso de Medicina em 2022 ou em anos anteriores.

³ Jornal La Clave: <https://www.laclave.com.py/2019/11/14/piden-convertir-a-cde-en-ciudad-universitaria-por-la-gran-cantidad-de-estudiantes-brasilenos/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

As evidências, contudo, demonstram o grande volume e o aumento exponencial dessa presença. No ano de 2017, eram 5 Universidades privadas com oferta do curso de medicina na região fronteira de Ciudad del Este (considerando também a cidade de Presidente Franco e Hernandarias). Em 2022, são 10 instituições de educação superior (IES) que ofertam o curso, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – IES Privadas PY que ofertam Medicina na fronteira CDE - FOZ

NOME DA IES	SIGLA	LOCALIZAÇÃO
Universidad Autónoma del Sur	UNASUR	Ciudad del Este – KM 4
Universidad Católica Nuestra Señora de Asunción	USCA	Campus Alto Paraná - Sede Hernandarias
Universidad Central del Paraguay	UCP	Ciudad del Este - Sede II
Universidad Internacional Tres Fronteras	UNINTER	Sede Ciudad del Este
Universidad de la Integración de las Américas	UNIDA	Sede Ciudad del Este
Universidad Maria Serrana	MARIA SERRANA	Sede Ciudad del Este
Universidad Politécnica y artística del PY	UPAP	Sede Ciudad del Este
Universidad Privada del Este	UPE CDE	Sede Ciudad del Este
Universidad Privada del Este	UPE FRANCO	Sede Presidente Franco
Universidad del Sol	UNADES	Ciudad del Este

Fonte: Elaboração da Autora, 2022.

Várias dessas universidades possuem sede em mais de uma cidade, e algumas tem vocação exclusiva para Medicina. A infraestrutura dessas IES busca atender aos requisitos dos órgãos regulatórios, como o *Consejo Nacional de Educación Superior* - CONES⁴ e da *Agencia Nacional de Evaluacion y Acreditacion* – ANEAS⁵, para aprovação do curso e certificação dos selos de qualidade.

Apesar da existência de normativas federais dos órgãos regulatórios paraguaios, cabe destacar que nem todas as instituições de ensino elencadas encontram-se regulares, com todos os cursos aprovados e certificados pelo sistema de acreditação nacional ou regional (Arcu-Sul).

⁴ Site oficial CONES: <http://www.cones.gov.py/>.

⁵ Site oficial ANEAS: <http://www.aneaes.gov.py/>.

Imagem 1 – Sede de universidade em CDE(PY)



Fonte: Arquivo de campo da autora, 2022.

Algumas universidades possuem convênios com hospitais e consultórios locais para a residência médica dos alunos, e outras ainda contam com estruturas próprias de atendimento, como hospitais universitários e clínicas.

Uma das universidades visitadas possui uma clínica médica em um bairro periférico de Ciudad del Este (PY). Os estudantes fazem o período de rotação nas especialidades médicas (Ginecologia, Pediatria, Emergência, entre outras), com supervisão de equipe médica habilitada, e acompanham os procedimentos e consultas no local. O atendimento é gratuito e funciona com agendamento. Dependendo da especificidade e gravidade do atendimento, os estudantes também interagem diretamente com os pacientes. Segundo relatos da comunidade atendida, a clínica supre uma defasagem nos sistemas públicos de saúde ofertados na região.

Imagem 2 - Clínica Médica Universitária no bairro Remansito – CDE(PY)



Fonte: Arquivo de campo da autora, 2022.

Duas outras instituições de ensino possuem prédios em construção que serão destinados a hospitais universitários. Segundo informações das IES, as estruturas contarão com diversas salas de atendimento, ampliando a complexidade e quantidade de atendimentos realizados pelos estudantes e equipe médica. Outras IES também divulgam projetos de construção de futuros hospitais próprios.

Imagem 3 – Hospital Escuela em construção CDE (PY)



Fonte: Arquivo de campo da autora, 2022.

Além das instituições de ensino privadas, a região ainda conta com a presença de duas Instituições Públicas de Ensino Superior que ofertam Medicina (UNE – PY e UNILA – BR). A UNE⁶ (Universidad Nacional del Este) está localizada na cidade paraguaia de Minga Guazú, um pouco mais distante da faixa de fronteira (KM 16), e oferta uma pequena porcentagem anual de vagas aos brasileiros, por meio de acordos bilaterais (WEBBER; SILVA, 2022). Em Foz do Iguaçu, no Brasil, há 11 anos existe a Universidade Federal da Integração Latino Americana – UNILA, com oferta de 29 cursos de graduação regulares, dentre eles o curso de Medicina⁷ desde o ano de 2014. A UNILA possui um alto nível de internacionalização de seu público estudantil, com processo seletivo nacional, de entrada para brasileiros, e processo seletivo internacional, para vagas destinadas a outros latino-americanos, incluindo paraguaios.

⁶ UNE Medicina: <http://www.une.edu.py/web/index.php/carreras/356-medicina>.

⁷ UNILA Medicina: <https://portal.unila.edu.br/graduacao/medicina>.

Considerações finais

As motivações para o deslocamento humano podem estar atreladas a uma série de fatores, em geral visando uma melhoria da condição de vida (às vezes inclusive a sobrevivência) e realização de projetos pessoais. O que observamos nessa fronteira é uma estreita relação entre os projetos educacionais dos dois países e o estabelecimento de um fluxo migratório para acesso a esses espaços, com duração de permanência finita, ou seja, enquanto durar o processo educacional (concluído ou não).

A própria condição de fronteira é resignificada no movimento diário dessas travessias. Como aponta Albuquerque, “as fronteiras nacionais são lugares de controle e de travessia, lugares de movimento de pessoas que cruzam os limites territoriais e configuram outras fronteiras” (2010, p. 34).

Os dados aqui apresentados são uma pequena parte do complexo universo contextual de pesquisa, que segue agora em sua finalização em nível de Doutorado. A cada reflexão e a cada trabalho, vão sendo amadurecidos os interrogantes da tese, em diálogo com o trabalho de campo junto aos espaços de interação e vivência desses estudantes. O elevado número de instituições de ensino privadas, que ofertam o curso de medicina nessa fronteira, aponta para a relevância do tema e a importância da continuidade de investigação deste tão singular espaço fronteiriço.

Referências

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A dinâmica das fronteiras: Os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.

MASCARENHAS, M. C.; KLAUCK, S. COVID 19 e o fechamento da Ponte Internacional da Amizade. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [S. l.], v. 6, n. 3, 2021. DOI: 10.23899/relacult.v6i3.2030.

SILVA, Regina Coeli Machado. Vidas, nações e Estados se fazendo nas Fronteiras entre Brasil, Paraguai, Argentina. Ideação – **Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde da UNIOESTE**, Campus Foz do Iguaçu, v. 15, n. 2, p. 10-32, 2013.

SILVA, Regina Coeli Machado; DORFMAN, Adriana. “Border Control (Brazil, Paraguay, Argentina) and Local Inventiveness in Times of COVID-19”. **Borders in Globalization Review**, v. 2, n. 1, Fall/Winter, 2020.

WEBBER, Maria Aparecida. **Estudantes brasileiros de Medicina em Presidente Franco (PY): motivações e tensões de um fluxo universitário transfronteiriço**. 2018. Dissertação (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 2018.

WEBBER, Maria Aparecida; SILVA, Regina Coeli Machado. Entre pontes e livros: Educação superior em medicina na fronteira Brasil-Paraguai. In: CARDIN, Eric Gustavo; ALBUQUERQUE, Lindomar C. (orgs.). **Fronteiras, deslocamentos e suas dinâmicas sociais**. Uberlândia: EDUFU, 2022.

LITERATURA INFANTIL NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: PEQUENOS LEITORES FRONTEIRIÇOS

Literatura Infantil en la Frontera Brasil-Bolivia: Pequeños Lectores Fronterizos

Tarissa Marques Rodrigues dos Santos*

Resumo: Este artigo é um relato das atividades práticas de literatura infantil, em uma Escola de Educação Integral Rural situada no Assentamento Tamarineiro I, em Corumbá-MS, na fronteira Brasil-Bolívia. Trata-se de uma vivência literária com crianças entre 7 e 10 anos que objetivou através da literatura infantil boliviana, estimular a criatividade, indagações, fantasias, realidade no sentir-se fronteiriço, enfatizando a perspectiva humanizadora da literatura. Caminhando nesse elo: fronteira, leitura e construção da identidade, que se procurou, nesta intervenção, conceituar essas temáticas de maneira interligada, pontuando questões empíricas com as obras infantis boliviana “Horacio y sus amigos” e Juanito y los frijoles mágicos”.

Palavras-chave: literatura, fronteira, criança.

Resumen: Este artículo es un relato de las actividades prácticas de literatura infantil, en una Escuela Rural de Educación Integral ubicada en el Asentamiento Tamarineiro I, en Corumbá-MS, en la frontera Brasil-Bolivia. Es una experiencia literaria con niños de 7 a 10 años que tuvo como objetivo, a través de la literatura infantil boliviana, estimular la creatividad, las preguntas, las fantasías, la realidad en el sentimiento fronterizo, enfatizando la perspectiva humanizadora de la literatura. Caminando en este vínculo: frontera, lectura y construcción de identidad, que se buscó, en esta intervención, conceptualizar estos temas de manera interconectada, puntuando cuestiones

Introdução

Sabemos que leitura é um tipo específico de comunicação, é uma forma de encontro entre o homem e a realidade sociocultural. A leitura perpassa todas as áreas do conhecimento e a vida do ser humano, sendo uma forma de o homem se situar no mundo, dinamizando-o.

O livro permanece ainda hoje como a forma mais importante para a criação, transmissão e transformação da cultura. Apresento este trabalho a partir das experiências literárias com crianças entre 7 e 10 anos na Escola Municipal Rural de Educação Integral “Eutrópia Gomes Pedroso”, situada no Assentamento Tamarineiro I na região do Jacadigo, a 15 km do perímetro urbano em Corumbá-MS, na fronteira Brasil-Bolívia.

Quando se discute fronteira, precisa-se delimitar de que fronteira está se falando, pois a mesma tem um poder

* Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Mestra em Estudos Fronteiriços pela mesma Instituição. Membro do Grupo de Pesquisa LIFROS-“Literatura, Fronteira e Sociedade”, e do GEPDGE Grupo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento, Gênero e Educação. É pesquisadora do Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais. E-mail: tarissamarques@gmail.com.

empíricas con las obras infantiles bolivianas "Horacio y sus amigos" y Juanito y los frijoles magos".

Palabras clave: literatura, frontera, niño.

polissêmico. Aqui ela é entendida como uma fronteira vivida com significado e significação do olhar de quem vive na fronteira (NOGUEIRA, 2005).

Os fronteiriços olham a fronteira como a sua morada, onde acontece o seu cotidiano, seu ritmo, suas relações de afetividade, emergindo de tal forma o seu lugar. Conforme Pereira (2003) as pessoas que vivem nas fronteiras não partilham apenas o território, mas toda uma cultura, elas deixam de pertencer a um ou outro país e passam a construir uma identidade fronteiriça.

Metodologia

Para a realização deste trabalho utilizamos a observação participante, assim denominada por André (2000, p. 28) que diz: "parte do princípio de que o pesquisador tem sempre um grau de interação com a situação estudada, afetando-a e sendo por ela afetado". A observação participante ocorreu em dois momentos, organizados em função dos seguintes eixos: a) acesso ao livro e leitura livre do acervo literário boliviano; b) acesso ao texto literário (livro) via mediação do pesquisador. Nessa perspectiva, optamos pelas estratégias de favorecer o acesso ao acervo literário para melhor compreensão dos modos/formas expressas pelas crianças sobre as obras, pelo fato dos textos literários estarem na língua espanhola. Sendo estes sujeitos crianças, assumimos o pressuposto de dar-lhes vez e voz, focalizando

suas ações e falas mediante ao contato com as obras. Destacamos que o segundo momento da observação participante foi mais dirigida, uma vez a mediação foi iniciada desde a escolha dos títulos que foram lidos em “Sessões de leitura”. Durante o processo de coleta de dados, o desafio foi fazer o diálogo entre a observação e a interação das crianças com as obras literárias bolivianas, uma vez que, além de observar as atitudes de leitura das crianças, também se indagava a respeito dos “porquês” na perspectiva de que explicassem escolhas de títulos, modos de ler, inferências feitas, colocando em evidencia o lugar da criança lendo, interagindo com o livro, a leitura, os seus pares e o adulto. Alunos e pais assinaram o termo de Assentimento Livre e Esclarecido para participação nas atividades e uso de imagem para fins de pesquisa.

Vivência Literária: Pequeños Lectores Fronterizos

Na fronteira, a vida é tecida por relações, e o fortalecimento dessas, deve ser compreendido como uma necessidade no cotidiano. Corumbá tem o viver da cidade fronteira, com as multiplicidades dos sentidos de pertença, nesta perspectiva que a literatura é de grande importância para compreensão da realidade social, pois nela estão as verdades de uma mesma condição humana, o que possibilita ao homem, ao ver seus costumes retratados, uma reavaliação da postura que assume.

A Escola Municipal Rural de Educação Integral “Eutrópia Gomes Pedroso, carrega duas particularidades: ser escola rural e abrigar um número significativo de alunos residentes no país vizinho. Primeiramente, cabe esclarecer que o aluno boliviano só pode estudar no Brasil com a permissão da Polícia Federal, que expedirá um documento para tal, Constituição Federal Brasileira, lei n. 6.815, 19 de agosto de 1980 (BRASIL, 1998).

Outro fato importante a pontuar é corrigir aquilo que foi estereotipado nesses alunos, até mesmo por pesquisadores: bolivianos que estudam no Brasil. Uma vez que todos, ou a maioria deles, são documentados, com registro de nascimento no Brasil o qual lhes garantem a nacionalidade brasileira.

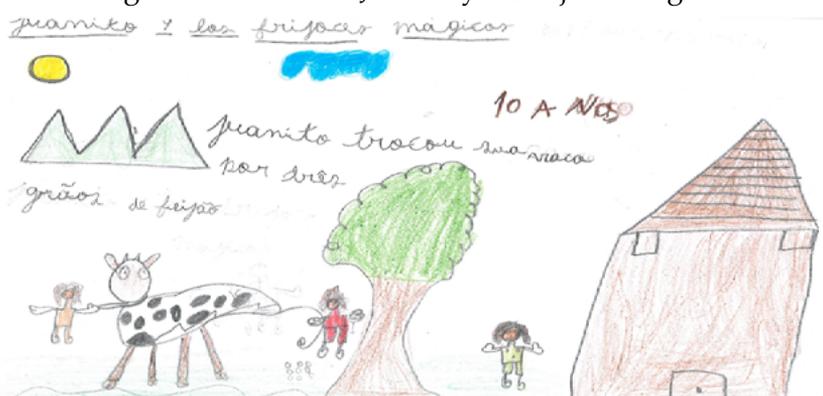
Assim, muitos estudantes chamados bolivianos, na verdade, pelo documento, são brasileiros residentes na Bolívia, chamados também como imigrantes na condição de pendulares como aqueles que habitam em região de fronteira, morando na Bolívia e estudando no Brasil, e retornando aos seus lares, dando a esse movimento, conotação de cotidiano. Participaram dessa atividade 30 crianças entre 7 a 10 anos matriculados do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental dentre a esse número de alunos, 23 são imigrantes pendulares, residentes na Bolívia.

Com a proposta de inserir a literatura infantil boliviana no contexto escolar dos alunos dessa escola de fronteira, o acervo composto por diversas obras literárias bolivianas infantis nacionais e estrangeiras, foram colocados em uma mesa, estratégia pensada para que as crianças tivessem vontade de ir a escolha de um livro. As obras por estarem na língua espanhola foram motivos de olhares, seguidos de manuseio para ver as figuras e invenção de histórias, sempre iniciadas pela expressão “era uma vez”. Outras iniciativas foram observadas, indo do simples folhear, ao partilhar palpites; risos provocados pelas imagens, memórias por já conhecer a história. Observações pertinentes durante as atividades de leitura: [...] Uma criança pediu que lêssemos a história “Ollantay” história sobre uma princesa Inca, demonstrando suas curiosidades pelo diferente, haja vista que no acervo tinham bastante obras tradicionais de princesas. A leitura atraiu outras crianças que se aproximaram para escutá-la. [...] As crianças que não entendiam o espanhol procuravam as outras que compreendiam para que explicassem o significado de alguma palavra, ou até mesmo para ler a história.

Ler é criar consciência do que somos, é examinar o mundo em que vivemos para transformá-lo no mundo em que gostaríamos de viver. Zilberman (1990, p. 19) assegura que “o texto literário introduz um universo que, por mais distanciado do cotidiano, leva o leitor a refletir sobre sua rotina e a incorporar novas experiências”.

Logo após as sessões de leitura, o “Pequeno Leitor Fronteiriço” era convidado a conversar sobre, sem fins didático-pedagógica, considerando que a leitura tem valor em si mesma, e não necessita desenvolver atividades maçantes e repetitivas depois de cada leitura, é muito bom ler apenas pelo prazer de ler e compartilhar, quando se quer, com os colegas as emoções da leitura. E algumas crianças decidiram ampliar esse prazer do conhecimento da literatura infantil do país vizinho através de desenhos:

Figura 01- História: Juanito y los frijoles mágicos



Fonte: Desenho produzido pelos pequenos leitores fronteiriços.

Figura 02- Horacio y sus amigos



Fonte: Desenho produzido pelos pequenos leitores fronteiriços.

Figura 03- Produções livres da obra Horacio y sus amigos



Fonte: Desenho produzido pelos pequenos leitores fronteiriços.

Os desenhos retratados acima trazem em seu conteúdo a expressão do pensar e do sentir dessas crianças fronteiriças, percebe-se a utilização das cores da bandeira da Bolívia, presente em quase todos os desenhos, a escrita do nome do livro em espanhol, bem como algumas idades retratadas na língua espanhola "7 años". O desenho como uma expressão livre, permite à criança retratar as diferentes dimensões, suas experiências pessoais em busca da sua própria identidade. Desenhando, a criança pode apresentar de que forma vê o mundo, nas palavras de Adriana Friedmann (2020, p. 90) "[...]devemos deixar as crianças criarem suas próprias histórias, escrevê-las, desenhá-las, representá-las, brincá-las [...]".

Após as leituras, os *Pequenos Leitores Fronteiriços*, registraram esse momento com os livros que mais se identificaram:

Figura 04– Os Pequenos Leitores Fronteiriços



Fonte: Autor, setembro de 2019.

Interculturalidade e Literatura

Em um contexto repleto de línguas, raças, religiões, dialetos, costumes, crenças como é a fronteira envolvendo Brasil/Bolívia, especificamente Corumbá/Puerto Quijarro, não se pode negar a existência da heterogeneidade cultural e naturalmente um arcabouço de culturas que transforma esse espaço em um lugar de experiência ímpares para um extenso e variado campo de pesquisa. Essa complexidade vem acompanhada de questões que brotam em ambos os lados do território e que se apresentam como interculturais.

A interculturalidade é compreendida como uma relação de alteridade entre pessoas que são diferentes por sua cultura, gênero, religião etc. Essas relações são positivas se uns e outros aceitam seu modo diferente de ser. (XAVIER, 2005, p. 48)

É preciso entender que neste espaço fronteiriço existem diversas práticas sociais, econômicas e culturais. Tanto que Albuquerque (2006) já destacou que as fronteiras são fluxos, misturas e separações, obstáculos, integrações e conflitos, domínios e subordinações por que “representam espaços de poder, de conflitos variados e de distintas formas de integração cultural.” (2006, p.5) É nesse lugar

que se estabelece a integração ou não entre os indivíduos dos dois países. Embora as crianças, neste espaço, possam sofrer a inclusão ou exclusão, a cultura do outro contamina sem pedir licença ou se preocupar com os aspectos legais.

E a ideia da interculturalidade pode contribuir para a convivência igualitária entre os diferentes. Pela própria natureza de sua origem, a educação intercultural assumiu a finalidade de promover a integração entre culturas, a superação de velhos e novos racismos, o acolhimento dos estrangeiros e, particularmente, dos filhos dos imigrantes na escola. O enfoque da educação intercultural pode enfatizar a relação entre culturas diferentes como fator pedagógico importante. (FLEURI, 2003, p. 21)

As contribuições entre os dois países para a educação dizem respeito a troca de experiências, costumes e valores. Cada povo com suas experiências históricas e diferentes abordagens.

Uma relação de interculturalidade é qualquer uma que acontece entre pessoas de culturas diferentes, e as atitudes dessas pessoas podem ser denominadas de ações interculturais. Na fronteira, vivida como um território de muitas identidades, esse encontro de culturas faz parte de todo sistema educativo. Os alunos desta região fronteira podem usar essa riqueza a favor do alargamento de mentalidades e desenvolvimento de valores que confrontam a intolerância e o preconceito relativos às diferenças e semelhanças em um contexto de afastamento, indiferenças, visto que estarão expostos às questões culturais de uma ou outra forma e sem qualquer orientação ou direcionamento, podendo atuar de acordo com seus propósitos particulares. E uma das ferramentas que contribui para implementar um ensino mais eficaz nesse espaço é a literatura.

A literatura infantil, em si, não tem uma finalidade específica, não pode ser escrita a pedido e nem com intenção didática, moralista, muito menos doutrinária, ela tem que nascer de um espírito livre, pronto para andar descalço e sem medo, e pode ser um espaço para encontros interculturais, mostrando as diferenças e identificações de uma sociedade, no caso de Corumbá e Puerto Quijarro, como instrumento para as crianças reinventarem uma história diferente, dar e receber sem preconceitos, sem complexos de inferioridade ou superioridade, possibilitando trocas, encontros e tolerância para com o diferente e aceitação do plural. Talvez a literatura infantil traga uma nova maneira de sonhar com um mundo mais humanizado. Os textos literários quando apresentados no contexto escolar intercultural, os sujeitos que fazem parte dessa comunidade têm a possibilidade de se reconhecerem, de questionarem ao seu redor, tornando o espaço escolar um ambiente de respeito à diversidade e a sensibilização para conviver com o outro. Segundo Yunes:

A leitura tem um privilégio que é o de apresentar o mundo do desnudado das velhas escritas, das ideologias marcadas na sua produção, desnudado da letra morta, da escrita paralisante, determinada por uma razão exterior e estranha à pessoa, até que esta possa trazê-la a vida com seu próprio sangue, seu próprio vigor. (YUNES, 2003, p. 48)

Quando uma criança é submetida a uma situação de leitura literária, ela apreende e incorpora vivências e sensações até então despercebidas ou mesmo desconhecidas, Zilberman (2012, p.47), assinala que o tipo de relação construída entre o texto e o leitor só implica uma aprendizagem significativa se o texto for aceito como alteridade no qual o leitor dialoga com os personagens e se coloca no lugar do outro, a ponto de vivenciar um encantamento e identificar-se com a história.

Expor livros e deixar a criança manusear é uma experiência que Zilberman (2012), coloca como uma competência literária, pois a criança apropria-se do texto como em uma forma ritualizada:

[...] ele apalpa a obra, sentindo-se de modo tátil e explicitando a natureza carnal do livro. Depois, procura as figuras, detendo-se nas imagens visuais, para só mergulhar nas letras, que os conduzem a universos fantásticos, distantes no tempo, no espaço, nas ideias, mas próximo dele, dada a materialidade do livro, para onde o leitor, apaixonado, sempre retorna. (ZILBERMAN, 2012, p. 47)

Assim, podemos compreender que quando o “Pequeno Leitor Fronteiriço”¹ se encontra nos reflexos da sua própria existência em um texto literário e os identificam com o outro culturalmente, ele conseguiu desenvolver uma competência literária.

O conceito de competência pode, em nosso entender, assumir delineações polissêmicas, na medida em que se aplica a diversos campos do conhecimento com vários sentidos, tornando-se, assim, complicado, atribuir o seu significado. No contexto desta pesquisa, utilizamos o que parametrizou Chomsky (1965), como o conhecimento da língua, em que o indivíduo interioriza as estruturas e regras, aplicando-as em situações concretas, não se preocupando com a função social daquela. O desenvolvimento de competências ajuda na construção mental, e para que tal processo ocorra, o professor deve selecionar textos literários que motivem os sujeitos. Nos anos iniciais, considera-se fundamental que o professor saiba levar ao contexto pedagógico uma diversidade de obras literárias que promovam uma experiência cognitiva e afetiva, de forma a assegurar um compromisso do sujeito com a leitura e a literatura, que o levem ao desenvolvimento de competências várias nomeadamente na aquisição e desenvolvimento da linguagem.

¹ Nomenclatura usada na pesquisa quando se trata de crianças nas escolas da fronteira Brasil/Bolívia.

Colomer e Camps (2002, p. 175) consideram que a diversidade de textos existentes para crianças pode gerar novas linguagens, desde que, pela capacidade de transformação, aqueles sirvam de incentivadores semióticos, integrando-se estes no designado cânone literário para a infância. A criança recontextualiza a história pertencente ao patrimônio de uma memória coletiva e, sem deteriorar a comunicação subjacente, perpetua-se no tempo. A sua competência literária desenvolve-se ao nível dos conceitos e dos valores implícitos do texto, como o bem/mal, triunfo/derrota, amor/ódio, esperança/desespero, igualdade/desigualdade, justiça/injustiça, entre outros aspetos que poderíamos enumerar. Também o atingir da capacidade de percepção do Outro, respeitando e aceitando a sua diferença, permite ao leitor perceber o quanto alarga os seus horizontes, num crescendo diálogo com outras culturas, outros valores, outras etnias, fatores preponderantes à compreensão das diferenças e maneiras de estar na sociedade, ajudando a perceber como se relacionam os outros e aprendendo a agir em diferentes contextos sociais.

A escola de fronteira tem como um dos principais papéis formar os alunos, filhos de imigrantes, bons cidadãos, respeitadores das leis institucionalizadas no país de acolhimento. As minorias religiosas, linguísticas e nacionais, viram-se, muitas vezes, obrigadas a adquirir uma nova identidade e a tomarem uma nova consciência nacional.

Pois, quando esse aluno boliviano adentra o espaço escolar brasileiro, muitos tiveram que abdicar da sua cultura, da sua língua, das suas tradições face às novas exigências jurídicas e educativas do país hospitaleiro. Sendo assim, nessa pesquisa propomos algumas obras literárias infantis como constructo social na fronteira Brasil/Bolívia no auxílio do desenvolvimento das competências literárias com os Pequenos Leitores Fronteiriços.

As obras publicadas no “*Catálogo de Literatura Infantil-Pequenos Leitores Fronteiriços*” foram selecionadas considerando as diversidades de funções que um livro carrega e suas relações com os *Pequenos Leitores Fronteiriços* a fim de possibilitar diversificadas experiências literárias, dentro de uma perspectiva histórica-cultural (SANTOS, 2021).

Nessa perspectiva da pluralidade cultural, a obra “*A kantuta tricolor e outras histórias da Bolívia*” de Susana Ventura, apresenta um mundo novo à espera do leitor pois são fábulas refinadas, contos de pura magia, histórias de amor, mostrando um modo de ver o mundo e a vida que desafia e faz pensar. No livro, a Bolívia se revela em doze diferentes faces, para serem vistas e interpretadas, por crianças fronteiriças país tão próximo do nosso, mas ao mesmo tempo tão distante.

Outra obra interessante para tratar das questões culturais é o livro *“Todo mundo é misturado”* da autora Beth Cardoso, que apresenta a vida escolar do menino boliviano Pablo, que logo faz amizade com uma simpática menina chamada Júlia, e os dois enfrentam a discriminação em sala de aula, pelo fato de sua nacionalidade, e uma série de mal-entendidos e palavras trocadas em português e espanhol armam um cenário nada amigável para Pablo. Mas no fim tudo acaba resolvido e a turma compreende que todos somos juntos e misturados.

Já o livro *“Mitos, Contos e Lendas da América Latina e do Caribe”* publicado em 2008 em uma coletânea de vários autores, apresenta uma seleção contos orais que envolvem variados temas, fantasmas, seres fantásticos, lendas de amor, e lugares encantados, com personagens do folclore latino.

Outro livro da Susana Ventura: *“Um lençol de infinito fios”*, conta a história de Maria, uma garota boliviana que vive em São Paulo com sua família. Ela tem um caderno onde escreve histórias e pensamentos, pois pensa em ser escritora um dia. Com seus amigos Juan, Manoela e Jun, vive o dia a dia da grande cidade e prepara um trabalho para a escola sobre os países da América Latina. Num dia de pesquisa na Biblioteca Mário de Andrade, os amigos conhecem Ludmi, uma jovem haitiana que está na cidade em busca de seu pai. Um lençol de infinitos fios é uma delicada narrativa sobre o valor da amizade e a descoberta do poder e da solidariedade.

Ainda nessa perspectiva de imigração a obra *“A menina que abraça o vento”* da autora Fernanda Paraguassu conta, a história de Mersene, uma garotinha que teve que se separar de parte da família para fugir do triste conflito vivido na República Democrática do Congo. Enquanto se adapta à nova vida no Brasil, ela cria uma brincadeira para driblar a saudade. Enfim, a realidade social e cultural que essas obras trazem pode enriquecer e fortalecer o multiculturalismo presente no espaço escolar fronteiriço.

Algumas considerações

Considera-se a escola como um espaço de práticas de alteridade com função integradora que lhe é fundante quanto à constituição identitárias de crianças e jovens. A literatura infantil é a principal porta de acesso ao mundo da leitura, como podemos perceber a criança e a literatura infantil compartilham da mesma natureza ambas são lúdicas, mágicas e questionadoras e tais afinidades fazem com que a literatura seja o mais poderoso aliado do professor e da criança pela vida afora na busca da compreensão do mundo e do ser humano.

Abordar a literatura como aproximação de culturas, é expressar o subjetivo do ser fronteiriço, ir além de limites geográficos e diferenças culturais, que são frutos de fluxos constantes dos que as atravessam, para desvendar os personagens, muitas vezes, derivadas de conflitos de classe, e de tensões étnicas presentes no território latino, pois os que vivem na fronteira não partilham somente o território, mas sim o pertencimento de culturas e assim o constructo da identidade fronteiriça no pantanal.

Referências

- ALBUQUERQUE, José Lindomar. **As línguas nacionais na fronteira Paraguai-Brasil**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FRONTEIRAS ÉTNICO-CULTURAIS E FRONTEIRAS DA EXCLUSÃO. O desafio da Interculturalidade e da equidade: a etnicidade no contexto de uma sociedade intercultural, v. 3, p. 1, 2006.
- ANDRÉ, Marli Eliza D. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.
- CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. **Ciência e cultura**, SBPC, v. 24, n. 9, set. 1972.
- CHOMSKY, Noam. **Aspects of the theory of syntax**. Nova York: Massachusetts Institute of Technology, 1965.
- COLOMER, Teresa.; CAMPS, Anna. **Ensinar a ler, ensinar a compreender**. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 16-35, ago. 2003.
- FRIEDMANN, Adriana. **A vez e a voz das crianças: escutas antropológicas e poéticas das infâncias**. São Paulo: Panda educação, 2020
- NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Fronteira: espaço de referência identitária. **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, v.1, n.2, dez-2007.
- PEREIRA, Jacira. Helena. do Valle. **Fronteiras étnico-cultural e geográfica: Indagações para educação sobre a (re) construção identitária de sujeitos migrantes**. Grupo de Estudos Afro-brasileiros e Educação, n° 21. UFMS/CAPES, 2003, p. 1-15.
- SANTOS, Tarissa. Marques Rodrigues. **Catálogo de literatura infantil pequenos leitores fronteiriços fronteira Brasil-Bolívia**. Coordenação: Lucilene Machado Garcia Arf. Ilustrações: Vitor Hugo Souza. Corumbá, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. Corumbá, 2021.
- XAVIER ALBÓ, SJ. **Cultura, interculturalidade, inculturação**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- YUNES, Eliana; OSWALD, Maria Luiza (Orgs.). **A experiência da leitura**. São Paulo: Loyola, 2003.
- ZILBERMAN, Regina. **A leitura e o ensino da literatura**. São Paulo: Intersaberes, 2012.
- ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel, da. (Org.). **Literatura e pedagogia: ponto e contraponto**. Série Confrontos. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO DA TERRA ATRAVÉS DE UM ÍNDICE DE QUALIDADE DE ÁGUA NA MICROBACIA DO CÓRREGO SEGREDO, CAMPO GRANDE/MS, BRASIL

Analysis of Land Use and Occupation through a Water Quality Index in the Microbasin of Córrego Segredo, Campo Grande/MS, Brasil

Análisis del Uso y Ocupación del Suelo Mediante un Índice de Calidad del Agua en la Microbacina de Córrego Segredo, Campo Grande/MS, Brasil

Richardson Mello Duquini*

Maria Helena da Silva Andrade**

Maricelma Ferreira Calças***

Resumo: O uso e ocupação da terra altera visivelmente os ecossistemas, causando problemas sociais e ambientais. A qualidade da água de uma bacia hidrográfica depende de vários fatores, por isso a sua gestão precisa ser coerente com a realidade local. Para avaliar os impactos do uso e ocupação da terra em uma microbacia em área urbana, foi realizada análise de qualidade da água entre o período de 2009 a 2018, microbacia do córrego Segredo, Campo Grande, MS. Os resultados apontaram qualidade de água classificada como “ruim” no período, estando associada a diferentes fontes de contaminação e processos de degradação ambiental.

Palavras-chave: Bacia Hidrográfica, ordenamento territorial, IQA.

Abstract: Land use and occupation visibly alters ecosystems, causing social and environmental problems. The water quality of a hydrographic basin depends on several factors, so its management needs to be coherent with the local reality. To assess the impacts of land use

Introdução

A ação humana provoca alterações no meio ambiente de forma lenta e gradual, podendo gerar desequilíbrios na paisagem e inúmeros impactos socioambientais, sendo a água, um dos recursos naturais mais afetados, tanto em qualidade quanto em quantidade.

A qualidade da água, de forma geral, é influenciada por processos naturais, tais como intensidade das precipitações, presença ou ausência de cobertura vegetal em uma área, intemperismos e outros, bem como como pelas ações antrópicas, dentre as quais podemos citar o processo de urbanização, trazendo consigo diversos impactos socioambien-

* Graduado em Geografia. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. E-mail: richardsonduchini@gmail.com.

** Doutora em Ecologia, docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. E-mail: helena.andrade@ufms.br.

*** Graduado em Geografia. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. E-mail: maricelmacalssas@hotmail.com.

and occupation in a watershed in an urban area, a water quality analysis was carried out between the period from 2009 to 2018, in the Segredo stream microbracia, Campo Grande, MS. The results showed water quality classified as “bad” in the period, being associated with different sources of contamination and processes of environmental degradation.

Keywords: Watershed, territorial planning, IQA.

Resumen: El uso y ocupación del suelo altera visiblemente los ecosistemas, provocando problemas sociales y ambientales. La calidad del agua de una cuenca hidrográfica depende de varios factores, por lo que su gestión debe ser coherente con la realidad local. Para evaluar los impactos del uso y ocupación del suelo en una cuenca hidrográfica de una zona urbana, se realizó una análisis de la calidad del agua entre el período 2009 y 2018, en la microbracia de la cuenca Segredo, Campo Grande, MS. Los resultados mostraron la calidad del agua clasificada como “mala” en el período, estando asociada a diferentes fuentes de contaminación y procesos de degradación ambiental.

Palabras-clave: Cuenca hidrográfica, planificación territorial, IQA.

tais, como o aumento das vazões máximas, em função da impermeabilização da superfície, sedimentação ocasionada pelos solos desprotegidos de cobertura vegetal, disposição inadequada de resíduos sólidos e efluentes domésticos, degradação da qualidade da água em razão de efluentes e componentes químicos, entre outros (TUCCI, 1997).

No Brasil, a Lei Federal nº 9.433/97 institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), estabelecendo dispositivos legais sobre a gestão dos recursos hídricos e designa a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e monitoramento dos recursos hídricos, o que significa avanço no que diz respeito ao planejamento e gestão da água no território nacional.

A bacia hidrográfica, em seu recorte espacial, reúne elementos naturais, socioeconômicos e seus processos, permitindo assim a articulação entre esses elementos e possibilitando a geração de dados e informações necessárias ao seu gerenciamento, que tem por objetivo buscar o equilíbrio entre o sistema natural e o sistema antrópico contidos nela (TUNDISI; TUNDISI, 2008).

Dessa forma, ao analisar o comportamento da variação da qualidade das águas ao longo do tempo, permite-se identificar quais atividades antrópicas foram prejudiciais em uma bacia hidrográfica, produzindo um diagnóstico espaço-temporal de mesma (SOUZA;

GASTALDINI, 2014). Neste aspecto, o uso de índices de qualidade de água é uma tentativa que prevê, como forma de acompanhar, através de informações resumidas, a possível deterioração dos recursos hídricos ao longo da bacia hidrográfica ou ao longo do tempo (TOLEDO; NICOLELLA, 2002).

Nesta pesquisa utilizamos o Índice de Qualidade da Água (IQA) desenvolvido nos Estados Unidos no ano de 1970 pela National Sanitation Foundation (NSF). A utilização do IQA como recurso para acompanhar as alterações ambientais em uma bacia hidrográfica ao longo do espaço e do tempo, sejam elas de origem natural ou causadas pelo homem (ação antrópica), geram informações quantitativas e/ou qualitativas que devem ser transmitidas a todos os usuários dos recursos hídricos de forma mais simplificada e objetiva possível, para que favoreça sua compreensão (FERREIRA; IDE, 2001).

Considerando o exposto, este trabalho objetiva correlacionar a qualidade de água e os agentes transformadores do espaço, diante do uso e ocupação da microbacia do córrego Segredo, Campo Grande/MS, entre os anos de 2009 e 2018.

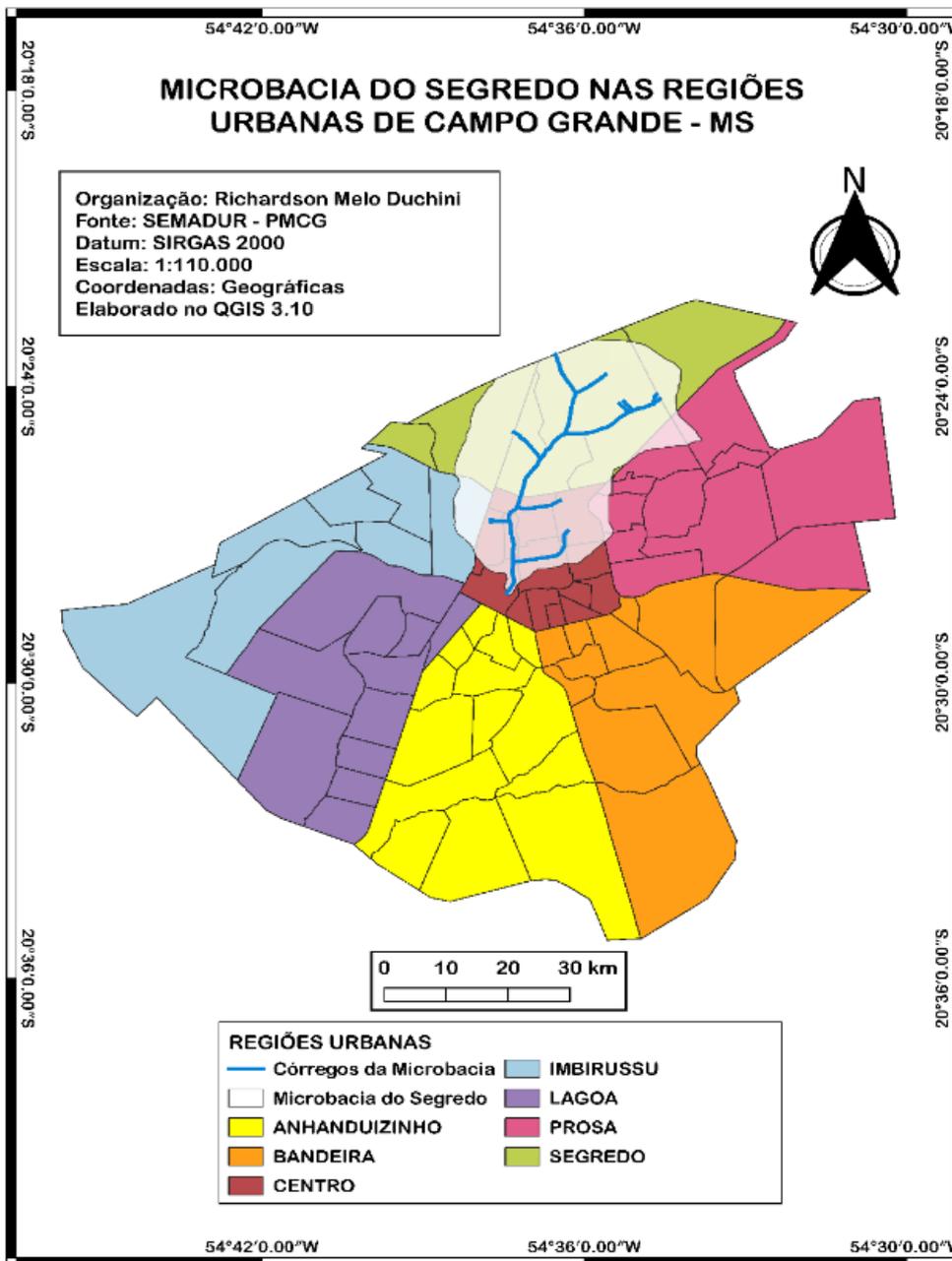
Resultado e discussões

A área de estudo é a microbacia do córrego Segredo, município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul (Figura 1), composta pelos Córrego Segredo (curso principal), Córrego Seminário, Córrego Cascudo, Córrego Furtuoso e Córrego Maracajú (CAMPO GRANDE, 2017).

Limita-se ao norte com a microbacia do Córrego Coqueiro, a Oeste com a microbacia do Córrego Imbirussu, a Leste com a microbacia do Córrego Prosa e ao Sul com as microbacias dos Córregos Anhanduí e Lagoa respectivamente e não recebe aporte hídrico (contribuição) de nenhuma das bacias adjacentes.

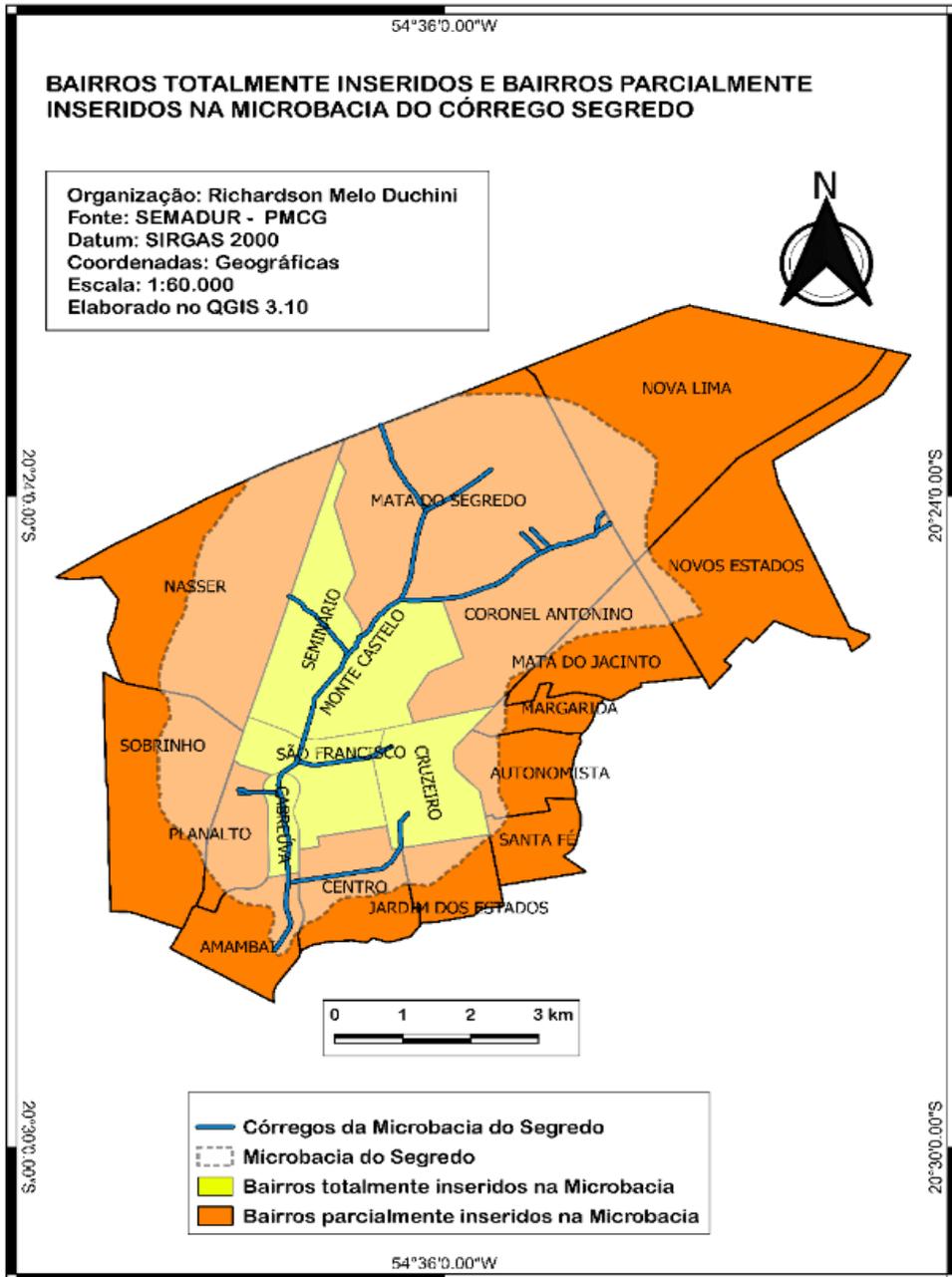
De acordo com dados oficiais disponibilizados pela PLANURB (Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano), a Microbacia do Córrego Segredo distribui-se espacialmente nos seguintes bairros: Amambaí, Autonomista, Cabreúva, Centro, Coronel Antonino, Cruzeiro, Jardim Dos Estados, Margarida, Mata do Jacinto, Mata do Segredo, Monte Castelo, Nasser, Nova Lima, Novos Estados, Planalto, Santa Fé, São Francisco, Seminário e Sobrinho (figura 2).

Figura 1 - Mapa da Microbacia do Córrego Segredo, Campo Grande/MS.



Fonte: SEMADUR – PMCG.

Figura 2 – Bairros inseridos na Microbacia do córrego Segredo, Campo Grande/MS.

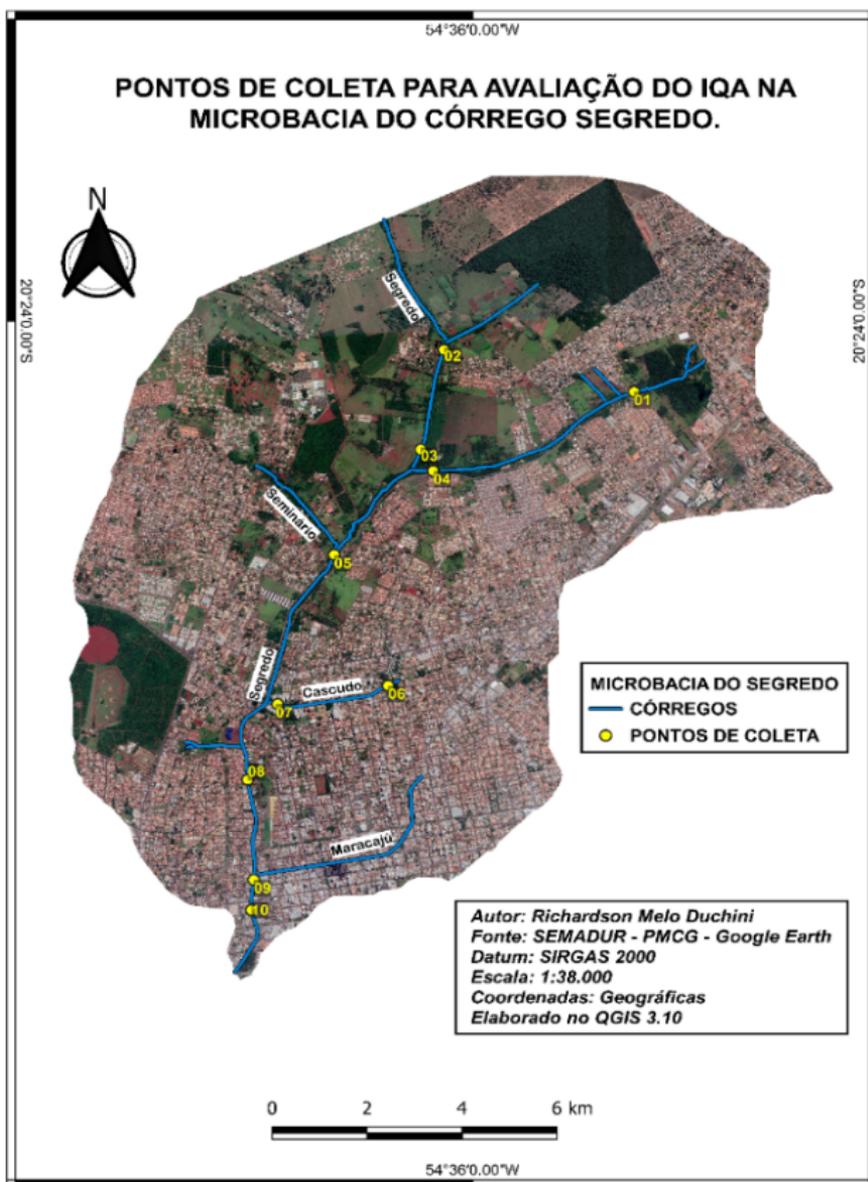


Fonte: SEMADUR – PMCG.

No sistema de monitoramento de qualidade hídrica da prefeitura municipal, esta bacia possui 10 (dez) pontos de coleta distribuídos e identificados pela Secre-

taria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Campo Grande (SEMADUR) para coleta de amostras de água, sendo eles, conforme figura 3: Segredo 01 (SEG 01); Segredo 06 (SEG 06); Segredo 07 (SEG 07); Segredo 08 (SEG 08); Segredo 09 (SEG 09); Cascudo 01 (CAS 01); Cascudo 02 (CAS 02); Segredo 03 (SEG 03); Maracaju (MARAC) e Segredo 04 (SEG 04).

Figura 3 – Localização dos pontos de coleta para avaliação do IQA na microbacia do Córrego Segredo, Campo Grande/MS.



Fonte: SEMADUR – PMCG.

Esses pontos derivam do Programa Córrego Limpo, Cidade Viva, implementado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande (PMCG), através da SEMADUR (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano) como uma rede de monitoramento dos córregos e rio dentro do perímetro urbano de Campo Grande

O programa municipal faz, trimestralmente, coletas de amostras e as análises laboratoriais através do Índice de Qualidade das Águas - IQA/CETESB, avaliando 09 (nove) Parâmetros de qualidade (Temperatura, Oxigênio Dissolvido, Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO_{5,20}), PH, Coliformes Termotolerantes, Nitrogênio Total, Fósforo Total, Turbidez e Sólidos Totais. Todas essas informações são disponibilizadas em forma de relatórios anuais para toda a população, estando disponibilizado no site da prefeitura municipal.

A aplicação de um Índice de Qualidade de Água (IQA) tem como principal finalidade descrever de forma simples o conjunto de informações oriunda dos monitoramentos de uma forma mais acessível, detalhando essa visão sistemática em um modelo de fácil entendimento pelos gestores deste recurso e também pela população em geral (WEINBERG, 2013).

Atualmente, a maioria dos estados brasileiros já adotam o IQA, que hoje é o principal índice de qualidade da água utilizado no país para avaliar a qualidade da água bruta visando seu uso para o abastecimento público, após tratamento (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2017). Possibilitando assim, uma forma de comparação relativa entre os sistemas hídricos (COMITESINOS, 1990).

A partir desses dados, foram acessados os relatórios anuais de monitoramento do Programa Córrego Limpo Cidade Viva dos anos de 2009 a 2018, compilando e tabulando resultados dos 10 (dez) pontos referentes a microbacia do córrego Segredo.

Verificou-se que os dados de IQA para o período compreendido entre 2009 e 2014 são de natureza quantitativa (numéricos de 20 a 100), enquanto os dados de IQA para o período compreendido entre 2015 e 2018 são de natureza qualitativa (de Ruim a Ótimo).

Assim, para evitar a impossibilidade de realizar cálculos estatísticos para todo o período pesquisado (2009 a 2018), realizou-se uma padronização dos resultados para trabalhar com uma única classe, atribuindo a cada um dos pontos de coleta independentemente do tipo de dado (qualitativo ou quantitativo) dos resultados do IQA para todo período pesquisado valores numéricos de 1 a 4, sendo 1 para quando o resultado do IQA for classificado como Ruim, de 2 para quando for classificado como Regular, de 3 para quando for classificado como Bom e de 4 quando for classificado como Ótimo, gerando uma categorização própria para o estudo.

Tabela 1 - Padronização dos Dados de IQA de 2009 a 2018 para fins de categorização.

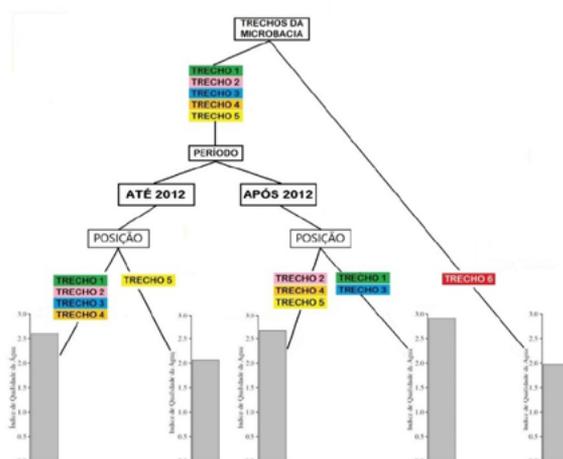
Padronização de Dados de IQA de 2009 a 2018.		
Dados Quantitativos/Qualitativos (2009 a 2014)	Dados Qualitativos (2015 a 2018)	Dados de IQA Quantitativos e Qualitativos (2009 a 2018) categorizados de 1 a 4
Ótimo (80 a 100)	Ótimo	4
Boa (52 a 79)	Boa	3
Regular (37 a 51)	Regular	2
Ruim (20 a 36)	Ruim	1

Fonte: Elaboração própria.

Após a categorização dos resultados foi realizado os cálculos estatísticos pelo programa de Ambiente Computacional R (R Development Core Team, 2006). O R é um sistema de linguagem de programação e um ambiente para computação estatística e gráfica, sendo esse o motivo da sua utilização. Realizou-se a tabulação dos dados e inseridos no Ambiente Computacional R de forma a gerar os resultados gráficos necessários para a pesquisa.

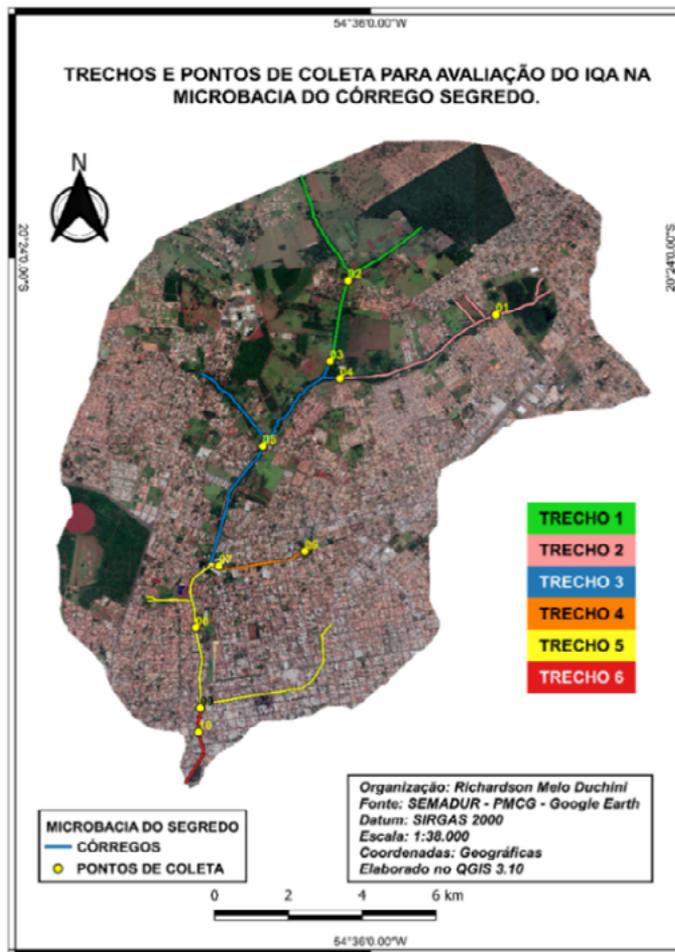
Após a geração de um Dendrograma de Similaridade (Figura 4) obtido considerando os resultados de IQA do período de 2009 a 2018, foi reorganizado os pontos de coleta em trechos, da seguinte forma: Trecho 1 (contendo os pontos 2 e 3); Trecho 2 (contendo os pontos 1 e 4); Trecho 3 (contendo o ponto 5); Trecho 4 (contendo os pontos 6 e 7); Trecho 5 (contendo os pontos 8 e 9) e Trecho 6 (contendo o ponto 10) conforme figura 5.

Figura 4 - Dendrograma de Similaridade dos Trechos da Microbacia do Córrego Segredo.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 5 – Trechos gerados pelo Dendrograma de Similaridade na Microbacia do Córrego Segredo, Campo Grande/MS.



Fonte: SEMADUR – PMCG.

Segundo Almeida e Frischkom (2015), os dendrogramas são úteis principalmente na visualização de semelhanças, através do agrupamento entre amostras ou objetos representados por pontos em espaço com dimensão maior do que três, onde a representação de gráficos convencionais não é possível.

A análise de agrupamento é um termo usado para descrever diversas técnicas numéricas que classificam uma matriz de dados sob estudo em grupos discretos (BUFON; LANDIM, 2007).

O Dendrograma mostra o grau de similaridade mais perceptível entre trechos do que entre anos, dando ênfase na dinâmica dos trechos. O conjunto de similaridade entre os dados mostra que os resultados de IQA não varia significamente,

não houve nenhum resultado classificado acima (melhor) que a categoria de qualidade de água considerada como “ruim” entre o período estudado (dez anos).

Destaca-se que o dendograma faz separação do tempo – até 2012 e após 2012, destacando a mudança nos resultados dos trechos, assim, para discutir esse padrão, partiu-se da premissa do uso da bacia e seus efeitos, dividida em três cursos: alto, médio e baixo.

Na porção norte da bacia, em seu alto curso, região das nascentes, podemos destacar a presença de dinâmicas rurais, pequenas propriedades com atividades pecuárias e produção hortifrutigranjeira (Trecho 1), a área do Parque Estadual Matas do Segredo (PEMS), área protegida remanescente de cerrado que abriga inúmeras nascentes (Trecho 2) e uma área de reserva, de propriedade do Exército Brasileiro, onde também podem ser localizadas áreas de nascentes do córrego Segredo.

O trecho 1, durante os dois períodos, até 2012 e após 2012, manteve-se dentro da classificação “ruim” com valor de IQA mais alto, uma das explicações adentrando as dinâmicas rurais, existentes na região. Observa-se o livre acesso de bovinos, suínos, e até mesmo de animais silvestres nas proximidades das nascentes, o que contribui, seguramente, para o aporte de nitrogênio e fósforo através dos excretas e dejetos.

A possibilidade de uso de fertilizantes e agrotóxicos nas áreas de cultivo e nas pequenas hortas das comunidades locais podem contribuir para o prejuízo à qualidade das águas.

O nitrogênio é um constituinte de proteínas, clorofila, entres outros compostos biológicos, porém apresenta grau de toxicidade quando em grande quantidade no solo e na água, suas fontes de contaminação em corpos d’água são de origem natural ou antrópica, sendo a última a mais importante, pois é constituída por despejos domésticos e industriais, excrementos de animais e fertilizantes (VON SPERLING, 2005).

Assim como o nitrogênio, o fósforo é um importante nutriente para vida e seus processos biológicos e seu excesso pode causar a eutrofização das águas, em áreas rurais a principal fonte de fósforo é o transporte pela água da chuva de fertilizantes, esterco e partículas do solo contendo o nutriente. Enquanto na área urbana, pelos esgotos domésticos, presença de detergentes e matéria fecal.

A eutrofização é o aumento da concentração de nutrientes, especialmente fósforo e nitrogênio, nos ecossistemas aquáticos, que tem como consequência o aumento de suas produtividades (ESTEVES, 1988).

No segundo período (após 2012) os trechos 1 e 3 se diferenciam significativamente dos trechos 2, 4 e 5, apresentando melhores resultados de IQA. Destaca-se que os trechos 2, 4 e 5 sofreram e ainda sofrem constante processo de urbanização.

Sobre o trecho 2, conforme Freitas (2019) salienta, há ocupação irregular em fundo de vale, e está na área de transição da bacia, onde o processo de urbanização é crescente e, de acordo com os próprios moradores, se utiliza da água não tratada do córrego para fins de higienização, alimentação e lazer. Em época de chuvas torrenciais, a favela, presente nessa área, é uma das que sofrem com o transbordamento do leito e alagamento das casas, feitas de material frágil como lona e madeira.

Frisa-se que mesmo, sendo alto curso e apresentando maior índice de vegetação, devido a fragmentos florestais, tal como os 177,88 hectares do Parque Estadual das Matas do Segredo com 20% de vegetação nativa, a qualidade da água do trecho 2 não se alterou, mantendo durante todo o período, a classificação “ruim”.

Destaca-se que a região do Parque Estadual das Matas do Segredo, tal como a área do Exército, estão empobrecidos pelos processos de erosão, queimadas, acúmulo de lixo e retirada de madeira. Entretanto, se preservadas, poderiam ser utilizadas como corredores ecológicos para a manutenção da diversidade biológica dessa parte da bacia (MATO GROSSO DO SUL, 2009). Santos e Mercante (2012) afirmam em seu estudo sobre o Plano de Manejo do Parque Estadual Matas do Segredo, que a pressão antrópica é bastante considerável nessa região da microbacia do córrego Segredo, uma vez que tal ocupação favorece a impermeabilização dos solos e dificuldades na infiltração e com a construção de vias asfaltadas, oferece riscos de contaminação das águas superficiais e subterrâneas devido à ausência de troncos de redes coletoras de esgotos, devido ao uso de fossas.

A ausência de um sistema de esgotamento sanitário completo, ativo e eficiente em áreas urbanas drenadas por corpos d'água se tornam um risco ao sistema hídrico, o uso de fossas, escoamento superficial e vazamentos de redes de esgoto que podem vir se infiltrar no solo afetando diretamente os corpos hídricos superficiais e subterrâneos (LAGES; SANTANA, 2017).

Em seu médio curso, a dinâmica é mais urbana, com maior fluxo de pessoas e maior adensamento populacional, porém, destaca-se a presença de vazios urbanos (Trecho 3). Neste trecho, o córrego Segredo foi canalizado (Trecho 4) e pode-se identificar diversas ligações clandestinas de esgoto, sendo elas diretamente no córrego ou na galeria de águas pluviais (SILVA; ANUNCIAÇÃO. 2018).

Sobre o trecho canalizado temos que, na década de 70, o córrego Maracaju foi em toda a sua extensão, entre a nascente na Vila Rosa e a sua desembocadura no

Córrego Segredo. Assim também aconteceu com o Furtuoso e o Cascudo, sendo que deste último, só não foram tubulados a área próxima à nascente e o trecho final próximo a sua desembocadura, a sua vazante na Rua 14 de julho. (SOUZA, 2014).

Em seu estudo, Freitas (2019), analisa a área de nascente do Córrego Cascudo, que é cercado por uma produção de lavoura, verifica que seu leito foi visivelmente alterado com presença de entulhos, indicando aterramento anteriormente. Além disso, o corpo de água recebe um lançamento de esgoto e suas águas, visivelmente, apresentam acúmulo de matéria orgânica. Sobre a foz do Córrego Cascudo, declara que não possui mata ciliar e que apresenta processos erosivos e descarte de resíduos sólidos em suas margens.

O baixo curso da bacia, mais diferenciado e completamente urbanizado, com bairros localizados na área central do município, apresenta alta densidade populacional, rede pública coletora de esgoto implantada e os esgotos coletados são encaminhados às ETEs Cabreúva e Los Angeles (Trechos 5 e 6).

Sobre isso, o dendograma mostra uma evidente discrepância nos resultados de IQA entre os trechos 1, 2, 3, 4, e 5 em relação ao trecho 6 durante todo o período diagnosticado, podemos claramente vê que a foz da microbacia, apresenta uma variação da qualidade da água inferior aos demais trechos sendo o único classificado como ruim durante todo o período diagnosticado.

O que se mostra esperado, visto a dinâmica da bacia e os resultados do IQA, o trecho 6 é o exutório da bacia, a foz é o reflexo dos impactos do uso e ocupação da terra na microbacia, por receber todo os efluentes, como matéria orgânica, dejetos, produtos químicos, resíduos sólidos, carreamento de sedimentos, e vários outros.

Em termos de exutório, podemos citar, destacando o primeiro período do dendograma (até 2012), que o trecho 5, perto da foz, se mostra diferente dos demais, com a menor qualidade quando comparado aos trechos 1, 2, 3 e 4.

Assim, por estar perto da foz, o trecho 5 recebe aporte de uma grande parte da bacia, destacando que a urbanização da bacia vem sofrendo modificações nesse período, interferindo em sua qualidade. E a partir do segundo período (após 2012) apresenta significativa melhora de seu IQA quanto ao período anterior, dessa forma foi o trecho que apresentou maior melhora do IQA.

Destaca-se que em todos os trechos há valores altos de demanda bioquímica de oxigênio (DBO) e de coliformes termotolerantes (CT), resultado dos lançamentos clandestinos de esgoto e resíduos sólidos urbanos nos cursos d'água.

Deve-se atentar pois as águas que apresentam poluição por água residuária de origem animal ou humana, podem conter microrganismos patogênicos, tornan-

do a água um veículo de transmissão de doenças. Para a avaliação da qualidade da água utilizam-se bactérias do grupo coliforme (*Escherichia coli*), que indicam a poluição fecal, pois estão presentes em grandes quantidades no trato intestinal de animais de sangue quente (humanos) e são eliminados em grande número pelas fezes (MACEDO, 2005).

Embora o Dendrograma de Similaridade aponte uma pequena variação de melhora na qualidade das águas contidas nos trechos de 1 a 5 entre os dois períodos (antes e pós 2012) a principal informação é de que de maneira geral a microbacia do Córrego Segredo apresenta-se com um IQA classificado como “ruim” durante todo período pesquisado (2009 a 2018), ou seja, não há discussão sobre a mudança de classificação da água, boa, regular ou ruim, e sim, as variações da qualidade “ruim” e os reflexos socioespaciais versus espaço temporal

O aumento nos últimos anos das atividades imobiliárias e comerciais na região resultou na elevação do nível de ocupação da bacia, e conseqüentemente no aumento da taxa de impermeabilização do solo, o qual se constitui como agente agravador dos problemas de drenagem urbana e refletindo na qualidade de água da microbacia (ESTRABIS, 2014).

Considerações finais

Após análise do período de 2009 a 2018, através de dados oficiais, nenhum trecho do corpo hídrico apresentou valores de IQA, Índice de Qualidade de Água, classificado como ótimo (IQA maior ou igual a 4.0) ou como bom (IQA maior ou igual a 3.0) mas, em contrapartida, todos os trechos foram classificados como “ruim”, de acordo com o gabarito apresentado ao longo do texto. Os resultados apontam que as variações espaciais e temporais da qualidade da água na microbacia estão associadas às diferentes fontes de contaminação, realidade já conhecida na maioria das cidades brasileiras, reforçando que os processos de degradação ambiental estão presentes e que, por isso, urge a elaboração e implementação de políticas públicas locais, incluindo as voltadas à educação ambiental.

A bacia hidrográfica do córrego Segredo revela-se importante no processo de urbanização, sendo uma das que mais perde áreas naturais para os processos de ocupação, seja com loteamento da terra para fins de construção de bairros e pequenas indústrias bem como com atividades caracteristicamente rurais, como a produção de alimento, através de inúmeros empreendimentos hortifrutigranjeiros. Importante destacar que, também, existem fitofisionomias singulares, como os buritizais e as veredas, locais fundamentais para a fauna urbana e equilíbrio ambiental, servindo de habitat e ambientes de nidificação para espécies de aves.

Enfim, recomenda-se que seja ampliada a rede de monitoramento por parte da prefeitura local, bem como maior investimento em programas e projetos de prevenção aos processos de contaminação e poluição. Para além, é fundamental que a rede de esgotamento sanitário seja ampliada a fim de minimizar os impactos diretos na qualidade da água.

Referências

- ALMEIDA, J. R. F. de; FRISCHKOM, H. Agrupamento da qualidade da água de poços de um pequeno aquífero aluvial: estudo de caso da bacia do riacho Forquilha em Quixeramobim/CE, Brasil. **Revista AIDIS de Ingeniería y Ciencias Ambientales: Investigación, desarrollo y práctica**, v. 8, n. 1, p. 114-130, 2015.
- ANA. Agência Nacional de Águas. **Portal Nacional de Qualidade das Águas**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://pnqa.ana.gov.br/indicadores-indice-aguas.aspx>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- BUFON, A. G. M.; LANDIM, P. M. B. Análise da qualidade da água por metodologia estatística multivariada na Represa Velha (CEPTA/IBAMA/Pirassununga/SP). **HOLOS Environment**, v. 7, n. 1, p. 42-59, 2007.
- CAMPO GRANDE. Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano – PLANURB. **Perfil Socioeconômico de Campo Grande**. 24. ed. Campo Grande: Instituto Municipal de Planejamento Urbano – PLANURB, 2017.
- COMITESINOS - Comitê de Preservação, Gerenciamento e Pesquisa da Bacia do Rio dos Sinos. **Utilização de um índice de qualidade da água no rio dos Sinos**. Porto Alegre: COMITESINOS, 1990.
- ESTEVES, F. A. **Fundamentos de Limnologia**. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 1988. 574p.
- ESTRABIS, N. V.; LIMA, R. C. S. **Análise do escoamento superficial em uma sub-bacia do córrego segredo em Campo Grande/MS**. 2014. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2014.
- FERREIRA, L. M.; IDE, C. N. Avaliação comparativa da sensibilidade do IQANSE, IQA-Smith e IQA-Horton, aplicados ao Rio Miranda, MS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 21., Rio de Janeiro, RJ, 2001. **Anais...** Rio de Janeiro, 2001. p. 1-16.
- FREITAS, S. C. **Reflexos das intervenções humanas em uma bacia hidrográfica urbana: uma análise do uso e ocupação da terra através de índices de qualidade de água**. Campo Grande: UFMS/Geografia, 2019.
- LAGES A. S.; SANTANA, G. P. Contaminação de aquíferos no mundo por compostos nitrogenados: Nitrito – problema Global. **Scientia Amazonia**, v. 6, n. 1, p. 71-78, 2017.
- MACÊDO, J. A. B. **Métodos laboratoriais de análises físico-químicas e microbiológicas**. 3. ed. Belo Horizonte: CRQ –MG, 2005.
- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia -SEMACE. **Plano de Manejo Parque Estadual do Prosa**. Campo Grande-MS: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul –IMASUL, 2009.
- R DEVELOPMENT CORE TEAM. **R: A Language and Environment for Statistical Computing**. Vienna, Austria: R Foundation for Statistical Computing, 2006.
- SANTOS, E. T.; MERCANTE, M. A. Contribuições geográficas para a elaboração do plano de manejo do Parque Estadual Matas do Segredo. Campo Grande-MS. **Revista Pantaneira**, v. 14, p. 69-78, 2012.

- SILVA, J. F.; ANUNCIACÃO, V. S. Análise da Vulnerabilidade ao Risco na Bacia Hidrográfica do Córrego Segredo na cidade de Campo Grande – MS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE, 6., 2018, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Congestas, 2018.
- SOUZA, F. W. Projetos Urbanos para Campo Grande: de sertão à capital. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 12., 2014, Seção Mato Grosso do Sul. **Anais...** Aquidauana: UFMS/CPAQ, 2014.
- SOUZA, M. M.; GASTALDIN, M. C. C. Avaliação da qualidade da água em bacias hidrográficas com diferentes impactos antrópicos. **Revista Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 13, n. 2, p. 263-274, 2014.
- TOLEDO, L. G.; NICOLELLA, G. Índice de Qualidade de Água em Microbacia Sob Uso Agrícola e Urbano. **Scientia Agrícola**, v. 59, n. 1, p.181-186, 2002.
- TUCCI, C. E. M. Água Doce: Água no meio urbano. Rio Grande do Sul, 1997. Disponível em: http://4ccr.pgr.mpf.mp.br/institucional/grupos-de-trabalho/encerrados/residuos/documentos-diversos/outros_documentos_tecnicos/curso-gestao-do-territorio-e-manejo-integrado-das-aguas-urbanas/aguanameio%20urbano.pdf. Acesso em: 09 out. 2021.
- TUNDISI, J. G.; MATSUMURA TUNDISI, T. **Limnologia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
- VON SPERLING, M. **Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos**. 3. ed. Belo Horizonte: DESA/UFMG, 2005.
- WEINBERG, Á. **Uso de índices de qualidade de água para a caracterização da bacia hidrográfica do rio Guandu**. 2013. Projeto de Graduação – UFRJ; Escola Politécnica; Curso de Engenharia Ambiental, Rio de Janeiro, 2013.

Editorial

Dossiê: Migrafron - Diálogos Metodológicos e Perspectivas de Inserções Sociais

Apresentação

Marco Aurélio Machado de Oliveira

Repensar las Fronteras. Una Revisión Bibliográfica (2011-2021)

Diego Noel Ramos Rojas

**Volta Para o Lugar de Onde Veio!
O Lugar da Xenofobia e a Demarcação Social**

Eric Gustavo Cardin

**Rede Parcerias e Migração:
uma construção das políticas públicas e migratórias no Mato Grosso do Sul**

Rosane Costa Rosa

Ana Paula Martins Amaral

Educação e Migrações Internacionais em Fronteira: alguns apontamentos sobre metodologias

Marco Aurélio Machado de Oliveira

Alcino Gabriel da Silva Vernochi

O Direito à Cidade dos Refugiados, Refugiadas e Imigrantes em Curitiba-Paraná

Nádia Pacher Floriani

Edson Belo Clemente de Souza

O Acesso à Justiça das Mulheres Imigrantes no Estado de Mato Grosso do Sul

Francielle Pires Duarte

César Augusto S. da Silva

Contribuições dos Estudos de Gênero e da Decolonialidade para os Debates sobre Migrações Internacionais

Vivian da Veiga Silva

Cruzando Fronteiras em Busca da Formação Médica

Maria Aparecida Webber

Literatura Infantil na Fronteira Brasil-Bolívia: pequenos leitores fronteiriços

Tarissa Marques Rodrigues dos Santos

Artigo de Fluxo Contínuo

Análise do Uso e Ocupação da Terra Através de um Índice de Qualidade de Água na Microbacia do Córrego Segredo, Campo Grande/MS, Brasil

Richardson Mello Duquini

Maria Helena da Silva Andrade

Maricelma Ferreira Calças